

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE (PPGC)
MESTRADO ACADÊMICO**

ANDERSON RODRIGO QUOOS

***STAKEHOLDERS* PRIORITÁRIOS E A ECOLOGIA PROFUNDA: AS
CONTRADIÇÕES REVELADAS PELAS DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS NOS
RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

CASCADEL-PR.
2021

Anderson Rodrigo Quoos

***STAKEHOLDERS* PRIORITÁRIOS E A ECOLOGIA PROFUNDA: AS
CONTRADIÇÕES REVELADAS PELAS DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS NOS
RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Contabilidade.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Financeira e Finanças.

Orientador: Professor Doutor. Aládio Zanchet.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Quoos, Anderson Rodrigo

Stakeholders prioritários e a ecologia profunda: as contradições reveladas pelas divulgações ambientais nos relatórios de sustentabilidade / Anderson Rodrigo Quoos; orientador(a), Aládio Zanchet, 2021.
165 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2021.

1. Stakeholders. 2. Ecologia Profunda. 3. Relatório de Sustentabilidade. 4. Meio Ambiente. I. Zanchet, Aládio.
II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ANDERSON RODRIGO QUOOS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 11 dia(s) do mês de dezembro de 2020 às 14h00min, no(a) Prédio de sala de aulas, sala B 204, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Anderson Rodrigo Quoos, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - nível de Mestrado, na área de concentração em Controladoria. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Aladio Zanchet, Martin Airtton Wissmann, Fabrícia Silva da Rosa. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Aladio Zanchet. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Stakeholders prioritários e a ecologia profunda: as contradições reveladas pelas divulgações ambientais nos relatórios de sustentabilidade.". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Martin Airtton Wissmann, Fabrícia Silva da Rosa. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Cascavel, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Aladio Zanchet

Martin Airtton Wissmann



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ANDERSON RODRIGO QUOOS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Fabrícia Silva da Rosa

Anderson Rodrigo Quoos
Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

Prof. Denis Dall Asta, Dr.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação
strictu sensu em Contabilidade - nível de Mestrado
Campus de Cascavel

Dedico essa dissertação a Deus primeiramente, por ter me proporcionado esta oportunidade e à minha esposa e família, por terem me apoiado incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me oportunizado uma vida repleta de aprendizados, por ter me protegido durante as viagens e sempre dando-me força, para enfrentar os desafios que surgiram pelo caminho. MUITO OBRIGADO SENHOR!!

À minha esposa, por sempre estar me esperando no retorno das aulas, com aquele sorriso que somente ela tem e pela compreensão durante este período.

Aos meus familiares e em especial aos meus pais, que sempre me apoiaram nas decisões tomadas.

Ao professor Aládio Zanchet, meu orientador, pelas orientações com o objetivo de desenvolver meu trabalho, para que pudéssemos, juntos, chegar até aqui.

Aos membros da minha banca, professor Martin Airton Wissmann e a professora Fabricia Silva da Rosa, meu agradecimento pelas sugestões enriquecedoras, buscando tornar o trabalho melhor.

Aos demais professores e colegas, que tive o prazer de conhecer durante o mestrado, em especial aos coordenadores durante o período, professora Delci e professor Denis.

E, finalmente, a todos que contribuíram de alguma forma, para que eu pudesse chegar até aqui.

Muito obrigado!

Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos, mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.

(Albert Einstein)

RESUMO

Quoos, A. R. (2021) *Stakeholders* Prioritários e a Ecologia Profunda: as contradições reveladas pelas divulgações ambientais nos relatórios de sustentabilidade. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

A questão dos *stakeholders* (partes interessadas), constitui uma temática relevante nos estudos organizacionais, porque segundo Freeman (1984), os interesses e as reivindicações das partes interessadas, devem ser levados em consideração, no processo de tomada de decisão. Neste contexto, as empresas são cobradas para divulgar informações sobre o que estão realizando, não apenas para os investidores, mas também para todas as partes interessadas, que de alguma forma são afetadas ou afetam as atividades exercidas. Um tópico considerado importante por todos os públicos de interesse, são as questões ambientais, que estão cada vez mais se tornando o foco do mundo, em diferentes níveis. Também, neste contexto, Naess (1973), propôs o termo *Deep Ecology* (Ecologia Profunda), em que dividiu os movimentos relacionados ao meio ambiente, entre uma abordagem superficial e profunda, sendo o termo superficial aplicado quando as práticas são defendidas, porque a natureza tem valor para o ser humano e o movimento profundo a considera com valor intrínseco. Nesse contexto, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar de que maneira as divulgações sobre meio ambiente podem revelar as contradições entre os *stakeholders* prioritários e as filosofias ecológicas, contidas nos relatórios de sustentabilidade. Em relação a metodologia, quanto ao problema, se classifica como qualitativa, quanto ao objetivo, é classificada como descritiva e quanto aos procedimentos, classifica-se como documental. Para a análise documental, foram utilizados 18 relatórios de sustentabilidade, em que foi aplicado o modelo de saliência dos *stakeholders* prioritários, proposto por Mitchell *et al.* (1997), a identificação por meio das palavras-chave, do estudo de Boaventura *et al.* (2017) e a classificação das práticas relacionadas ao meio ambiente, por meio do paradigma superficial/raso, intermediário e profundo. As empresas selecionadas, possuem atividades consideradas de alto impacto ambiental, segundo a Lei 6.938/81 e são organizações consideradas elegíveis pelo ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), por apresentarem compromissos relacionados ao meio ambiente. Os resultados demonstraram, que as divulgações ambientais priorizam os *stakeholders*, Governo e Comunidade e não focam em práticas ambientais profundas, revelando a contradição existente entre eles. Ambos os grupos, possuem os atributos de poder, legitimidade e urgência, fato este que classifica-os como públicos de

interesse definitivos. Outros grupos de interesse, como clientes, funcionários, fornecedores, investidores, concorrentes e ONGs, também foram identificados, porém segundo o modelo utilizado, não foi possível perceber os atributos, para serem considerados prioritários. Em relação aos paradigmas ambientais, as divulgações apresentaram uma priorização por práticas relacionadas a ecologia superficial, buscando sempre os interesses internos da empresa ou dos seus *stakeholders*, quando realizava alguma prática relacionada ao meio ambiente. Em seguida, a ecologia intermediária foi identificada como segunda mais utilizada, pois outras práticas tinham como foco o meio ambiente, porém ainda ligadas aos interesses da empresa/*stakeholders*. Por fim, a ecologia profunda se apresentou como menos abordada, tendo apenas algumas práticas isoladas, que consideram a natureza com valor intrínseco, não dependendo da utilidade empregada a ela. A partir destas constatações, foi possível identificar que as empresas apresentam contradições, em relação as divulgações sobre práticas ambientais, pois suas ações são influenciadas por públicos de interesse e não voltadas à ecologia profunda, que se preocupa com a natureza, por seu valor em si.

Palavras-chave: *Stakeholders*. Ecologia Profunda. Relatório de Sustentabilidade. Meio Ambiente.

ABSTRACT

Quoos, A. R. (2021). Priority Stakeholders and Deep Ecology: the contradictions revealed by environmental disclosures in sustainability reports. Master's dissertation, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (State University of Western Paraná), Cascavel, PR, Brazil.

The issue of stakeholders is a relevant theme in organizational studies, because according to Freeman (1984), the interests and claims of stakeholders must be taken into account in the decision-making process. In this context, companies are charged to disclose information about what they are doing, not only to investors, but also to all stakeholders, who in some way are affected or affect the activities performed. A topic considered important by all stakeholders is environmental issues, which are increasingly becoming the focus of the world, at different levels. Also, in this context, Naess (1973) proposed the term Deep Ecology, in which she divided the movements related to the environment, between a superficial and deep approach, being the superficial term applied when the practices are defended, because nature has value for the human being and the deep movement considers it with intrinsic value. In this context, this research was conducted with the objective of analyzing how environmental disclosures can reveal the contradictions between priority stakeholders and ecological philosophies contained in sustainability reports. In relation to methodology, in relation to the problem, it is classified as qualitative, in relation to the objective, it is classified as descriptive and in relation to procedures, it is classified as documental. For the documentary analysis, 18 sustainability reports were used, in which the model of priority stakeholders, proposed by Mitchell et al. (1997), was applied, the identification through key words, of the study by Boaventura et al. (2017) and the classification of practices related to the environment, through the superficial/raso, intermediate and deep paradigm. The selected companies have activities considered of high environmental impact, according to Law 6.938/81 and are organizations considered eligible by ISE (Corporate Sustainability Index), for presenting commitments related to the environment. The results showed that the environmental disclosures prioritize the stakeholders, Government and Community and do not focus on deep environmental practices, revealing the contradiction between them. Both groups have the attributes of power, legitimacy and urgency, a fact that classifies them as definitive audiences of interest. Other interest groups, such as clients, employees, suppliers, investors, competitors and NGOs, were also identified, but according to the model used, it was not possible to perceive

the attributes, to be considered priority. In relation to environmental paradigms, the disclosures presented a prioritization by practices related to superficial ecology, always seeking the internal interests of the company or its stakeholders, when performing some practice related to the environment. Then, the intermediate ecology was identified as the second most used, because other practices focused on the environment, but still linked to the interests of the company/stakeholders. Finally, deep ecology presented itself as less addressed, having only some isolated practices, which consider nature with intrinsic value, not depending on the utility employed to it. From these findings, it was possible to identify that the companies present contradictions, in relation to the disclosures about environmental practices, because their actions are influenced by audiences of interest and not focused on deep ecology, which is concerned with nature, for its value itself.

Keywords: Stakeholders. Deep Ecology. Sustainability Report. Environment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Ambiental, Social e Governança
B3	Bolsa de Valores Oficial do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CERES	Coalition for Environmentally Responsible Economies
FASB	Financial Accounting Standards Board
GRI	Global Reporting Initiative
GU	Grau de Utilização
IIRC	International Integrated Reporting Council
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
NOX	Óxidos de Nitrogênio
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas Para O Meio Ambiente
PP	Potencial de Poluição
RI	Relato Integrado
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SEC	Securities and Exchange Commission's
SOX	Óxidos de Enxofre
TBL	Triple Botton Line

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Razões pelas quais as divulgações ambientais ocorrem.....	41
Tabela 2 - Características da Ecologia Profunda.....	56
Tabela 3 - Plataforma da ecologia Profunda.	69
Tabela 4 - Setores de atividade e o impacto ambiental.	76
Tabela 5 - Setores de atividade de alto impacto ambiental.	76
Tabela 6 - Lista das empresas que pertencem a amostra.	77
Tabela 7 - Constructo da Pesquisa.....	78
Tabela 8 - Fases da análise de conteúdo de Bardin.	80
Tabela 9 - Definição dos Atributos da saliência dos Stakeholders.	80
Tabela 10 - Palavras-chave para identificar a saliência dos Stakeholders.	81
Tabela 11 - Definição dos Atributos das ecologias ambientais.....	84
Tabela 12 - Fases da análise dos dados.	85
Tabela 13 - Características e atuação das empresas analisadas.....	88
Tabela 14 - Dados quantitativos relacionados aos Relatórios de Sustentabilidade.....	91
Tabela 15 - Temas materiais relacionados ao Meio Ambiente.	98
Tabela 16 - <i>Stakeholders</i> identificados nas divulgações relacionadas ao Meio Ambiente.....	101
Tabela 17 - Divulgações relacionando o Governo com o Meio Ambiente.	104
Tabela 18 - Divulgações adicionais sobre a relação Governo-Meio Ambiente.	107
Tabela 19 - Divulgações relacionando a Comunidade com o Meio Ambiente.....	108
Tabela 20 - Divulgações adicionais sobre a relação Comunidade-Meio Ambiente.....	110
Tabela 21 - Divulgações sobre a relação Clientes-Meio Ambiente.	111
Tabela 22 - Divulgações sobre a relação Funcionários-Meio Ambiente.....	112
Tabela 23 - Divulgação sobre a relação Investidores-Meio Ambiente.	113
Tabela 24 - Quantidade de observações relacionadas às filosofias ecológicas.	114
Tabela 25 - Tópicos relacionados com a ecologia Superficial/Rasa.	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Partes Interessadas primárias.....	29
Figura 2 - Partes Interessadas secundárias.	29
Figura 3 – Características das classes dos stakeholders.	33
Figura 4 – Grupos das classes dos stakeholders.	34
Figura 5 - Classes dos stakeholders.....	35
Figura 6 - Divulgações Ambientais.....	45
Figura 7 - Paradigmas Ambientais.	60
Figura 8 - Leis ecológicas propostas por Barry Commoner.....	64
Figura 9 - Características do Ecocentrismo.....	68
Figura 10 - Paradigmas Ambientais com as principais práticas.....	71
Figura 11 - Seleção da Amostra.	74
Figura 12 - Mapa mundi com os países que contêm instalação das empresas analisadas....	91
Figura 13 - Fala inicial dos Relatórios de Sustentabilidade relacionada com os Stakeholders.	94
Figura 14 - Divulgação inicial sobre a relação entre Stakeholders e Meio Ambiente.	96
Figura 15 - Stakeholders consultados na Suzano S.A.	98
Figura 16 - Destaques de divulgações ambientais relacionadas aos Stakeholders.....	103
Figura 17 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente sendo considerado como instrumento das empresas.....	116
Figura 18 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente e reciclagem.....	118
Figura 19 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente e a saúde e bem-estar.....	120
Figura 20 - Divulgações relacionadas com o Meio ambiente e a administração de recursos.	122
Figura 21 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente e a dependência da tecnologia.	124
Figura 22 - Divulgações relacionadas com a Ecologia Intermediária.....	127
Figura 23 - Divulgações relacionadas com a Ecologia Profunda.....	129
Figura 24 - Relação entre os stakeholders e os paradigmas ambientais.....	132
Figura 25 - Divulgações relacionadas a ecologia superficial/rasa, Governo e Comunidade.	135
Figura 26 - Divulgações relacionadas a ecologia superficial/rasa e comunidade com foco no bem-estar.	136

Figura 27 - Divulgações relacionadas a ecologia intermediária, governo, comunidade e Meio Ambiente.	138
Figura 28 - Divulgações relacionadas a ecologia profunda e o stakeholder Meio Ambiente.	139

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.2 OBJETIVOS.....	24
1.2.1 Geral	24
1.2.2 Específicos.....	24
1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	25
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	26
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	28
2.1 TEORIA DO <i>STAKEHOLDER</i>	28
2.2 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	37
2.3 FILOSOFIAS ECOLÓGICAS.....	51
3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	73
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	73
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	74
3.3 CONSTRUCTO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS E ANÁLISE E COLETA DOS DADOS	78
3.4 LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	86
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	88
4.1 APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS E DOS RELATÓRIOS.....	88
4.2 RELAÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> COM O MEIO AMBIENTE	92
4.3 IDENTIFICAÇÃO DA PRIORIZAÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	99
4.3.1 Governo	104
4.3.2 Comunidade.....	108
4.3.3 Outros <i>Stakeholders</i>	111
4.4 ECOLOGIA SUPERFICIAL/RASA, INTERMEDIÁRIA E PROFUNDA	113
4.4.1 Ecologia Superficial/Rasa.....	114
4.4.2 Ecologia Intermediária	125

4.4.3 Ecologia Profunda	128
4.5 ANÁLISE COMPARATIVA DA PRIORIZAÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> E AS ECOLÓGICAS PROFUNDAS, INTERMEDIÁRIAS E SUPERFICIAIS	131
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
6 REFERÊNCIAS.....	145
ANEXO – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMAS.....	164

1 INTRODUÇÃO

No campo dos estudos organizacionais, uma das correntes teóricas que têm sido empregadas é a Teoria do *Stakeholder*. Um aspecto central dessa teoria, é o de que os interesses e as reivindicações das partes interessadas, devem ser levados em consideração no processo de tomada de decisão nas organizações (Freeman, 1984). A Teoria do *Stakeholder* (partes interessadas), teve início a partir da obra de Freeman de 1984 (Pucheta-Martínez & López-Zamora, 2018).

Stakeholders, são todos aqueles que reivindicam ou possuem propriedade, interesses e direitos, tanto no presente, como no passado e no futuro, relacionados a uma determinada organização (Clarkson, 1995). As partes interessadas, podem afetar ou serem afetadas pelas atividades de determinada empresa, podendo ser funcionários, fornecedores, credores, consumidores, acionistas e sociedade em geral, que podem possuir os mais diversos interesses (Barbu, Dumontier, Feleagă, & Feleagă, 2014; Yekini & Wang, 2018). Ainda de acordo com Carroll (1999), Fragouli e Yengbalang (2015) e Yekini e Wang (2018), os *stakeholders* podem ser representados por indivíduos ou por um determinado grupo de pessoas, que de alguma maneira interferem nas práticas, decisões, políticas, ações e objetivos da empresa.

Nesse contexto, as organizações são cobradas para reportar o que estão realizando, não apenas para os investidores, mas também para os demais *stakeholders*, que de alguma forma são afetados pelas atividades exercidas (Gray *et al.*, 1996, *apud* Alipour, Ghanbari, Jamshidinavid, & Taherabadi, 2019). Segundo Liao, Luo e Tang (2014), a Teoria do *Stakeholder* indica que as organizações concentram suas divulgações, em determinadas partes interessadas e, com foco nelas, procuram fornecer informações com qualidade e de forma clara. Nesse mesmo sentido, Ali Meftah Gerged, Al-Haddad e Al-Hajri (2020), relatam que pensando nas partes interessadas, as organizações divulgam informações mais precisas.

As empresas, de forma geral, estão preocupadas em manter a reputação em relação a todos os *stakeholders* e assim, reportam voluntariamente suas informações ambientais (Pucheta-Martínez & López-Zamora, 2018). Para atender as demandas ambientais das partes interessadas, as organizações desenvolvem estratégias, prestam atenção e mudam seus comportamentos, como resposta às pressões ambientais de diferentes *stakeholders* (Aragon-Correa & Sharma, 2003; Wang, Li & Qi, 2020). Este público, por sua vez, possui um papel fundamental na tomada de decisão das empresas e está amplamente envolvido em várias

questões ambientais (Buysse & Verbeke, 2003; Hummels & Timmer, 2004; Konrad, Steurer, Langer, & Martinuzzi, 2006; Wolf, 2014; Lee, Kim, & Kim, 2016). As questões relacionadas ao meio ambiente, estão cada vez mais se tornando o foco do mundo em diferentes níveis, e consequentemente, a responsabilidade ambiental e social das organizações, vem ganhando mais espaço e tornando-se um importante fator para os negócios, para o governo e a comunidade (Rupley, Brown, & Marshall, 2012).

Contradições, no entanto, podem emergir desse contexto. O conceito do *Triple Bottom Line* (TBL), por exemplo, que está alicerçado no argumento de que as empresas devem considerar um equilíbrio entre as esferas ambiental, social e econômica, para atingir a sustentabilidade (Elkington, 1997), é criticado por autores como Adams (2006). O referido autor, que pauta seus argumentos na observação de que a degradação do meio ambiente continua acontecendo, embora a ideia de responsabilidade socioambiental tenha sido incorporada pelas organizações, indica que na prática, normalmente ocorre uma relação assimétrica entre as três dimensões, com uma inevitável prevalência da esfera econômica. Para a redução dos impactos negativos sobre as condições de vida na terra, requer-se mais do que qualquer programa político já proposto, pois são necessárias mudanças significativas em países ricos e pobres, devendo ter como objetivos a proteção do planeta, das suas riquezas e da diversidade de vida (Braga, 2008; Magalhaes, 2011).

Buscando compreender esse contexto, em 1973 Arne Naess propôs o termo *Deep Ecology* (Ecologia Profunda), que trouxe a abordagem inicial da questão ambiental, dividindo-a em uma abordagem superficial ou rasa, e outra profunda (Hoefel, 1999). O termo “profundo”, é utilizado para a perspectiva que considera a natureza com valor intrínseco, colocando os interesses das pessoas em segundo plano, já o termo “superficial”, é utilizado quando defendem a preservação da biosfera, com o argumento de que a mesma possui valor para o ser humano (Naess, 1973).

Ecologistas profundos, como Jacob (1994), argumentam que as principais perspectivas sobre o meio ambiente são superficiais, voltadas para o controle da poluição e da degradação dos recursos, tendo como foco o ser humano. Essas perspectivas, de acordo com o autor, são incompatíveis com as mudanças necessárias para enfrentar a crise ambiental. Para Schuler, Rasche, Etzion e Newton (2017), as orientações sobre o meio ambiente podem variar entre uma perspectiva instrumental, que valoriza o meio ambiente em razão de interesses humanos, até uma abordagem que emprega valor intrínseco à natureza, como um fim em si.

A distinção entre valor instrumental e intrínseco, pode ser observada em programas de sustentabilidade em empresas, em que o objetivo principal é maximizar a forma utilizada para a sociedade e para si mesmas. Do ponto de vista da perspectiva instrumental, a sustentabilidade é almejada, pois aumenta o bem-estar social e quando aplicada no contexto empresarial (Responsabilidade Social Corporativa, por exemplo), aumenta a riqueza dos investidores. Contudo, a perspectiva de valor intrínseco, argumenta que a sustentabilidade tem valor em si mesma, pois o valor intrínseco dela não é condicional a algo (bem-estar ou lucro, por exemplo) (Schuler, Rasche, Etzion, & Newton, 2017).

As perspectivas superficiais, são caracterizadas pela ênfase em abordar os princípios ecológicos, para garantir o gerenciamento do meio ambiente para o benefício humano. Já as perspectivas profundas da ecologia, culpam a natureza antropocêntrica do desenvolvimento e buscam uma visão ecológica alternativa, que vê o ser humano como parte do sistema ambiental, não como um ser superior (Jacob, 1994).

Com as perspectivas da Teoria do *Stakeholder* e da Ecologia Profunda, as empresas são pressionadas e devem optar por determinadas práticas, relacionadas ao meio ambiente, podendo levar em consideração um determinado *stakeholder*, ou praticar atividades relacionadas a manutenção do meio ambiente, porque ela entende a importância que o mesmo possui.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo a Teoria do *Stakeholder*, as partes interessadas podem ser divididas entre primárias e secundárias. Como *stakeholders* primários, são considerados os acionistas, os funcionários, os fornecedores, os compradores e a comunidade, pois eles possuem participação contínua nas atividades da organização. Sem a organização, esses *stakeholders* não sobrevivem. Já os *stakeholders* secundários, podem ser representados pelo governo, pelos concorrentes, pela mídia, pela proteção ao consumidor e por outros grupos de interesse, que não possuem uma ligação direta com as atividades da empresa (Clarkson, 1995).

A pressão que as partes interessadas (primárias e secundárias) exercem sobre a organização, afeta diretamente a sua reputação e a relação que ela busca preservar com os investidores (Deegan, 2002; Odera, Scott, & Gow, 2016). Essas pressões podem explicar boa parte dos fatores que influenciam a divulgação ambiental, pois as empresas buscam ações voluntárias, para mostrar as atividades ambientais e assim estruturar uma imagem ecológica

(Neu *et al.*, 1998; Cormier & Magnan, 1999; Lee & Hutchison, 2005; Hassan & Ibrahim, 2012).

Para Baalouch *et al.* (2019), as empresas buscam se concentrar nas partes interessadas que possuem mais intensidade e poder, sobre suas atividades. Assim, a organização pode priorizar determinado público, dependendo da pressão que ele exerce nas atividades (Phillips, 2003). Mitchell, Agle e Wood (1997), partindo da premissa de que as partes interessadas podem exercer pressões distintas sobre as empresas, formularam o modelo de saliência de *stakeholders*, no qual propõem uma escala que permite classificar o grau de prioridade das reivindicações das partes interessadas, atribuído pelos gestores.

Segundo Mitchell *et al.* (1997), os *stakeholders* podem ser identificados por apresentarem uma, duas ou até as três características mutuamente, sendo: Poder (parte interessada consegue influenciar a empresa); Legitimidade (parte interessada é legítima perante a empresa); e Urgência (parte interessada tem reivindicações urgentes sobre a empresa). Para os autores, se o gestor identificar estes três atributos em determinada parte interessada, ela se torna o foco da organização (Mitchell *et al.*, 1997).

Considerando as pressões decorrentes das questões ambientais, as partes interessadas tendem a pressionar as empresas a adotarem uma posição de responsabilidade ambiental. Como resposta, a divulgação de relatórios ambientais visando mostrar o que as empresas estão fazendo para preservar a natureza, tem sido um caminho adotado (Berthelot, Cormier, & Magnan, 2003; Kolk, 2003).

Neste contexto de divulgações e preservação ambiental, a ecologia profunda de Naess (1973), foi reestruturada por Richard Sylvan, em 1985. Essa reestruturação, consistiu em propor que não existe apenas a ecologia superficial e profunda, mas sim três esferas, sendo a terceira uma ecologia intermediária, que apresenta aspectos relacionados tanto a ecologia profunda quanto a ecologia rasa¹ (Sylvan, 1985a, 1985b). Assim, a estrutura das filosofias ecológicas é dividida entre: (i) fortes paradigmas antropocêntricos (rasos) relacionado com a conservação de recursos, bem-estar humano e valor estético do meio ambiente; (ii) paradigmas antropocêntricos (intermediários) que reconhecem o valor intrínseco de alguns elementos da natureza, mas atribuem maior valor aos seres humanos e; (iii) paradigmas ecocêntricos (profundos), que atribuem valor intrínseco à biodiversidade (Sylvan, 1985a, 1985b).

¹ O termo ecologia superficial e ecologia rasa possuem o mesmo significado neste estudo e esta diferenciação ocorre devido as opções e atualizações da lente teórica no decorrer dos anos pelos autores.

Questões ambientais têm sido uma das maiores preocupações de algumas organizações, por serem criticadas em relação ao seu impacto negativo no meio ambiente. Nesse sentido, é prudente que essas empresas se interessem em mostrar à sociedade, que estão engajadas em preservar o bem-estar da maioria (Pucheta-Martínez & Gallego-Álvarez, 2019). No Brasil, com a criação do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) pela B3 (bolsa de valores oficial do Brasil), as entidades podem mostrar seu engajamento com atividades relacionadas ao meio ambiente, assumindo um compromisso em ter o seu nome incluído, em que se comprometem a manter uma performance relacionada com a sustentabilidade corporativa, baseada no equilíbrio ambiental, governança corporativa, eficiência econômica e justiça social.

A divulgação ambiental, tem sido extensivamente examinada na literatura e assim, diferentes perspectivas foram aplicadas (Gaia & Jones, 2017). A literatura anterior analisou com profundidade e utilizou uma diversidade de teorias para tentar compreender a divulgação ambiental (Hassan & Ibrahim, 2012; Aragon-Correa, J. Alberto. Markus, Alfred. Hurtado-Torres, 2016), porém a maior parte dos estudos se concentrou na quantidade e qualidade de divulgação (Ismail, Abdul Rahman, & Hezabr, 2018) e pouca atenção foi dada aos significados filosóficos e éticos, que servem de base para a comunicação organizacional e a responsabilidade, principalmente utilizando métodos qualitativos e interpretativos (Tregidga, Milne & Lehman, 2012). Pesquisas recentes estão buscando compreender as práticas de divulgação ambiental, por meio da captura das divulgações em relatórios anuais (Ahmadi & Bouri, 2017).

Nossa (2002), constatou que o disclosure de informações ambientais diverge entre as empresas, com relação ao seu tamanho, semelhante aos achados de Costa (2006). Rover (2009), verificou que as divulgações voluntárias se enquadram na categoria políticas ambientais e a subcategoria declaração das políticas atuais e futuras, foram as mais evidenciadas.

Godoi (2011), teve como resultado que o disclosure tem predominância de sentenças ambientais declarativas e de informações boas para a imagem. Santos (2016), mostrou um nível de significância para o tamanho da empresa, a rentabilidade, a internacionalização e o relatório de sustentabilidade, como fatores explicativos da evidenciação de informações ambientais.

Borçato (2017), verificou que os Relatos Integrados estão sendo utilizados como mecanismo de gerenciamento de legitimidade social. Já Amorim (2018), concluiu que as

características endógenas da empresa, determinam o nível de divulgação ambiental, e ainda, que as características externas também conseguem influenciar, porém com menor intensidade.

Buscando contribuir com essa discussão, este estudo busca analisar, sob a lente da Teoria do *Stakeholder*, desenvolvida inicialmente por Freeman (1984), e dos paradigmas ambientais propostos por Naess (1973) e atualizados posteriormente por autores apresentados no referencial teórico deste trabalho, as divulgações relacionadas ao meio ambiente presentes em relatórios de sustentabilidade, visando identificar os *stakeholders* prioritários e as filosofias ecológicas presentes nessas divulgações.

Diante disso, apresenta-se a questão de pesquisa que orienta este estudo: **De que maneira as divulgações sobre meio ambiente podem revelar as contradições entre os *stakeholders* prioritários e as filosofias ecológicas, contidas nos relatórios de sustentabilidade?**

1.2 OBJETIVOS

Com base no problema de pesquisa, estabelece-se o objetivo geral deste estudo, bem como seus objetivos específicos, que são descritos a seguir.

1.2.1 Geral

O objetivo geral é analisar de que maneira as divulgações sobre meio ambiente podem revelar as contradições entre os *stakeholders* prioritários e as filosofias ecológicas, contidas nos relatórios de sustentabilidade.

1.2.2 Específicos

Para responder à questão de pesquisa e alcançar o objetivo geral proposto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear quais *stakeholders* são prioritários nas divulgações sobre o meio ambiente;
- b) Identificar as divulgações sobre o meio ambiente de acordo com as suposições das filosofias ecológicas superficiais/rasas, intermediárias e profundas;

- c) Comparar as filosofias ecológicas e a priorização dos *stakeholders* identificadas nas divulgações ambientais, para verificar as contradições.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

Conforme exposto, o problema de pesquisa apresenta-se em um cenário em que as mudanças climáticas e o aquecimento global são um desafio que todos precisam enfrentar, pois este problema afetará o futuro do planeta e isso faz com que o foco na preservação ambiental torne-se a preocupação do público (Nor, Bahari, Adnan, Kamal, & Ali, 2016). Surgindo assim o interesse, por parte das empresas com alto impacto ambiental listadas na B3 e no ISE, sendo que será possível demonstrar as informações divulgadas voluntariamente, em seus Relatórios de Sustentabilidade e como essa divulgação contribui para revelar as contradições entre a priorização dos *stakeholders* e as filosofias ecológicas.

O relatório Planeta Vivo 2018, publicado pelo *World Wide Fund for Nature* (WWF, 2018, p. 25), afirma que “os declínios da biodiversidade continuaram apesar dos repetidos compromissos de política destinados a retardar ou deter a taxa de perda”.

As empresas são criticadas por serem as causadoras de boa parte destes problemas, como esgotamento de recursos naturais, produção de resíduos e responsabilidade corporativa atrasada, sendo que os investidores e outras partes interessadas, estão pressionando as mesmas para que sejam mais responsáveis pelos impactos de suas atividades e sobre decisões relacionadas ao meio ambiente, bem como para que adotem práticas de desenvolvimento mais sustentável (Braam, De Weerd, Hauck, & Huijbregts, 2016).

Um dos resultados do desenvolvimento industrial, foi o crescente vínculo entre economia, ética e política, bem como uma interação entre assuntos da economia com valores morais e sociais. Como resultados, os gerentes das organizações não se preocupam apenas com maiores lucros, mas também com as questões ambientais, éticas, raciais e sociais (Alipour, *et al.*, 2019). As organizações estão prestando atenção na divulgação de informações ambientais devido aos vários benefícios associados a ela (Pucheta-Martínez & Gallego-Álvarez, 2019).

Ao mesmo tempo, em consequência das pressões públicas, as empresas começaram a publicar informações sobre desempenho ambiental em relatórios de sustentabilidade, em que são feitas divulgações voluntárias sobre vários temas ambientais, como consumo de energia e água, emissão de gases causadores do efeito estufa, produção de resíduos, entre outros (Braam *et al.*, 2016).

O objetivo da empresa deve ser criar valor compartilhado, não apenas o lucro em si e após a incorporação desta consciência na organização, a inovação e crescimento da produtividade afetarão a economia global, remodelando a relação com a sociedade, legitimando assim os negócios novamente (Porter & Kramer, 2011).

Neste sentido, uma iniciativa que leva em consideração a ecologia profunda, intermediária e rasa e a relevância que os *stakeholders* podem assumir nas práticas relacionadas ao meio ambiente, justificaria a análise do ponto de vista da Teoria do *Stakeholder* e da Filosofia Ecológica, como é proposto neste trabalho, e através de um enfoque detalhado e qualitativo, por meio de uma análise do conteúdo documental nos relatórios de sustentabilidade, pode contribuir teoricamente na avaliação de um fenômeno social por meio de investigação empírica.

Para Baard (2015), a ecologia profunda pode oferecer uma perspectiva valiosa sobre as questões ambientais, pois alguns dos seus fundamentos são altamente relevantes para o discurso atual.

Neste contexto, identificar iniciativas voltadas à ecologia profunda, poderá proporcionar um caminho de transformação do paradigma ambiental relacionado à gestão do meio ambiente, diferenciando algumas empresas das demais e servindo de exemplo para que outras possam seguir. Ainda, levando em consideração a identificação dos *stakeholders* prioritários, os resultados poderão contribuir na verificação e ajuste no foco das empresas, principalmente devido a não efetividade apontada por estudos, na preservação do meio ambiente.

Os achados podem contribuir ainda, para o desenvolvimento tanto das organizações estudadas, quanto da sociedade, especialmente por desenvolver uma reflexão de cunho teórico e prático, sobre o papel social dessas empresas com o meio ambiente.

Ele se justifica também pelas contribuições que pode auferir ao conhecimento científico contábil e prático, em relação à utilização dos relatórios de sustentabilidade, como mecanismo de divulgação de informações ambientais pelas organizações, sob a ótica da Teoria do *Stakeholder* e da perspectiva da filosofia ecológica.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, compreende esta introdução que a partir de uma breve contextualização da Teoria do *Stakeholder*, das filosofias ecológicas e do contexto ambiental em que as empresas estão inseridas, buscou

mostrar a importância do meio ambiente nas práticas organizacionais. Na sequência, apresenta-se a questão de pesquisa, que norteia este estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos, acompanhados da justificativa e das contribuições para as organizações e para o desenvolvimento do conhecimento científico contábil.

No capítulo 2, tem-se o referencial teórico, em que são abordados os tópicos relacionados a Teoria do *Stakeholder*, proposta por Freeman (1984), sobre a divulgação de informações ambientais que as empresas realizam em relatórios de sustentabilidade, as filosofias ecológicas, que podem ser diferenciadas em rasas, intermediárias e profundas, propostas inicialmente por Naess (1973), a responsabilidade social corporativa, que as empresas são pressionadas a praticar devido aos impactos ambientais, padrões internacionais de divulgação ambiental que orientam o preparo e divulgação de informações, para as partes interessadas e ainda, experiências similares no Brasil e no mundo, relacionadas a divulgação de informações ambientais, priorização de *stakeholders* e filosofias ecológicas.

Os procedimentos metodológicos utilizados, estão apresentados no capítulo 3, o qual está dividido por subcapítulos para melhor compreensão e traz o delineamento da pesquisa de forma detalhada, a unidade de análise, a população e amostra, o constructo da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, os procedimentos e análise dos dados e por fim, apresentam-se as limitações dos métodos e técnicas desta pesquisa.

No capítulo 4, detalha-se a apresentação e análise dos dados, que darão embasamento para responder a questão de pesquisa e os objetivos. Por fim, no capítulo 5 serão relatadas as conclusões e os resultados alcançados, as limitações e as sugestões para trabalhos futuros.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Este capítulo, expõe o referencial teórico utilizado no trabalho. Realizou-se um reconhecimento sobre a Teoria do *Stakeholder*, Divulgação de Informações Ambientais e sobre as Filosofias Ecológicas.

2.1 TEORIA DO *STAKEHOLDER*

A Teoria do *Stakeholder*, desenvolvida por Freeman (1984), afirma que os interesses daqueles que afetam ou serão afetados pela atividade da empresa, devem ser levados em consideração nas estratégias que a organização adotar, sendo que estes podem ser credores, consumidores, acionistas, funcionários, fornecedores e sociedade em geral, que são, portanto, considerados como partes interessadas das atividades ambientais e sociais da empresa (Elijido-Ten, 2011; Yekini & Wang, 2018). A mesma teoria, define as partes interessadas como “forças poderosas” na dinâmica social (Belal, 2002). Vale ressaltar que existem diferenças entre os grupos de interesse, em que alguns são mais poderosos que outros (Yekini, 2012).

A Teoria do *Stakeholder*, indica que as organizações concentram a sua responsabilidade em determinado público de interesse e assim, provavelmente, fornecerão informações ambientais de qualidade e claras (Liao *et al.*, 2014). As empresas precisam prestar contas, não apenas aos investidores, mas também a todas as partes interessadas que são afetadas pelas suas atividades (Gray *et al.*, 1996 *apud* Alipour *et al.*, 2019).

As partes interessadas, são os indivíduos que possuem ou reivindicam propriedade, direitos ou interesses, tanto referente ao passado, como presente e também do futuro (Clarkson, 1995). Define-se também como um indivíduo ou um grupo de pessoas, que pode ser afetado ou afetar as ações, objetivos, práticas, políticas ou decisões da empresa (Carroll, 1999; Fragouli & Yengbalang, 2015; Yekini & Wang, 2018).

As partes interessadas, podem ser divididas em dois grupos, tendo como diferença entre os dois, o grau variado que os mesmos podem afetar ou serem afetados pela existência e atividades da empresa (Ismail *et al.*, 2018), que pode ser observado na Figura 1.

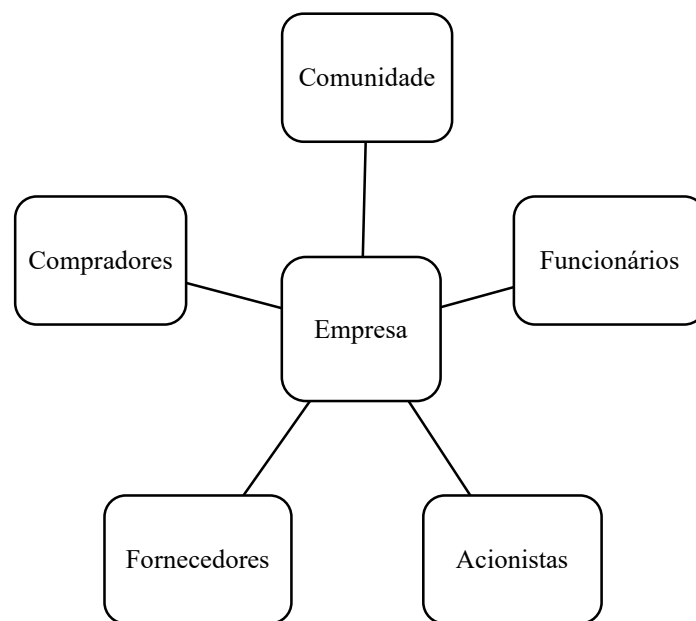


Figura 1 - Partes Interessadas primárias.

Fonte: Adaptado de Freeman, Harrison, Wicks (2007) *apud* Mascena (2013).

Conforme a Figura 1, são considerados *stakeholders* primários, os acionistas, os fornecedores, os compradores, a comunidade e os funcionários, ou seja, aqueles que possuem participação contínua nas atividades da empresa e que não conseguem sobreviver sem as relações que os ligam (Clarkson, 1995), ou ainda, segundo Freeman, Harrison, Wicks, Parmar e De Colle (2010), aqueles considerados estratégicos.

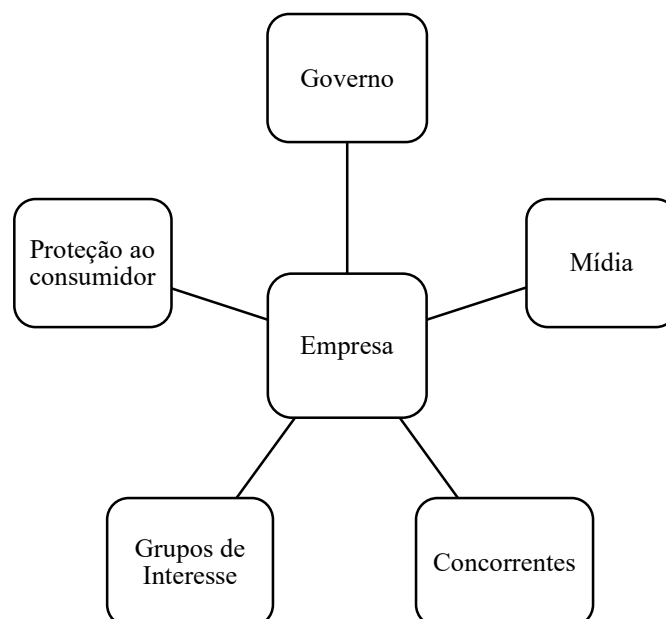


Figura 2 - Partes Interessadas secundárias.

Fonte: Adaptado de Freeman, Harrison, Wicks (2007) *apud* Mascena (2013).

Segundo a Figura 2, os *stakeholders* secundários são representados pelo governo, mídia, concorrentes, grupos de interesse e proteção ao consumidor, que são grupos afetados pelas atividades da corporação, mas não dependem diretamente desta relação para sua sobrevivência (Clarkson, 1995), ou ainda, conforme Freeman *et al.* (2010), aqueles levados em consideração devido a valores morais. As partes interessadas secundárias, têm pouco ou nenhum poder direto sobre a empresa (Ismail *et al.*, 2018).

Com base na visão da Teoria do *Stakeholder*, a empresa não deve se preocupar apenas com a parte econômica e focar somente na maximização de riqueza dos proprietários ou investidores (Ismail *et al.*, 2018). Em vez disso, a organização precisa considerar todos os públicos de interesse que afetam ou são afetados pelas suas atividades, abordando assim as partes interessadas primárias e secundárias (Mellahi & Wood, 2003).

A influência das partes interessadas, afeta diretamente as empresas e isso pode ser significativo, em relação a reputação e a relação com os investidores (Deegan, 2002; Odera *et al.*, 2016). Portanto, as organizações devem considerar todos os direitos da comunidade em geral, não apenas preocupar-se com os investidores, acionistas ou parceiros (Neu *et al.*, 1998).

Vale ressaltar que as expectativas das partes interessadas e as pressões regulatórias, são os principais fatores para a divulgação ambiental, mas também que as empresas adotam ações voluntárias, para divulgar registros ambientais e assim construir suas “credenciais ecológicas” (Neu *et al.*, 1998; Cormier & Magnan, 1999; Lee & Hutchison, 2005; Hassan & Ibrahim, 2012).

As partes interessadas, exigem que as empresas se comportem de maneira ecológica (Cerin, 2002; Berthelot & Magnan, 2003; Moneva & Ortas, 2010), e, assim, as mesmas tendem a aumentar o nível de divulgação de informações ambientais, na busca de agregar valor (Gamble, Hsu, Kite e Radtke, 1995 *apud* Pucheta-Martínez & Gallego-Álvarez, 2019). Quando uma empresa não opera dentro dos padrões considerados apropriados pela sociedade, a comunidade em geral pode buscar revogar os direitos desta atividade (Deegan & Rankin, 1997). Por conseguinte, as organizações buscam divulgar informações sociais e ambientais, para legitimar sua imagem perante a sociedade (Deegan, 2002).

Uma empresa que possui visão voltada para as partes interessadas, inclui nas suas decisões, as questões ambientais, culturais e sociais, que estão de acordo com a estratégia global, que não são observadas por outras perspectivas, como visões baseadas em recursos ou custos de transação (Devinney, Mcgahan, & Zollo, 2013). Para minimizar as

preocupações dos fornecedores, o envolvimento das partes interessadas nos processos ambientais é essencial (Plaza-Úbeda, De Burgos-Jiménez, & Carmona-Moreno, 2010).

A Teoria do *Stakeholder*, possui a estrutura adequada para apoiar estratégias ambientais, porque existem diversas pressões das partes interessadas (Chakrabarty & Wang, 2012; Lewis, Walls, & Dowell, 2014). Este público, leva em consideração as informações relacionadas a atuação da empresa, em relação aos cuidados com o meio ambiente, para a tomada de decisão (Blacconiere & Patten, 1994; Blacconiere & Northcut, 1997; Richardson & Welker, 2001; Reverte, 2009) analisando portanto, aspectos sociais e ambientais, não apenas os lucros que a empresa está acumulando (Gray, Kouhy, & Lavers, 1995a).

Isso mostra que empresas ambientalmente responsáveis, buscam divulgar informação verídicas, para atender as expectativas das partes interessadas (Gerged *et al.*, 2020). Os gerentes buscam não se envolver em práticas que não sejam aceitas pela sociedade, buscando mostrar uma imagem de empresa adequada às normas ambientais, para evitar possíveis conflitos (Kim, Park, & Wier, 2012).

Com base nesta teoria, espera-se que as empresas se envolvam em atividades que beneficiam as partes interessadas (Boesso & Kumar, 2007). Ela pode ser diferenciada entre o ramo normativo, gerencial e ético (Deegan, 2002), sendo que o primeiro valoriza os direitos iguais a todas as partes interessadas (Gray, Kouhy, & Lavers, 1995b), o segundo enfatiza a preocupação com o gerenciamento das partes interessadas (Ullmann, 1985; Odera *et al.*, 2016). Por último, o ramo ético espera que empresas tenham uma postura ética e divulguem todas as informações aos *stakeholders* (Odera *et al.*, 2016).

A Teoria do *Stakeholder*, busca entender a intensidade e as preferências das partes interessadas e assim as organizações buscam se concentrar nos interesses deles para poder corresponder às expectativas (Baalouch *et al.*, 2019). Partindo-se destes pressupostos, informações ambientais serão divulgadas com alta qualidade, para que as expectativas sejam atendidas (Liao *et al.*, 2014).

A Teoria busca identificar a relação existente entre os comportamentos da empresa e seu impacto sobre seus *stakeholders*, tomando conhecimento do ambiente que a organização está inserida, identificando os clientes, fornecedores, funcionários e outros segmentos que possuem alguma relação direta ou indireta, pois a mesma reconhece a dependência para sua sobrevivência e assim pode fornecer informações por meio de divulgações sociais e ambientais voluntárias, para obter apoio e aprovação das partes interessadas (Ofoegbu, Odoemelam, & Okafor, 2018).

2.1.1 Priorização e Saliência dos *Stakeholders*

Phillips (2003) argumenta que a Teoria do *Stakeholder* aborda como os gestores alocam tempo, recursos escassos, capacidade e atenção entre as partes interessadas, em que busca mostrar como eles priorizam determinados interesses de alguns *stakeholders*, podendo esta situação ser observada de duas perspectivas, sendo a primeira relacionada a importância que o gestor atribui a determinado *stakeholder* e a segunda pode ser compreendida como a alocação de recursos, para o atendimento dos interesses das partes interessadas.

Os *stakeholders* focados na primeira perspectiva, que será utilizada neste estudo, são considerados como mais importantes e conseqüentemente, recebem maior atenção por parte da gestão. Para identificá-los, segundo características apresentadas nesta perspectiva, utilizou-se o modelo de saliência de *stakeholders*, proposto por Mitchell *et al.* (1997), que estabeleceu graus em que os gestores priorizam as reivindicações das partes interessadas. Segundo Oates (2013), o referido modelo é amplamente reconhecido como uma das mais influentes contribuições para a Teoria do *Stakeholder*. Segundo Mitchell *et al.* (1997, p. 854):

Veremos as partes interessadas identificadas como primárias ou secundárias ou proprietárias de ativos menos tangíveis; como atores ou aqueles que agiram; como aqueles que existem em um relacionamento voluntário ou involuntário com a empresa; detentores de direitos, contratados ou requerentes morais; como provedores de recursos ou dependentes da empresa; tomadores de risco ou influenciadores; e como diretores legais a quem os gerentes de agentes assumem um dever fiduciário (Tradução Livre).²

A Teoria do *Stakeholder* revisada por Mitchell *et al.* (1997), propõe diversos sinais para a identificação das partes interessadas com o objetivo de diferenciar quem são partes interessadas das que não são, para assim verificar quem realmente os gerentes prestam atenção. Para isso, os autores propõem que os *stakeholders* podem ser identificados por apresentarem uma, duas ou até as três características mutuamente, conforme segue:

² We will see stakeholders identified as primary or secondary or owners of less tangible assets; as actors or those acted upon; as those existing in a voluntary or an involuntary relationship with the firm; as rights-holders, contractors, or moral claimants; as resource providers to or dependents of the firm; as risk-takers or influencers; and as legal principals to whom agent-managers bear a fiduciary duty.

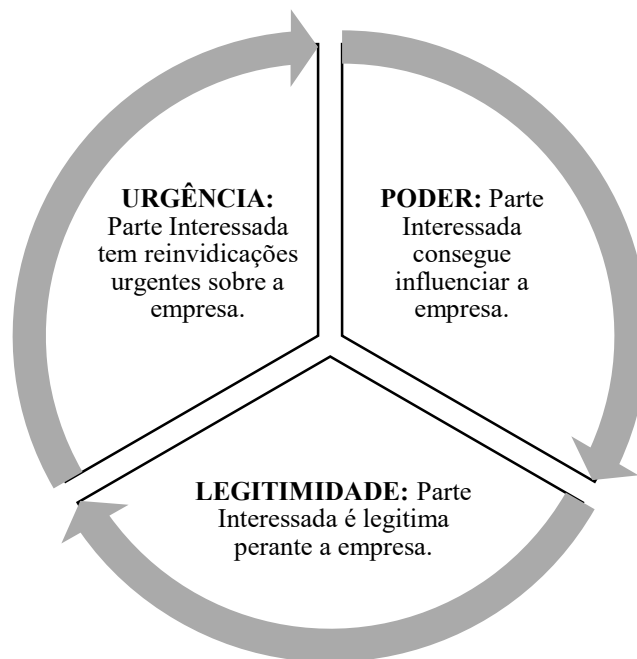


Figura 3 – Características das classes dos *stakeholders*.
Fonte: Adaptado de Mitchell *et al.* (1997).

Conforme os atributos apresentados na Figura 3, os gerentes podem prestar atenção em determinados aspectos de alguma das partes interessadas, para conseguir atingir determinados fins (Mitchell *et al.*, 1997).

O atributo Poder, pode ser explicado pelo conceito proposto por Dahl (1957), da seguinte maneira: “um relacionamento entre atores sociais em que um ator social, A, pode convencer outro ator social, B, a fazer algo que B não teria feito” (Mitchell *et al.*, 1997, p. 865). O poder utilizado em um cenário organizacional, pode ser observado por recursos usando o poder como: “poder coercitivo, baseado nos recursos físicos da força, violência ou restrição; poder político, baseado em recursos materiais ou financeiros; e poder normativo e baseado em recursos simbólicos” (Etzioni, 1964 *apud* Mitchell *et al.*, 1997, p. 865).

O atributo Legitimidade, que está relacionado a legitimação perante às partes interessadas e segundo Suchman (1995), apresenta-se a seguinte definição de legitimidade:

é ampla e reconhece a natureza avaliativa, cognitiva e socialmente construída da legitimidade. Ele define legitimidade como "uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições" (Suchman, 1995 *apud* Mitchell *et al.*, 1997, p. 866).

O atributo de legitimidade, é um bem social desejável, que pode ser negociado e definido de diversas maneiras e níveis da organização social (Mitchell *et al.*, 1997).

O último atributo, de Urgência, é definido como “o grau em que as reivindicações dos *stakeholders* exigem atenção imediata” (Mitchell *et al.*, 1997, p. 867) e ela existe quando a exigência tem um prazo mensurável e definido para o gestor atender a demanda e quando uma relação é importante ou crucial para a parte interessada, sendo mensurada pelo grau de importância (Mitchell *et al.*, 1997).

Com base nos argumentos de Mitchell *et al.* (1997), busca-se descobrir quem realmente importa para as organizações, baseando-se em premissas como: os gerentes buscam alcançar determinadas partes interessadas para atender os seus próprios interesses, a sua percepção dita a relevância dos *stakeholders* e as várias partes interessadas podem ser diferenciadas por três atributos: poder, legitimidade e urgência.

Com as três classes definidas, podem surgir sete tipos de categorias, sendo três com apenas um atributo, três com dois atributos e uma com todos os atributos (Mitchell *et al.*, 1997), conforme a Figura 4:

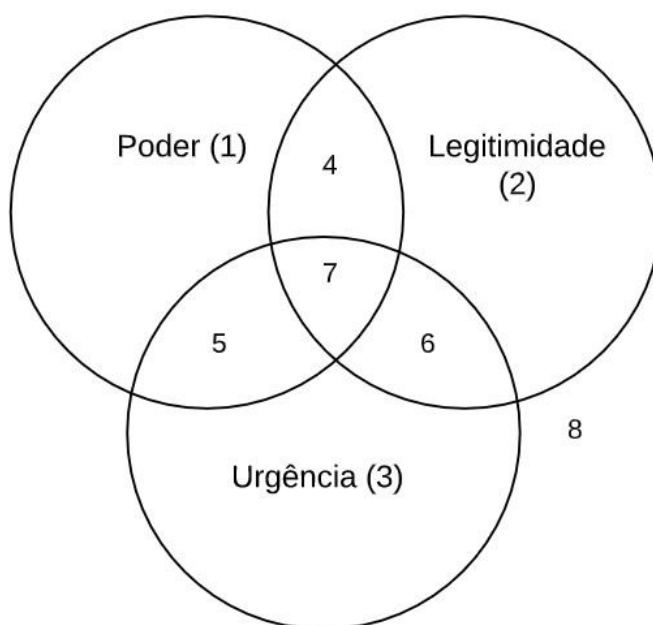


Figura 4 – Grupos das classes dos *stakeholders*.
Fonte: Adaptado de Mitchell *et al.* (1997).

Mitchell *et al.* (1997), afirma que a relevância das partes interessadas está positivamente relacionada ao número cumulativo de atributos - poder, legitimidade e urgência – percebidos pelos gerentes. Os grupos de baixa saliência (1, 2 e 3), são denominados de latentes, pois cada um apresenta apenas um dos atributos; os moderadamente salientes (4, 5 e 6), são definidos como expectantes, pois apresentam dois atributos e são identificados como *stakeholders* que esperam algo da organização; e a parte que apresentar

os três atributos, será definida altamente saliente que estará classificada no campo (7). Por fim, indivíduos ou entidades que não possuem nenhum dos atributos, são denominados não-acionistas ou potenciais partes interessadas são classificadas como (8).

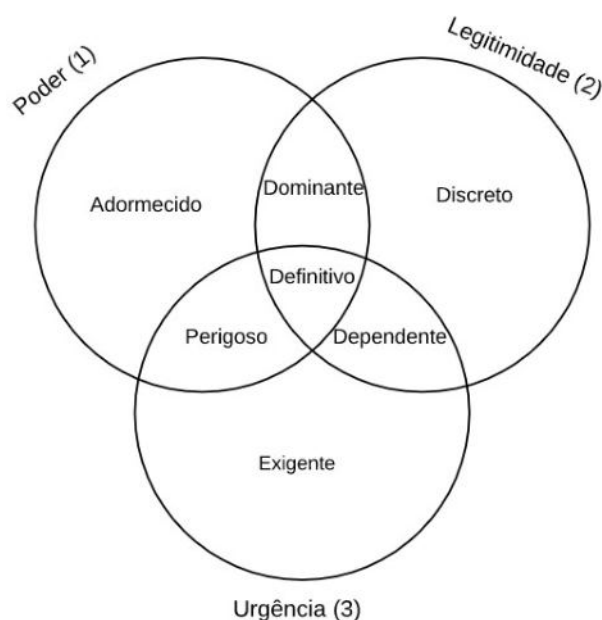


Figura 5 - Classes dos *stakeholders*.
Fonte: Adaptado de Mitchell *et al.* (1997).

Conforme a Figura 5, as partes interessadas latentes são aquelas que possuem apenas um dos três atributos, que inclui os adormecidos, os discretos e os exigentes, já os expectantes, são os que possuem ao mesmo tempo dois atributos, sendo classificados nesta categoria os dominantes, os dependentes e os perigosos, e por último o definitivo, que apresenta os três atributos (Mitchell *et al.*, 1997).

As partes interessadas latentes, normalmente não são gerenciadas pelos gestores, por não possuírem relevância nas escolhas da organização e em contrapartida, estas partes interessadas podem não prestar atenção ou nem mesmo reconhecerem a empresa (Mitchell *et al.*, 1997).

Neste grupo de latentes, tem-se os Adormecidos, que possuem apenas o atributo de poder, que permite impor sua vontade na empresa, mas como não possuem legitimidade ou urgência, seu poder permanece sem uso. Os Discretos possuem o atributo da legitimidade, mas não tem o poder e a urgência para influenciar a empresa, sendo uma característica importante deste grupo, o fato de receberem a responsabilidade social corporativa e por fim o último dos latentes, são os exigentes, que possuem o atributo de urgência, mas não possuem poder e legitimidade e por isso são descritos como “os mosquitos zumbindo nos ouvidos”,

ou seja, fazem barulho mas não conseguem realizar mudanças significativas (Mitchell *et al.*, 1997).

O segundo grupo, é composto pelos que possuem saliência moderada, classificados como expectantes, vistos como “esperando algo”, pois possuem dois dos três atributos - poder, legitimidade e urgência – assim, os mesmos exercem função ativa nos seus interesses como *stakeholders* (Mitchell *et al.*, 1997).

Os Dominantes são poderosos e legítimos perante a empresa, tendo capacidade para exigir reivindicações autênticas e também, para atuar e tomar decisões sobre as mesmas, nas relações com a organização. Como exemplo, tem-se os conselhos de administração que geralmente são compostos por *stakeholders* prioritários e conforme o autor, relatórios anuais e de responsabilidade ambiental e social, são elaborados focando muitas vezes neste grupo. (Mitchell *et al.*, 1997).

Os Dependentes possuem os atributos de legitimidade e urgência, pois estes dependem de outras partes interessadas, que possuem o poder necessário para realizarem a sua vontade, podendo ser enquadrados neste grupo os mamíferos marinhos, as aves e até o próprio ambiente natural (Mitchell *et al.*, 1997).

Os Perigosos possuem os atributos de urgência e poder, porém lhe falta a legitimidade, sendo caracterizados por possuírem coerção e violência, tornando-os assim “perigosos” (Mitchell *et al.*, 1997). Por último, os classificados como definitivos possuem alta relevância, onde os três atributos - poder, legitimidade e urgência - são percebidos pelos gerentes como presentes.

Em relação as pesquisas relacionadas, alguns estudos propuseram algumas análises com o foco nas partes interessadas e também relacionadas com o meio ambiente e a Responsabilidade Social Corporativa, conforme descrito na sequência.

Mascena (2013), teve como objetivo identificar a priorização dos *stakeholders* em empresas brasileiras e sua relação com a indústria. A amostra foi composta por 90 empresas que divulgam relatórios anuais, que adotavam o modelo GRI. Os resultados mostraram que existe uma hierarquia na priorização dos *stakeholders* e há indícios de que a indústria influencia o nível de atendimento dos interesses das partes interessadas.

O trabalho de Rodrigue (2014), buscou identificar a dinâmica informacional em relação a gestão ambiental corporativa, que ocorre entre a empresa e os seus *stakeholders*. Para isso, foi realizado um estudo de caso, que buscou contrastar as informações ambientais divulgadas pela empresa e as mesmas informações divulgadas por quatro partes interessadas,

a saber, governo, comunidade, organizações não-governamentais ambientais e investidores. Como resultados, o estudo identificou que existem múltiplos padrões relacionados à dinâmica de divulgação ambiental, em que encontraram informações correspondentes e também divergências entre as divulgações, e esta divergência pode estar ligada ao nível de interação das partes interessadas, em que *stakeholders* mais envolvidos tendem a ser semelhantes nas divulgações, em comparação com as divulgadas pela empresa.

Lopes (2015), tinha como objetivo investigar como a RSC na perspectiva dos *stakeholders*, pode influenciar as decisões das organizações, no que diz respeito aos desempenhos da sua função social. Para isso, utilizou a Teoria do *Stakeholder* e a Teoria da RSC, para analisar um estudo de caso. Como conclusão, a autora constatou que independentemente de a parte interessada ser primária ou secundária, ambas exercem um papel importante nas políticas relacionadas a RSC e os que apresentam mais saliência, são os que mais influenciam as práticas. Dentre todos os *stakeholders*, os colaboradores apresentaram mais influência sobre as ações de RSC.

Morrison, Wilmschurst e Shimeld (2016), tinham como objetivo explorar se existia diferença entre as abordagens éticas de uma empresa, em comparação com os *stakeholders*, em relação as questões ambientais, identificadas principalmente em relatórios ambientais corporativos. Foi adotado a análise do discurso, para explorar as narrativas relacionadas ao meio ambiente nos relatórios de sustentabilidade, em comparação com as respostas de uma amostra de *stakeholders* da empresa, usando três ramos da ética ambiental: utilitarismo, deontologia e ética da virtude. Como resultados, os autores concluíram que as abordagens éticas nos relatórios da empresa do estudo de caso, foram fundamentadas no utilitarismo e na deontologia, em contraste com uma abordagem ética da virtude, expressa por *stakeholders* externos. Com o tópico da Teoria do *Stakeholder* finalizado, parte-se para as questões relacionadas com a divulgação de informações ambientais por parte das empresas.

2.2 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Vários termos são utilizados na literatura contábil, para se referir a práticas de divulgação social e ambiental e que ultrapassam a esfera financeira, como responsabilidade social corporativa, divulgação social e ambiental e práticas éticas, que buscam refletir sobre os esforços para a prestação de contas das empresas aos seus *stakeholders* (partes interessadas). Sendo assim, a divulgação ambiental é o processo de comunicação dos efeitos

ambientais da organização aos investidores, além dos dados financeiros, e isso ocorre a partir do pressuposto de que as empresas têm responsabilidade em criar valor a seus acionistas (Ahmadi & Bouri, 2017).

Nas décadas de 1960 e 1970, os relatórios financeiros foram atualizados, para comunicar aos *stakeholders* as informações ambientais (Deegan & Rankin, 1997), porém as primeiras divulgações produzidas formalmente por empresas, são datadas dos anos 80 (Ingram & Frazier, 1980), sendo que os investidores começaram a dar importância a esses dados a partir dos anos 90 (Epstein & Freedman, 1994; Deegan & Rankin, 1997; De Villiers & Van Staden, 2010).

Devido ao aumento da importância atribuída às questões ambientais e a necessidade de se divulgar para as partes interessadas, as empresas tendem a divulgar voluntariamente informações relacionadas aos impactos e, portanto, questões ambientais foram sendo institucionalizadas nos relatórios contábeis (Cormier & Magnan, 2007).

Vale ressaltar também, que a extensão e conteúdos divulgados variam conforme o contexto institucional, o tempo, o setor de atuação e a empresa (Gray, Javad, Power, & Sinclair, 2001; Cormier & Magnan, 2007). O setor em que as organizações operam e o país onde estão instaladas, pode ter um impacto indireto nas divulgações ambientais (Freedman & Jaggi, 2005).

Outro fator que pode influenciar a divulgação ambiental é a cultura do país, pois a mesma tem implicações importantes na ética, na responsabilidade social corporativa, na cultura organizacional e nas práticas gerenciais (Pucheta-Martínez & Gallego-Álvarez, 2019), e assim a estrutura cultural afeta o comportamento das pessoas (Williamson, 2000) e gera diferentes estratégias organizacionais (Scott, 2008).

A divulgação ambiental, pode ser definida como prestação de contas (Ismail *et al.*, 2018; Alipour *et al.*, 2019; Abdullah, Hamzah, Ali, Tseng, & Brander, 2020). É a preparação e captura das informações ambientais para informar aos *stakeholders* (Deegan, 2017).

É a divulgação do impacto que as atividades da organização causam no ambiente físico ou natural em que estão instaladas (Wilmsheurst & Frostr, 2000; Buhr & Freedman, 2001; Deegan, 2017; Alipour *et al.*, 2019). Divulga como as empresas gerenciam as obrigações ambientais (Cormier, Gordon, & Magnan, 2004; Rahaman, Lawrence, & Roper, 2004; Hasseldine, Salama, & Toms, 2005; De Villiers & Van Staden, 2006).

Divulgação ambiental engloba informações qualitativas e quantitativas, que mensuram o impacto ambiental das atividades realizadas pela empresa (Buhr & Freedman,

2001; Burritt, 2002). Divulgação de informações relacionadas ao desempenho e atividade de uma organização e suas implicações financeiras (Wang & Bernell, 2013).

A divulgação ambiental ocorre quando as empresas divulgam o impacto provocado pelas suas atividades ao meio ambiente (Rosa, Ensslin, Ensslin, & Lunkes, 2012). A divulgação ambiental, segundo Lu & Abeysekera (2014), pode ser considerada como um diálogo entre a empresa e os seus *stakeholders* que possuem algum interesse pelas atividades socioambientais corporativas, em que a organização busca demonstrar o cumprimento da responsabilidade social corporativa (RSC).

Segundo Sheehy (2015), a definição de RSC é complicada e complexa, por causa do contexto dos problemas e por sua natureza, pois a ecologia, a sociedade e o sistema econômico, são sistemas complexos e a RSC está envolvida com cada uma destas esferas.

A RSC pode ser definida como uma forma de autorregulação organizacional, que pode ser adotada por empresas, para serem reconhecidas como sustentáveis, por terem uma cidadania corporativa, consciência corporativa ou ainda, como organizações responsáveis, e estão ligadas a questões relacionadas à comunidade, filantropia, relações de mercado, atividade de bem-estar, governança corporativa, conformidade legal, sustentabilidade ambiental e direito dos trabalhadores (Sheehy, 2015). A responsabilidade social corporativa acontece, quando a organização se envolve em atividades relacionadas ao social e ambiental, que vão além do que a Lei exige (Siegel & Vitaliano, 2007).

RSC pode ser também caracterizada como um sacrifício dos lucros, em que os acionistas destinam parte dos investimentos futuros, para melhorar a responsabilidade social (Sheehy, 2015). Ela pode ser considerada uma mudança de foco, em que ocorre o gerenciamento interno, para aprimorar as relações sociais e de partes interessadas, ou melhorar algum outro aspecto de desempenho organizacional, que pode ser representado pela adoção de determinados códigos de conduta, ou adoção de padrões explícitos, como ISO 26000, *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e o *Global Reporting Initiative* (GRI), ou ainda, padrões da ONU (Organização das Nações Unidas) (Sheehy, 2015).

Empresas que adotam a RSC, podem conquistar a lealdade dos consumidores existentes, bem como atrair novos clientes, mantendo assim o crescimento e criando novos produtos, com componentes que beneficiam o meio ambiente e a sociedade (Porter & Kramer, 2011). Supõe-se que as empresas socialmente responsáveis antecipam seus benefícios, como a cobrança de preços superiores por seus produtos e ainda, utilizam-se da

RSC, para recrutar e reter trabalhadores de alta qualidade (Gamerschlag, Möller, & Verbeeten, 2011).

A RSC está intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável, quer dizer, as atividades da empresa, não podem impactar negativamente o meio ambiente e a sociedade (Irigaray, Vergara, & Santos, 2013). Com os custos superiores, espera-se que a empresa alcance *status* mais altos de empresa socialmente responsável (Siegel & Vitaliano, 2007).

Os principais motivos para as empresas divulgarem informações ambientais, está relacionado com o objetivo de aumentar a legitimidade perante as partes interessadas, ou seja, buscar aprovação da sociedade (Rahaman *et al.*, 2004; Clarkson, Li, Richardson, & Vasvari, 2008; Spence, Husillos, & Correa-Ruiz, 2010; Deegan & Shelly, 2014; Plumlee, Brown, Hayes, & Marshall, 2015; Deegan, 2017; Delgado-Márquez, Pedauga, & Córdón-Pozo, 2017).

Também esta relacionada com criar uma imagem positiva da organização (Plumlee *et al.*, 2015), mostrar os impactos positivos e consequentemente diminuir as percepções negativas (Alipour *et al.*, 2019), gerenciar as expectativas das partes interessadas (Neu *et al.*, 1998; Delgado-Márquez *et al.*, 2017).

Demanda regulatória pode ser outro motivo para a divulgação (Murdifin *et al.*, 2019), porque o meio ambiente é um recurso não renovável, pressões das partes interessadas, pressões sociais e políticas (Cho & Patten, 2007), foco da sociedade (Dennis, 2002), aumentar a fidelidade dos clientes e assim gerando vantagem competitiva, menos batalhas legais e menos legislação imposta pelo governo (Elijido-Ten, Kloot, & Clarkson, 2010).

As organizações podem divulgar informações ambientais para aumentar sua lucratividade, fomentar uma imagem favorável e melhorar seu desempenho (Hsu, 2012; Ge & Liu, 2015).

As empresas sofrem pressões em relação aos impactos provocados ao meio ambiente por conta das suas atividades, sendo que estas podem ser divididas em dois grupos: o primeiro, caracterizado por pressões regulamentadas por políticas globais, regulamento governamental, direito ambiental, instituições ambientais e medição fiscal, e o segundo está relacionado a pressões exercidas pelo mercado, como concorrentes, investidores, acionistas e partes interessadas (Murdifin *et al.*, 2019).

Pesquisas anteriores, podem ser enquadradas em dois campos distintos relacionados as determinantes para a divulgação ambiental, sendo a primeira relacionada a lógica econômica, quer dizer, a decisão da divulgação ambiental está relacionada com o objetivo de

satisfazer às necessidades dos seus acionistas, que exigem saber quais atividades impactam o meio ambiente, para avaliar se isso afetará ou comprometerá os fluxos de caixa futuro. Por outro lado, na perspectiva da legitimidade, as empresas procuram divulgar informações ambientais que atendem às necessidades dos investidores (parte financeira interessada) e outros *stakeholders*, que têm por objetivo verificar os impactos causados ao meio ambiente (Cormier & Magnan, 2015).

A teoria econômica sugere que os investidores atuais e em potencial, exigem divulgação de informações ambientais relevantes, para a tomada de decisão do investimento e em resposta, as empresas avaliam o custo-benefício dessa divulgação (Tadros & Magnan, 2019).

Quando ocorre a ausência de informações, os investidores coletam dados privados, aumentando o custo da negociação. Por outro lado, se a empresa disponibilizar as informações ambientais, a mesma se beneficia com a redução do custo para coleta das informações (Diamond, 1985; Botosan, 1997).

As motivações relacionadas a divulgação ambiental podem ser resumidas na Tabela 1.

Motivação	Autores
Aumentar a legitimidade perante as partes interessadas.	Rahaman <i>et al.</i> (2004); Clarkson <i>et al.</i> (2008); Spence, Husillos e Correa-Ruiz (2010); Deegan e Shelly (2014); Cormier e Magnan (2015); Plumlee <i>et al.</i> (2015); Deegan (2017); Delgado-Márquez, Pedauga e Córdón-Pozo (2017).
Criar uma imagem positiva da organização.	Plumlee <i>et al.</i> (2015).
Gerenciar as expectativas das partes interessadas.	Neu <i>et al.</i> (1998); Delgado-Márquez <i>et al.</i> (2017).
Demanda regulatória.	Murdifin <i>et al.</i> (2019).
Pressões das partes interessadas.	Cho & Patten (2007); Murdifin <i>et al.</i> (2019)..
Aumentar a fidelidade dos clientes.	Elijido-Ten, Kloot e Clarkson (2010).
Aumentar sua lucratividade.	Hsu (2012); Ge e Liu (2015).
Investidores atuais e em potencial, exigem divulgação de informações ambientais relevantes.	Tadros e Magnan (2019).

Tabela 1 - Razões pelas quais as divulgações ambientais ocorrem.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos autores do referencial teórico (2021).

Observa-se que, embora a divulgação ambiental já esteja sendo realizada há muitos anos, a mesma não é regulamentada pela legislação (Ane, 2012; De Villiers & Van Staden, 2012; Ismail *et al.*, 2018). Assim, por ser ainda voluntária, as empresas são livres para escolher a forma de divulgação e com isso, podem surgir problemas de qualidade, como comparabilidade e consistência, no decorrer dos anos e entre as organizações (Ahmad &

Sulaiman, 2004; Ane, 2012; De Villiers & Van Staden, 2012; Michelin, Pilonato, & Ricceri, 2015).

Não existe uma definição universal sobre a qualidade da divulgação ambiental (Baalouch *et al.*, 2019). Para Brammer e Pavelin (2008), a qualidade está relacionada com a relevância das informações divulgadas, para o maior número possível de partes interessadas e a mesma está sujeita a confirmação externa.

A qualidade pode ser medida, a partir da utilidade para um usuário externo (Ane, 2012; Michelin *et al.*, 2015). Por exemplo, para Jacobs, Singhal e Subramanian (2010), o mercado não reage bem a prêmios ambientais que não são governamentais, pois são menos prestigiados e objetivos e tendem a ser considerados como propaganda.

Relatórios de divulgação ambiental de alta qualidade, são os que informam não apenas os objetivos da empresa, mas também as estratégias e atividades realizadas para serem alcançadas (Ahmadi & Bouri, 2017). Alta qualidade ocorre, quando a divulgação ambiental consegue agregar na precisão e relevância, podendo ser utilizada para a tomada de decisão (Cormier, Magnan, & Van Velthoven, 2005).

A responsabilidade pelo impacto ambiental, requer uma abordagem de divulgação que garanta transparência e que seja de interesse público (Patten, 2005; Llana, Moneva, & Hernandez, 2007). Com isso, as informações devem estar disponíveis para uma ampla gama de *stakeholders*, adicionando o público em geral (Bebbington, Unerman & O'Dwyer 2014 *apud* Situ & Tilt, 2018; Gray, Owen e Adams 1996 *apud* Situ & Tilt, 2018).

Neste contexto, divulgações ambientais obrigatórias tendem a possuir alta qualidade, em comparação a divulgação voluntária, que muitas vezes é incompleta e auto elogiável (Deegan & Gordon 1996; Gray, Owen, & Adams 1996 *apud* Situ & Tilt, 2018).

Assim, a falta de diretrizes no âmbito nacional e internacional, permite uma maior flexibilidade relacionada às divulgações ambientais e como resultado, pode ocorrer uma falta de integridade em termos de conteúdo, informações e extensão (Said, Zainuddin, & Haron, 2009; De Villiers & Van Staden, 2012; Haji, 2013; Michelin *et al.*, 2015). Com isso, a confiabilidade da divulgação ambiental é frequentemente questionada (Wang & Bernell, 2013), pois espera-se que as atividades ambientais estimulem os comportamentos éticos corporativos (Kang & Moon, 2011).

O aumento da conscientização com relação a exploração de recursos naturais, em decorrência do movimento de desenvolvimento econômico sustentável, fez com que as empresas voltassem sua atenção para a sensibilidade ambiental e assim o meio ambiente tem

sido considerado a base para a sustentabilidade (Morse & Vogiatzakis, 2014; Okafor, 2018). A divulgação destas informações ambientais por parte das empresas, é um aspecto importante que deve ser gerenciado (Okafor, 2018).

Estas divulgações ocorrem principalmente em relatórios de sustentabilidade, que são utilizados para relatar informações relacionadas aos impactos econômicos, sociais e ambientais das operações das empresas (Faroop & Villiers, 2019).

Vários motivos levam as organizações a divulgarem informações ambientais (Gray *et al.*, 2001), especialmente porque os relatórios, sites e outros documentos, fornecem um perfil das atividades da empresa no decorrer dos anos (Harte & Owen, 1991; Tilt & Symes, 2006; Stray, 2008).

Instituições internacionais desenvolveram padrões para orientar a implementação da divulgação ambiental corporativa e padronizar práticas globais de publicação (Wang & Bernell, 2013), tendo como principais representantes o IIRC e o GRI.

O IIRC é um conselho criado para estruturar e estabelecer os Princípios Básicos e Elementos de Conteúdo dos relatórios integrados, para que possam servir de base para o que deve ser divulgado. O principal conceito neste padrão, é a visão de longo prazo sobre o mundo, que enfatiza o pensamento integrado das práticas comerciais dos setores públicos e privados, contribuindo assim para a alocação eficiente e produtiva do capital (IIRC, 2014).

Também conhecido no Brasil como “Relato Integrado”, o mesmo visa melhorar a responsabilidade pela gestão dos sete capitais, que são: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural, tendo sempre a visão de integração entre todos (IIRC, 2014).

As empresas são dependentes de todos estes capitais para serem eficientes, pois os mesmos podem acumular-se, aumentar, diminuir ou se transformar, por meio das atividades realizadas. Para exemplificar, considera-se o uso da água para irrigação de lavouras, que servem de alimento para o gado, tendo em vista que todos estão classificados como capital natural, sendo este o foco do presente estudo (IIRC, 2014).

Este capital muitas vezes pode ser de propriedade da empresa, de outros ou ainda. pode não possuir dono e assim, a responsabilidade de gestão pode ser imposta por Lei ou regulamentação de proteção ambiental e não obstante, se não houver uma regulação, a empresa pode ter responsabilidade ética de aceitar a função de gestão, e suas práticas podem ser norteadas pelas expectativas das partes interessadas (IIRC, 2014).

O capital natural inclui todos os recursos ambientais, renováveis ou não, e os processos naturais que fornecem de alguma maneira, bens e serviços, que corroboram para o desempenho presente, do passado e do futuro da empresa, incluindo aqui a água, a terra, os minerais, as florestas, a biodiversidade e a qualidade do ecossistema (IIRC, 2014).

Este capital pode estar relacionado ao ambiente externo, que afeta diretamente a geração de valor em curto, médio e longo prazo, tendo fatores como interesses e necessidades das partes interessadas, velocidade e efeitos das mudanças tecnológicas, desafios ambientais como mudanças climáticas, perda de ecossistemas e escassez de recursos. Portanto, à medida que os limites do planeta se aproximam, entende-se a necessidade de que os aspectos citados sejam gerenciados (IIRC, 2014).

As partes interessadas são um fator importante para o IIRC, representadas por todos os grupos afetados, de alguma maneira, pelas atividades da organização, ou ainda, nos casos em que produtos por ela produzidos, possam causar algum impacto, sendo todos levados em consideração, em virtude da geração de valor ao longo do tempo. Esse público, é constituído na maioria das vezes, por “provedores de capital financeiro, empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, ONGs, grupos ambientalistas, legisladores, reguladores e formuladores de políticas” (IIRC, 2014, p. 33).

As questões tecnológicas estão ligadas ao planejamento, design da produção, alocação de habilidades e conhecimentos na manufatura ou prestação de serviço, que incentiva assim a cultura da inovação, geração de novos produtos e serviços, melhora o uso da tecnologia e com isso, substitui insumos para minimizar os efeitos sociais e ambientais, com o uso de alternativas para a realização das atividades (IIRC, 2014).

Outro movimento que deve ser mencionado é o GRI, criado em 1997 por uma ONG (Organização não Governamental) americana, chamada *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (Ceres) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), desenvolvido para orientar e mostrar as diretrizes para relatórios de sustentabilidade, em que são propostos princípios para relatórios, divulgações de padrões e manuais de implementação, independentemente do seu porte, setor ou país, preocupado principalmente com a divulgação da governança, desempenho e impactos ambientais, sociais e econômicos das organizações (GRI, 2015).

A primeira versão foi publicada em 2000, a segunda em 2002, a terceira em 2006 (Paris, 2012), e a quarta em 2013 (GRI, 2015). A GRI gera a maioria dos padrões de relatórios utilizados em relatórios de sustentabilidade (Brown, 2011 *apud* Murdifyn *et al.*, 2019), sendo

considerado o mais popular entre os movimentos globais de divulgação (Wang & Bernell, 2013).

As diretrizes propostas pelo GRI, são divididas em três categorias: econômica, ambiental e social (GRI, 2015). Como o foco são as divulgações ambientais, o recorte será especificamente nestas orientações. Os principais focos do padrão do GRI em relação a divulgação ambiental, podem ser observados na Figura 6.

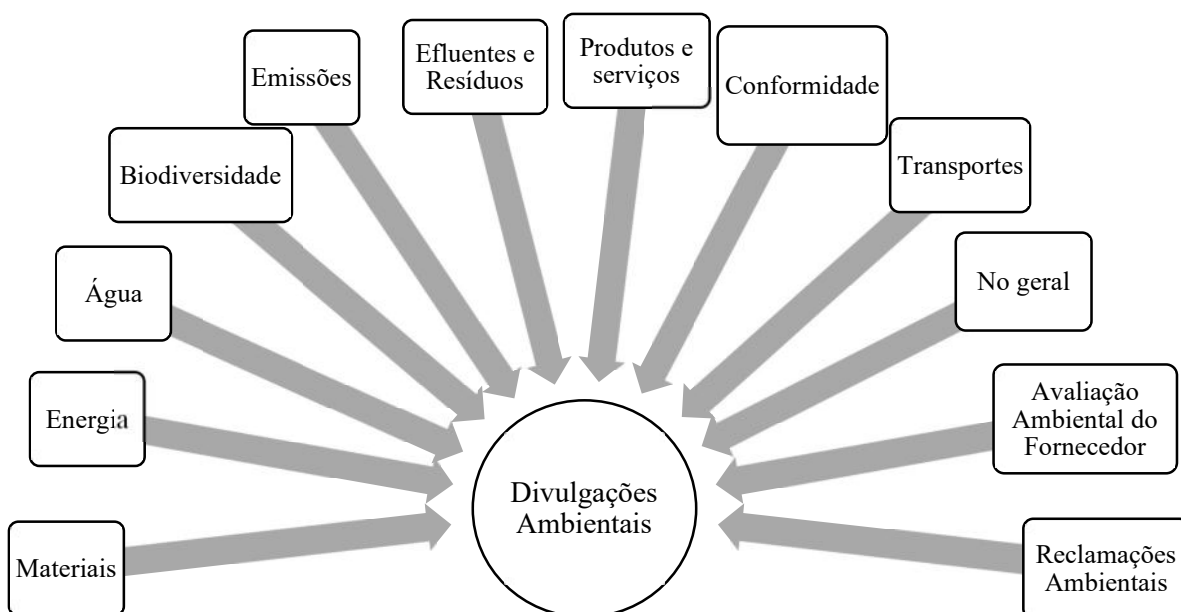


Figura 6 - Divulgações Ambientais.
Fonte: Elaborado pelo autor com base no GRI (2015).

A dimensão ambiental está relacionada ao impacto da organização na sustentabilidade, nos sistemas naturais vivos e não vivos, abrangendo terra, ar, água e ecossistemas, sendo que esta categoria orienta as divulgações relacionadas a insumos, como energia e água, produtos, como emissões, efluentes e resíduos, considera a biodiversidade, o transporte e os possíveis danos causados pelos produtos e serviços (GRI, 2015).

Os indicadores ambientais, demonstram como a empresa gerencia os impactos ambientais causados à natureza, à água, ao ar, ao solo e ao ecossistema, abrangendo informações sobre os impactos provocados pelos seus produtos e serviços ao meio ambiente, o consumo de recursos, a utilização de substâncias ambientalmente perigosas, a emissão de gases, a geração de resíduos, os custos de investimentos ambientais e multas por irregularidades ambientais (Godoi, 2011).

Em relação aos materiais, são divulgados os “materiais utilizados por peso ou volume e a porcentagem de materiais usados que são materiais de entrada reciclados” (GRI, 2015, p. 85). O tópico de energia, orienta sobre a divulgação de “consumo de energia dentro da organização, consumo de energia fora da organização, intensidade de energia, redução do consumo de energia e reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços” (GRI, 2015, p. 88).

O tópico da água, orienta as divulgações relacionadas com “captação total de água por fonte, fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água e percentual e volume total de água reciclada e reutilizada” (GRI, 2015, p. 96). Os assuntos relacionados a biodiversidade, são delimitados em áreas conservadas fora de áreas já protegidas, impactos causados na biodiversidade, habitats protegidos ou restaurados e número de espécies ameaçadas, encontradas nos locais em que a empresa atua (GRI, 2015).

Um tópico é destinado às emissões, que abrange as emissões causadoras do efeito estufa, emissões indiretas de energia, outras emissões causadoras do efeito estufa, intensidade das emissões, reduções alcançadas, substâncias emitidas que causam a destruição da camada de ozônio, emissão de NO_x (Óxidos de nitrogênio) e SO_x (Óxidos de enxofre) e outras emissões atmosféricas significativas (GRI, 2015). O tópico de efluentes e resíduos, busca divulgar informações relacionadas ao descarte da água (qualidade e destinação), a quantidade de resíduos gerados, o número e volume de derramamentos, os resíduos utilizados que são considerados perigosos, os lugares impactados pelos descartes de água e o escoamento da organização (GRI, 2015).

A esfera relacionada aos produtos e serviços, aborda a “extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços e a porcentagem de produtos vendidos e seus materiais de embalagem recuperados por categoria” (GRI, 2015, p. 127). O tópico da conformidade, aborda o “valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais” (GRI, 2015, p. 130).

Em relação ao transporte, o GRI orienta como divulgar sobre os “impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais para as operações da organização e do transporte de membros da força de trabalho” (GRI, 2015, p. 132). O tópico intitulado no geral, aborda o “total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo” (GRI, 2015, p. 134).

A avaliação ambiental do fornecedor, aborda a “porcentagem de novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais e os impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de suprimentos e ações tomadas” (GRI, 2015, p. 136). O último, é relacionado a implementação de canal de denúncias, que mostra o “número de queixas e reclamações sobre impactos ambientais registradas, solucionadas e solucionadas por meio de mecanismos formais” (GRI, 2015, p. 140).

Os relatórios de sustentabilidade, com base no GRI, podem ser utilizados como referência e avaliação do desempenho relacionado a sustentabilidade, em se tratando de Leis, normas, códigos, padrões e iniciativas voluntárias, pois demonstram o envolvimento da organização com o desenvolvimento sustentável e também podem ser utilizados como comparação, sobre o desempenho organizacional a longo prazo (Godoi, 2011).

Com a adoção do GRI, as empresas conseguem avançar e desenvolver melhor os relatórios de sustentabilidade, não sendo apenas um padrão de referência, mas sim um guia detalhado, que orienta os métodos e conteúdos a serem divulgados. Além dos indicadores de desempenho econômico, ambiental e social, o GRI encoraja as organizações a divulgarem indicadores de sustentabilidade de forma integrada, que permitam avaliar o desempenho da empresa, em relação ao sistema global (Godoi, 2011).

Relatórios de sustentabilidade orientados pelo GRI, por exemplo, são mais abrangentes e direcionados às partes interessadas, visando assim fornecer informações de responsabilidade, para uma variedade de *stakeholders*, sobre os impactos que as atividades da empresa causam a este público (O'Dwyer & Unerman, 2020).

Com o aumento da publicação de relatórios, a qualidade de muitos pode ser remetida principalmente com as iniciativas globais do *Global Reporting Initiative* e pelo *International Integrated Reporting Council* (Deegan, 2017).

Cho, Guidry, Hageman e Patten (2012), argumentam que as empresas divulgam informações ambientais porque levam o desenvolvimento sustentável a sério, mesmo não tendo um impacto direto na natureza, já outras organizações, divulgam pois impactam diretamente o meio onde estão inseridas e com isso, precisam gerar legitimidade corporativa. Contudo, a divulgação se transforma em uma estratégia de comunicação, para mudar as percepções do público e pode ainda mascarar algumas atividades, pois a mesma possui falta de responsabilidade, em relação ao desenvolvimento sustentável.

Para Gerged, Al-Haddad e Al-Hajri (2020), existem duas proposições de envolvimento, relacionadas às práticas ao meio ambiente. Primeiro, as organizações podem

divulgar informações ambientais para atender às expectativas de diferentes grupos de *stakeholders* (Jones, 1995; Patten & Trompeter, 2003). A segunda motivação, pode estar ligada a ações oportunísticas dos gerentes, que divulgam por causa de interesses próprios, encobrindo condutas que contrariam as expectativas (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006).

As empresas também podem sofrer pressões para a divulgação ambiental, em virtude de protestos pacíficos ou não, críticas e exposição pela mídia, pressões de organizações não-governamentais, greves de funcionários, manifestações comunitárias e até mesmo boicote de produtos, que comercializam ou produzem (Islam, Miah, & Fakir, 2015).

Com o aumento da preocupação da sociedade em relação a natureza, as empresas são pressionadas a divulgar informações, para que as partes interessadas possam avaliar como está a sua relação com o meio ambiente, sendo gerado assim uma forma de prestação de contas (Da Rosa, Ensslin, Ensslin, & Lunkes, 2011).

Hora e Subramanian (2019), argumentam que as divulgações ambientais podem ser categorizadas como discricionárias ou mandatadas, sendo que a primeira está relacionada com divulgações na imprensa ou em relatórios corporativos, como relatórios anuais, declarações de políticas ambientais ou relatórios de sustentabilidade, que por sua vez, podem incluir informações positivas e negativas, já a segunda, está relacionada com divulgações de caráter obrigatório, seguindo orientações, por exemplo, da Securities and Exchange Commission's (SEC) ou de acordo com o Financial Accounting Standards Board (FASB) e normalmente são informações negativas, ou que relatam atividades de conformidade.

Divulgações discricionárias positivas (Hora & Subramanian, 2019), podem ser utilizadas pelas empresas, como oportunidade para relatarem uma imagem mais verde do que uma análise mais profunda poderia suportar, assim, resultados ambientais positivos são enfatizados, enquanto que resultados ambientais negativos e potencialmente mais graves, são ignorados (TerraChoice, 2007; Lyon & Maxwell, 2011).

As empresas também podem aplicar o gerenciamento de impressões nas divulgações ambientais, que ocorre quando utilizam as divulgações para gerenciar sua reputação perante as partes interessadas, como o governo, por exemplo, em que a mesma pode divulgar alguma informação para se antecipar em relação a regulamentação a ser imposta e assim, as empresas equilibram as pressões internas e externas, por demanda de informações ambientais (Kolk & Fortanier, 2013). Os gerentes avaliam o custo benefício, para definir o que pode ser divulgado e o que não (Martin & Hadley, 2008).

Deegan (2017), encontra uma lacuna entre as expectativas dos *stakeholders* e a responsabilidade ambiental divulgada pelas empresas, pois a realidade é desequilibrada. As organizações causam impacto no meio ambiente, para conseguir o lucro e por outro lado, muitas divulgações são simplesmente simbólicas (Gaveau *et al.*, 2014; Karthik, Baikie, Huang, & Guet, 2015; Purnomo *et al.*, 2018).

Quando a empresa possui desempenhos ambientais ruins, a mesma busca divulgar informações com um “tom” mais otimista e assim, os públicos de interesse acabam gerenciando a sua reputação, em relação as pressões políticas e sociais (Walden & Schwartz, 1997; Cho & Patten, 2007; Cho, Roberts, & Patten, 2010; Cho *et al.*, 2012). Por esse motivo, De Villiers e Van Staden (2010), argumentam que as divulgações devem ser auditadas, com o objetivo de garantir a sua confiabilidade.

As empresas utilizam-se do recurso da divulgação ambiental, para proteger sua reputação e identidade, relacionando-se com os *stakeholders* por meio de um discurso moral (Reynolds & Yuthas, 2008; Vanhamme & Grobбен, 2009). Desse modo, as organizações buscam reduzir seu impacto ambiental, para melhorar a sua imagem e não gerar conflitos com as partes interessadas (Monteiro & Aibar-Guzmán, 2010).

Estas informações são geralmente divulgadas por setores que possuem altos impactos de poluição e degradação do ambiente em que estão inseridos, pois os mesmos sofrem mais pressões por parte das partes interessadas (Patten, 1991; Adams, Hill, & Roberts, 1998; Gray *et al.*, 2001; Brammer & Pavelin, 2006, 2008; Cho & Patten, 2007; Haddock-Fraser & Fraser, 2008; Cormier & Magnan, 1999, 2003; González-Benito & González-Benito, 2005).

Da Rosa, Guesser, Hein, Pfitscher, & Lunkes (2015), afirmam que as pesquisas voltadas para a análise das divulgações ambientais, têm por objetivo identificar os tipos de informações ambientais que são divulgadas ao público em relatórios, e ainda, reconhecer os fatores que orientam este disclosure. Por conseguinte, pode-se observar que existem diversos critérios que podem ser utilizados, para analisar como as empresas afetam e são afetadas pelo meio ambiente.

Em relação a mensuração do nível de evidenciação ambiental, alguns estudos propuseram a utilização de determinados métodos, conforme descrito na sequência. Degenhart, Vogt, Hein, Rosa, & Brizolla (2019), utilizaram os métodos multicritério, T - ODA, modelo de entropia e TOPSIS, tendo como população empresas pertencentes ao Índice Brasileiro 100 (IBrX - 100) listadas no B3. Para mensurar o grau de evidenciação ambiental, foram utilizados os relatórios de sustentabilidade e o relatório anual de cada empresa, com

base nas diretrizes apresentadas pela GRI, concentrando-se em cinco aspectos, sendo eles: emissões, efluentes, desperdício, produtos e serviços de transporte.

Ainda, segundo Degenhart *et al.* (2019), com a utilização do T – ODA e do TOPSIS, foi possível gerar os rankings de evidenciação ambiental das empresas da amostra, sendo o TOPSIS também utilizado de forma semelhante, para verificar as divulgações ambientais na pesquisa de Degenhart, Da Rosa, Vogt, & Hein (2016) e o T – ODA, também utilizado na pesquisa de Vogt, Degenhart, Hein, & Da Rosa (2016). Já o método de entropia, foi empregado para calcular o peso de cada variável utilizada, permitindo assim a utilização do método multicritério TOPSIS para categorizar os cenários.

O trabalho de Pavesi, Zaro, Lunkes, & Da Rosa (2016), tinha por objetivo avaliar o desempenho da evidenciação ambiental em uma indústria e para isso, utilizaram o estudo de Crespo Soler, Ripoll Feliu, Da Rosa, & Lunkes (2011), que a partir das diretrizes do GRI e a Metodologia Multicritério de Apoio a Decisão Construtivista (MCDA-C), desenvolveram modelo *Environmental Disclosure Evaluation* (EDE), que possibilita identificar, medir, integrar e apresentar de forma clara, diagnósticos para melhoria das ações.

Vogt *et al.* (2016), utilizaram o *Displaced Ideal* (solução ideal), para identificar o nível de responsabilidade social e ambiental das empresas brasileiras, relacionadas aos transportes evidenciados nos relatórios de sustentabilidade e nos relatórios anuais. O referido método, foi selecionado porque permite a identificação de empresas, que apresentam melhor evidenciação dos impactos ambientais. Outro método utilizado, foi a entropia da informação, que tem por objetivo, identificar o peso da informação de cada aspecto relacionado ao meio ambiente.

Huang e Kung (2010), tinham como objetivo verificar as expectativas das partes interessadas associadas à divulgação ambiental corporativa, tendo como amostra, empresas de Taiwan listadas na Bolsa de Taiwan. Como resultados, os autores constataram que as demandas dos *stakeholders*, como governo e consumidores (parte externa), acionistas e funcionários (parte interna) e organizações de proteção ambiental e empresas de contabilidade (parte intermediária), afetam significativamente a divulgação ambiental.

Samkin e Schneider (2014), tinham como objetivo desenvolver uma estrutura de relatório e avaliação, com base em relatórios anuais, analisando informações relacionadas a biodiversidade, utilizando como base a perspectiva da ecologia profunda, intermediária e rasa. Por meio da análise de conteúdo dos relatórios de uma organização de conservação, ao longo de um período de 23 anos, os autores identificaram que por meio da divulgação sobre

a biodiversidade, as partes interessadas podem determinar metas, avaliar sua implementação e avaliar o desempenho da organização. Descobriram também, que a maioria das divulgações reflete uma abordagem ecológica profunda e a existência de uma tensão entre profunda e superficial, relacionada à exploração da propriedade de conservação.

Hassan e Guo (2017), tiveram como objetivo analisar se as empresas europeias emitem relatórios ambientais independentes, para criar ou manter legitimidade com as partes interessadas relevantes e a amostra foi composta por 100 grandes empresas europeias. Como resultado, constatou-se que empresas que utilizam intensivamente o carbono, publicam relatórios ambientais para se legitimar e criar uma imagem de “bons cidadãos corporativos”.

Sosa (2017), buscou verificar se o Relato Integrado corresponde a uma iniciativa alinhada aos fundamentos da economia ecológica. A amostra foi composta por 6 empresas brasileiras e como resultado, constatou-se que os RIs não correspondem a uma iniciativa alinhada com os fundamentos da economia ecológica e que isso pode afetar a transformação da governança corporativa e comprometer diretamente a gestão ambiental corporativa. O estudo também buscou contribuir com sugestões de modificação na Estrutura Internacional para Relato Integrado, com o intuito de alinhá-la aos fundamentos da economia ecológica.

Com o tópico das divulgações de informações ambientais finalizado, parte-se para a verificação e relação com as filosofias ecológicas.

2.3 FILOSOFIAS ECOLÓGICAS

O ambientalismo se tornou uma ideologia dominante em várias esferas da sociedade, e, como resultado, não existem mais aspectos controversos entre o valor da natureza e da ecologia (Eder, 1996 *apud* Buhr & Reiter, 2006), porém, devido às falhas da ECO-92 no Rio de Janeiro e do Protocolo de Kyoto de 1997, embora todos estejam no mesmo barco, nem todos remam na mesma direção (Buhr & Reiter, 2006).

A evolução e as mudanças do ambientalismo nas últimas décadas, foram descritas por Elkington (1997, 2004) *apud* Buhr e Reiter (2006) e Eder (1996) *apud* Buhr e Reiter (2006), como 3 ondas ou fases, em que os dois divergem em alguns aspectos e momentos sobre os acontecimentos, contudo, concordam que existem padrões na predominância e popularidade do ambientalismo.

Elkington (1997, 2004) *apud* Buhr e Reiter (2006), descreve as ondas entre 1961 e 2001, em que a primeira teve seu ponto forte no Dia da Terra em 1970, momento em que

percebeu-se que os impactos ambientais teriam que ser limitados, ocasionando assim o estabelecimento de uma legislação específica e de uma postura defensiva. A segunda onda, foi no Dia da Terra em 1990, e a partir disso, ampliou-se a percepção de que novos tipos de tecnologias e produção precisavam ser implementados e assim todas as empresas deveriam ser mais competitivas nesta área. Já a terceira onda começa em 1999, para alavancar o conceito de desenvolvimento sustentável, mostrando que empresas, governo e sociedade civil precisam realizar mudanças profundas.

Eder (1996) *apud* Buhr e Reiter (2006), afirma que as três fases iniciam no final da década de 1960, sendo a primeira fase caracterizada pelas divergências entre a ecologia e a economia, no que tange aos problemas ambientais. A segunda, ocorreu com o desenvolvimento das regulações ambientais e, por último a terceira fase, ocorreu por volta da metade dos anos 90, época em que as preocupações ambientais foram integradas na cultura e no pensamento ideológico.

O ambientalismo da década de 1980, era um discurso de protesto, que colocou o meio ambiente nas agendas da sociedade e a partir desse momento, criou-se uma variedade de grupos de interesse, com vários pontos de vista e conseqüentemente, surgiram os opositores, que também se apropriaram do assunto. Posteriormente, o discurso ambientalista foi transformado em uma ideologia política, que originou diversos conflitos e debates públicos, que impactam a sociedade (Buhr & Reiter, 2006).

Essa quantidade e diversidade de comunicação ambiental, cria um espaço para o discurso, em que várias vozes são testadas quanto ao seu poder de legitimidade. Sendo assim, as empresas devem legitimar-se através da adoção de discursos, que defendam sua imagem pública. Por consequência, diversos concorrentes que atuam no mercado, tentarão produzir uma imagem verde, até o ponto desta tornar-se um ativo simbólico na sociedade atual (Buhr & Reiter, 2006).

A partir do que foi exposto, considera-se importante trazer alguns pontos de vista, sobre as filosofias ambientais. As abordagens a serem apresentadas, são as diferentes filosofias ou visões que as empresas podem assumir, para compreender os discursos ambientais corporativos (Buhr & Reiter, 2006).

A filosofia tradicional, pode ser subdividida em teorias consequenciais, como o utilitarismo, e teorias não consequenciais, como as baseadas no direito (Buhr & Reiter, 2006). A filosofia ambiental, pode ser enquadrada nas duas vertentes e também pode ser caracterizada em um ramo não tradicional, nomeado por ecologia profunda e ecofeminismo

(Warren, 1998 *apud* Buhr & Reiter, 2006). Com isso, a filosofia ambiental pode ser dividida entre antropocêntrica, ou seja, centrada no homem ou ecocêntrica, quer dizer, centrada na terra (Purser, Park, & Montuori, 1995; Attfield, 2003 *apud* Buhr & Reiter, 2006).

Para Gray, Owen e Adams (1996) *apud* Buhr e Reiter (2006), existem algumas variáveis dentro das filosofias antropocêntricas e ecocêntricas, que podem explicar como alguns grupos da sociedade visualizam a relação organização-sociedade:

- Os capitalistas primitivos, que têm como visão predominante o pensamento de que as empresas devem gerar lucros para os investidores;
- Os expedientes, que possuem uma visão a longo prazo e tem consciência de que para manter a estabilidade econômica, precisam assumir certas responsabilidades sociais;
- Os proponentes de contratos sociais, que acreditam que as empresas servem a sociedade e por isso, devem respeitar e responder a ela;
- Os ecologistas sociais, que estão preocupados com o ambiente social e culpam as empresas por ocasionarem os problemas relacionados a eles e por isso, defendem a ideia de que as mesmas devem tomar as atitudes;
- Os socialistas, que buscam um reajuste significativo na estrutura e propriedade da sociedade;
- Os feministas radicais, que seguem o conceito de uma sociedade masculina agressiva e buscam valores mais femininos como amor e cooperação; e
- Os ecologistas profundos, que argumentam que o ser humano não tem maior direito do que qualquer outra forma de vida.

A filosofia antropocêntrica possui algumas características, dentre elas, a forte presença do pensamento de uma estrutura baseada no auto interesse, a valorização do individualismo em detrimento das necessidades coletivas, a sociedade sendo vista como produto da luta entre as forças do mercado, o papel do governo como responsável pela proteção da vida e da liberdade, os direitos de propriedade e ainda, a natureza sendo valiosa apenas pela sua utilidade para os seres humanos (Buhr & Reiter, 2006).

O antropocentrismo está desempenhando um papel fundamental na destruição do meio ambiente, como no desmatamento, pois as pessoas cortam árvores, por exemplo, para construir casas e ganhar dinheiro, esquecendo-se da sua função maior, que é fornecer abrigo para a biodiversidade, contribuição para a estabilidade do solo, etc. (Liu *et al.*, 2016).

As práticas ambientalistas centradas no ser humano, levam em consideração o meio ambiente, apenas na tomada de decisão para a redução da poluição, conservação dos recursos e atividades de restauração (Buhr & Reiter, 2006). Já a ecologia profunda, busca mostrar a relação entre todas as entidades e os membros da ecosfera (Fox, 1998, pp. 227-228 *apud* Buhr & Reiter, 2006).

O termo ecologia profunda, foi introduzido pela primeira vez pelo filósofo norueguês Arne Naess, em uma palestra proferida na Conferência Mundial de Pesquisa do Futuro em Bucareste, Romênia, em 1972, que trouxe a abordagem inicial da questão ambiental, dividindo-a em superficial e profunda (Hoefel, 1999). Existem dois movimentos, um raso e poderoso e um movimento profundo e menos influente, que entre si competem para ocupar a posição principal (Naess, 1973). Os princípios éticos da ecologia profunda, têm sido amplamente discutidos na área de sustentabilidade, principalmente na gestão de áreas protegidas (Akamani, 2020).

O movimento da ecologia rasa, luta contra a poluição e o esgotamento dos recursos, porém o objetivo central é manter a saúde e a riqueza nos países desenvolvidos (Naess, 1973). A abordagem rasa, enfatiza o treinamento de especialistas em ciências exatas, para gerenciar o meio ambiente, para que possam combinar o crescimento econômico com a saúde ambiental (Akamani, 2020).

Em contrapartida, o movimento da ecologia profunda pode ser subdividido entre sete características. A primeira, está relacionada com a imagem do ser humano no ambiente, quer dizer, existe uma relação intrínseca entre os humanos e o meio ambiente, de maneira que se um faltar, o outro não é mais o mesmo, por exemplo, uma relação entre A e B, em que a relação é a definição básica de A e B, de modo que se não existir mais a relação, A e B já não podem ser a mesma coisa (Naess, 1973). “Esta noção elimina o conceito de algo ou alguém presente no meio, mas sem fazer parte dele, desta forma as relações não existem dissociadas, separadas, mas fazem parte de uma rede de relações” (Hoefel, 1999, p. 74). A humanidade pode ser vista como algo inseparável da natureza e se isso for compreendido, os impactos provocados serão cessados, pois teremos a consciência de que estamos nos ferindo e assim a ética e a ação prática iriam se unir (Hoefel, 1999).

A segunda está relacionada ao igualitarismo biosférico (em princípio), argumenta que toda prática desenvolvida, causa alguma exploração ou supressão no ambiente e por isso o respeito no campo ecológico deve existir, o que normalmente só acontece entre os humanos, que revela o antropocentrismo que ocorre, mas infelizmente isso prejudica a qualidade de

vida, pois muitas vezes o homem assume o papel de mestre-escravo e ignora a sua dependência em relação ao meio ambiente (Naess, 1973). Existe uma relação muito mais profunda entre seres humanos e a natureza, do que simplesmente os interesses e utilidades que o mesmo impõe a ela, pois a relação é mais do que o ser humano na natureza, mas sim o ser humano sendo parte dela (Hoefel, 1999).

Os princípios da diversidade e da simbiose são o terceiro ponto, que enfatiza a ideia de que a diversidade aumenta as chances de sobrevivência e todos devem coexistir e cooperar em relações complexas, ao invés de matar e explorar a diversidade da natureza, proporcionando assim a ideia de “viva e deixe viver”, um dos princípios mais fortes da ecologia e mais poderoso do que “você e eu” (Naess, 1973). Segundo esta ideia, os seres humanos deveriam lutar contra a caça de baleias e leões marinhos, da mesma forma que lutariam contra as dominações e invasões culturais, econômicas ou militares (Hoefel, 1999).

A postura anti-classe é apresentada como quarta característica, e consiste em uma crítica do modo de vida baseado na exploração, intencional ou não, de certo grupos, sendo que os dois são afetados em relação às suas potencialidade de autorrealização, sendo esta ideia sustentada pelo igualitarismo ecológico (Naess, 1973), assim os princípios da diversidade, igualdade ecológica e simbiose, devem ser utilizados para planos de desenvolvimento futuro, priorizando sempre a diversidade cultural (Hoefel, 1999).

A quinta característica, é a luta contra a poluição e o esgotamento de recursos e neste ponto, os ecologistas possuem apoiadores poderosos, porém muitas vezes eles devem abrir mão de sua posição ecológica por total, pois quando o foco é apenas neste ponto, os outros seis podem ficar de lado nas decisões e isso pode acarretar males de outro tipo (Naess, 1973; Hoefel, 1999).

A complexidade e complicação é a sexta característica, em que os organismos e os modos de vida são vistos como complexos e sendo assim, os ataques à natureza podem ser abordados como ignorância humana, por não respeitarem e causarem distúrbios e com isso, as políticas ecológicas deste século, devem crescer em relação às habilidades técnicas e de invenção (Naess, 1973; Hoefel, 1999).

A autonomia local e descentralização, é a sétima e última característica da ecologia profunda, aborda questões sobre a vulnerabilidade da forma de vida que sofre influências externas e por isso, o equilíbrio ecológico deve ser incentivado e assim o autogoverno e a autossuficiência material devem ser fortalecidos, já que os problemas de poluição são

ocasionados devido a circulação de matérias e assim a autonomia local poderia contribuir para a redução do consumo de energia (Naess, 1973; Hoefel, 1999).

Estas sete características podem ser observadas de forma resumida no Tabela 2, conforme segue.

Características	Definição
1ª	Relação intrínseca entre os humanos e o meio ambiente.
2ª	Igualitarismo biosférico.
3ª	Princípios da diversidade e da simbiose.
4ª	Postura anti-classe.
5ª	Luta contra a poluição e o esgotamento de recursos.
6ª	A complexidade e complicação.
7ª	Autonomia local e descentralização.

Tabela 2 - Características da Ecologia Profunda.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos autores do referencial teórico (2021).

Em resumo, as sete características da Ecologia Profunda não são apenas derivações da ecologia, por lógica ou indução, mas sim foram construídas com base no conhecimento ecológico e no estilo de vida do trabalhador do campo e os tópicos são apenas uma generalização, que devem ser olhados com profundidade para serem utilizados (Naess, 1973).

O movimento ecológico precisa de atenção, pois necessita de envolvimento e deve focar os aspectos biológicos, ecológicos e filosóficos, para não apenas discutir características científicas ou técnicas, mas sim analisar estruturas de valor e a forma como vemos e encaramos a realidade e assim aos poucos, estas questões vão sendo incorporadas às políticas ambientais (Hoefel, 1999).

A ecologia profunda reconhece que devem ocorrer mudanças transformadoras nas instituições sociais e políticas, para que a meta de sustentabilidade possa ser atingida a longo prazo (Naess, 1983 *apud* Akamani, 2020).

Naess propôs uma nova maneira de enxergar a consciência humana, diferente da atual, que possui uma identidade separada da natureza e do meio ambiente. Ao invés da pessoa estar no ambiente, ele a vê como inseparável em um campo relacional, quer dizer, uma rede complexa e intrínseca de relacionamento, com isso, as relações das pessoas com o meio ambiente devem gerar consciência de fazer parte de uma totalidade complexa e intrínseca de relações interconectadas (Besthorn, 2012).

Com base nos estudos de Arne Naess, em 1985, Richard Sylvan escreveu “*A Critique of Deep Ecology*”, em que criticou alguns pontos da Ecologia Profunda proposta por Naess e formulou uma nova classificação.

Para a ecologia profunda, muitas vezes as coisas naturais têm maior valor que os seres humanos. Outro ponto, é que o conceito se tornou um pântano conceitual, se tornando tudo para todas as partes interessadas, tornando o seu entendimento confuso. Contudo, o movimento da ecologia profunda, tentou estruturar uma plataforma para sustentar o meio ambiente, mostrando que os humanos não estão acima ou fora da natureza, mas fazem parte dela e devem se preocupar, mostrar reverência e respeito pois ela é a sua casa (Sylvan, 1985b).

A ecologia profunda, diferentemente do ambientalismo reformista, não é apenas um movimento social pragmático e de curto prazo, com um objetivo como parar a energia nuclear ou limpar os cursos de água. A ecologia profunda primeiro tenta questionar e apresentar alternativas às formas convencionais de pensar no ocidente moderno [...]. A ecologia profunda busca a transformação de valores e da organização social (Sylvan, 1985a, p. 3 e 4).

O problema encontrado na ecologia profunda, é que a mesma não consegue diferenciar exatamente o que os relatos mais claros querem transmitir e um dos motivos é a diversidade acelerada com que eles são elaborados. Para ser superado, é necessário separar os componentes das mensagens ecológicas e isolar os principais temas da ecologia profunda e superficial, em paradigmas mais amplos que eles informam e assim, o termo da ecologia intermediária é proposto (Sylvan, 1985b).

O que diferencia a posição ambiental, é o grau de restrição em relação ao meio ambiente, especialmente ao ambiente natural e nesse sentido, as pessoas podem fazer mais ou menos com a terra e com o que cresce e mora lá, sendo que os humanos podem explorar e gerenciar (Sylvan, 1985b).

Com isso, as posições ambientais podem ser divididas em três grupos: raso, intermediário e profundo. Uma questão que é preciso ressaltar, é que os três grupos devem conservar e manter os materiais, as criaturas, as florestas e outros elementos do ambiente natural. Contudo, uma visão superficial, por exemplo, terá uma visão de longo prazo sobre o meio ambiente, porém interessada nos seres humanos, no seu bem-estar e na conservação dos recursos. Esta posição é altamente antropocêntrica, sendo a natureza caracterizada como instrumento para um fim, e, portanto, os valores ambientais apenas servem para os interesses humanos e isso que principalmente difere as posições rasas das profundas (Sylvan, 1985b).

Já em relação a posição profunda, os seres humanos não são os únicos itens de valor no meio ambiente e os outros elementos, não são importantes simplesmente porque apresentam algum valor às preocupações humanas (Sylvan, 1985b). Para a posição

intermediária, as preocupações humanas estão em primeiro lugar, porém os animais também possuem valor e utilidade por si só, e este meio termo é totalmente rejeitado pela posição profunda (Sylvan, 1985b).

Um exemplo da posição intermediária é a libertação animal, em que os animais (mas não florestas, ecossistemas, etc.), têm valor por direito próprio, porém em qualquer escolha em relação aos seres humanos, os animais perderiam. Na posição profunda, essa situação não iria ocorrer, pois em um possível conflito entre os dois, os animais permaneceriam como prioridade (Sylvan, 1985b).

Outro autor que deu atenção ao movimento ecológico foi Andrew Vincent, que escreveu em 1993 o artigo “*The Character of Ecology*”, em que buscou classificar e estruturar as dimensões da ideologia ecológica, pois o mesmo argumentava que ela seria a ideologia dominante no século XXI, e ainda, relatou como se deu o socialismo, o conservadorismo e o liberalismo nos séculos XIX e XX (Vincent, 1993).

Após satisfeitas as necessidades materiais dos homens, através da prosperidade econômica, uma parte da sociedade começou a manifestar preocupação, primeiramente com os custos da prosperidade e em um segundo momento, sobre o meio ambiente, pois as pessoas passaram a ter tempo, educação e segurança financeira para desfrutar e se preocupar com o ambiente (Vincent, 1993).

Pesquisadores sociais afirmam, que as ansiedades ecológicas surgem em membros de classes, referente a serviços profissionais para a comunidade, como professores, acadêmicos, artistas, atores, clero e assistentes sociais, e com isso, as mudanças nos padrões de ocupação surtem efeito, em meio a serviços com elevado nível de educação (Vincent, 1993).

Dentre as diversas classificações dos movimentos ecológicos, têm-se as tipologias que fixam em atitudes singulares a relação com a natureza, as tipologias que recaem sobre as formas de conhecimento global, as que se concentram sobre o conteúdo político e econômico, as tipologias que se baseiam em pontos de vista e por último, as inclusivas que procuram incorporar diversos elementos, inclusive os citados anteriormente (Vincent, 1993).

A primeira pode ser remetida a pesquisa de Donald Worster (1985), em que classifica a relação do homem com a natureza em Arcadiano e Imperial, sendo que uma posição Arcadiana seria defender uma vida simples para os homens e a coexistência com os outros organismos seria o objetivo, o homem faz parte da natureza, já um homem imperialista domina a natureza para alcançar seus objetivos, manipulando-a para fins humanos (Vincent, 1993).

A segunda classificação pode ser remetida ao trabalho de Tim O'Riordan (1981), que dividiu o movimento ecológico em ecocentrismo e tecnocentrismo, sendo o primeiro voltado para a ecologia profunda, se valendo da humildade, responsabilidade e tecnologia de baixo impacto, busca manter a estabilidade na relação com a natureza. Já o segundo inclui os gestores ambientais e os cornucopianos³, o homem tem a capacidade de controlar e compreender seus objetivos e gerenciar de forma eficiente a natureza, deixando de lado a reverência e a moral com o meio ambiente (Vincent, 1993).

A terceira pode ser caracterizada pelos trabalhos de Stephen Cotgrove (1976), que diferencia o movimento ecologista entre os tradicionais e os liberais, o trabalho de Murray Bookchin, que diferenciou o movimento entre ecologistas sociais e ambientalistas, e os trabalhos de Paehkle (1989) e Atkinson (1991), que diferenciam em ambientalistas ou ecologistas (Vincent, 1993).

A quarta tipologia está relacionada com a filosofia, em que pode-se enquadrar autores como Lincoln Allison, que propôs a distinção entre os pessoas cinzas e as verdes, Freya Mathews, que sugeriu classificar entre pluralismo de substância e monismo de substância (ecologia profunda), e Paul Taylor, que definiu os movimentos em centrados no ser humano e monismo de substância (Vincent, 1993).

O quinto movimento ecológico, busca englobar diversas perspectivas, buscando mesclar as atitudes gerais da natureza às concepções filosóficas e políticas. O principal exemplo neste movimento é Arne Naess, que distinguiu o movimento de ecologia profunda, defendendo as relações intrínsecas e a ecologia rasa, que luta contra a poluição e o esgotamento de recursos, buscando a saúde e riqueza da população e ainda, o pensamento de Warwick Fox, que para ele a distinção era entre a ecologia ecocêntrica e a ecologia antropocêntrica (Vincent, 1993).

Com o movimento ecológico estruturado, pode-se observar que existem diversos motivos para que a biodiversidade seja preservada, e assim, surgem dois movimentos filosóficos distintos, os antropocentristas e os não antropocentristas, sendo que o primeiro coloca valor na natureza pela sua utilidade (instrumental) e o segundo, avalia o valor da natureza simplesmente pela sua existência (não instrumental) (Gaia & Jones, 2017).

O valor não instrumental, defende a ideia de que os seres humanos não são os únicos que têm valor, e de que a natureza tem valor independentemente de o homem precisar dela

³ Um cornucopiano é um futurista que acredita que o progresso contínuo e a provisão de itens materiais para a humanidade podem ser alcançados por avanços igualmente contínuos na tecnologia.

ou não (Gaia & Jones, 2017). A biodiversidade e a natureza, têm valor por si mesmas (Naess, 1973). A biodiversidade tem valor intrínseco, independentemente do que as pessoas pensam sobre ela (Rolston, 1985, 1988; Fox, 2003; Palmer, 2003, Ikeke, 2020).

A partir destas análises, pode-se observar a Figura 7, em que são estruturados os paradigmas ambientais.

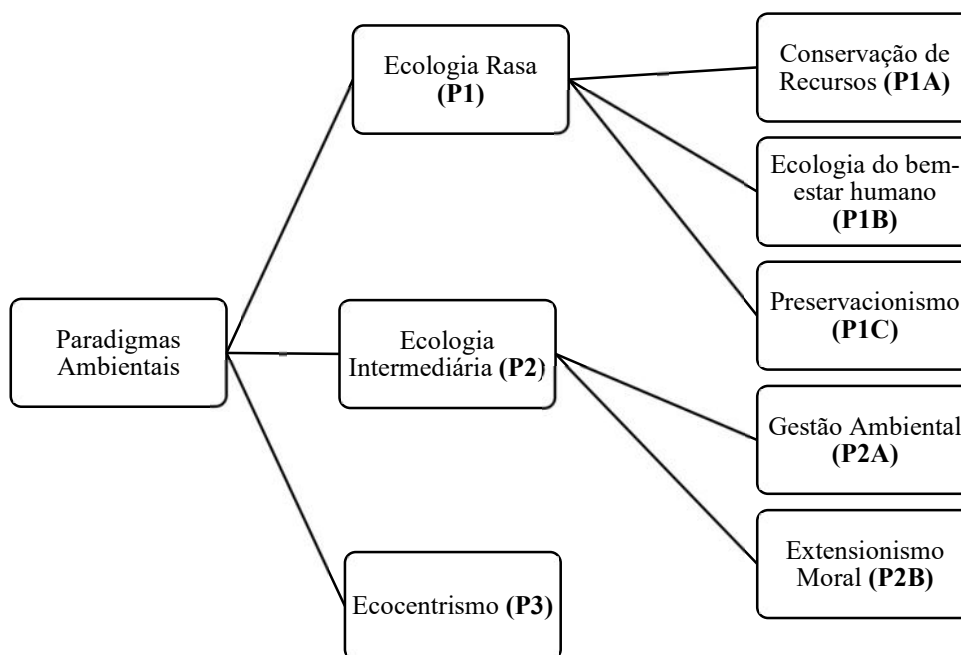


Figura 7 - Paradigmas Ambientais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gaia e Jones (2017).

Os paradigmas considerados na Figura 7, são baseados nos estudos de Naess (1973), Sylvan (1985b, 1985a), Eckersley (1992) e Vincent (1993), em que são classificados em Ecologia Rasa ou superficial, Ecologia Intermediária e Ecocentrismo (ecologia profunda).

A **ecologia rasa (P1)**, também nomeada de antropocentrismo forte ou ainda, ecologia superficial, segue a ideia de que a proteção da biodiversidade deve ser estimulada, porque a mesma satisfaz às necessidades dos seres humanos (Baard, 2015; Gaia & Jones, 2017). A saúde e o bem-estar das pessoas é o principal, sendo incentivado a luta contra a poluição e o esgotamento dos recursos (Baard, 2015; Naess, 1973). As pessoas são separadas do resto da natureza e são a única fonte de valor, devendo permanecer com o seu estilo de vida, que só pode ser alterado em caso de pequenas mudanças (Samkin, Schneider, & Tappin, 2014).

Entre as práticas possíveis em relação a ecologia superficial, pode-se citar a reciclagem, a substituição de combustíveis fósseis, por outra alternativa menos poluente, a preocupação com animais que se assemelham aos humanos, que sejam “fofos”, ou seja, que

representam ou possuem significado para as pessoas (Gunn, 2007). Em relação a proteção das espécies, os humanos valorizam o seu valor extrínseco, o valor que os animais representam para eles (Samkin *et al.*, 2014).

As posições rasas tem uma característica que sempre prevalece entre as demais, elas são extremamente antropocêntricas e não mudam seu foco do homem, que observa a natureza como um ambiente instrumental, servindo para um fim, ou valores que as pessoas a empregam, orientados para a administração e exploração dos recursos que necessitam (Sylvan, 1985b).

Os seres humanos são os únicos que devem ser valorizados, sendo a natureza representada como um instrumento. O meio ambiente e os animais, só possuem valor se as pessoas lhe atribuírem, contudo, vale a pena observar que mesmo a ideologia sendo superficial ou rasa, o meio ambiente pode apresentar um valor profundo em algumas ocasiões, sendo a preocupação voltada para a manutenção da vida humana (Vincent, 1993).

Segundo Eckersley (1992), o movimento da ecologia superficial pode ter diferentes graus, apresentando assim um antropocentrismo decrescente, sendo subdividido em conservação de recursos (P1A), ecologia do bem-estar humano (P1B) e preservacionismo (P1C).

A **conservação de recursos (P1A)**, tem relação com o conceito de manejo prudente, e ainda, em ser generoso com a natureza, remetendo a pensadores como Platão, Mensius e Císero, ao Novo e Velho Testamento e nos últimos séculos, ligada a ciência moderna, podendo ser remetida a Gifford Pinchot, o primeiro chefe do Serviço Florestal dos Estados Unidos, em que a principal prática era a eliminação de resíduos e defendia o desenvolvimento (de muitos e não de poucos) como uma solução para a conservação, diminuindo assim os desperdícios (Eckersley, 1992).

Os desperdícios devem ser eliminados, pois estes não significam apenas o uso ineficiente dos recursos, mas também o não uso do que foi extraído e transformado. Essa visão está centrada na ideia de que os homens precisam buscar o maior bem para o maior número de indivíduos, lembrando sempre das gerações futuras, garantindo assim o uso máximo e sem desperdícios, dos recursos não renováveis (pesca, solo, culturas e madeira). Este movimento, também caracteriza-se pelo afastamento da abordagem irrestrita (Eckersley, 1992).

O rendimento máximo, deve ser buscado em relação aos recursos renováveis, ideia esta, que está fortemente ligada ao pensamento de produção e assim o mundo não humano é

mensurado pelo seu valor de uso, como pode ser observado em estudos de defensores desta linha de pensamento como Neil Evernden e Laurence Tribe, que afirmam que os recursos são vistos como índices de utilidade para as indústrias e ainda, que as políticas ambientais e o gerenciamento de recursos devem ser orientados pela satisfação material humana (Eckersley, 1992).

O reconhecimento da importância do meio ambiente para os seres humanos, deve ser sempre levado em consideração para a tomada de decisões sobre como realizar a sua preservação, porém tomar como base somente esta perspectiva, torna-se algo restritivo e com uma visão antropocêntrica (Eckersley, 1992).

A conservação de recursos, considera o meio ambiente como uma fonte de riquezas para suprir às necessidades dos homens, visão totalmente antropocêntrica, que busca o uso sensível e econômico dos recursos provenientes da natureza, em decorrência das necessidades dos mesmos, sendo que este é o principal motivo para se manter a biodiversidade (Gaia & Jones, 2017).

Segundo Callicott (1990), a perspectiva de conservação de recursos deixa de lado os benefícios ambientais relacionados à saúde, à cultura, às questões psicológicas, ao espiritual e à recreação. O objetivo final é maximizar o valor humano (antropocentrismo forte), reduzindo os desperdícios no consumo dos recursos não renováveis e aumentar o rendimento dos recursos renováveis, de forma sustentável (Dickerson *et al.* 2009 *apud* Gaia & Jones, 2017).

Para Gaia e Jones (2017), o paradigma da conservação de recursos pode ser observado quando a conservação é justificada, porque a mesma apoia o crescimento econômico, empregando a ela um valor financeiro e também quando o argumento é voltado a produção de recursos necessários para a sobrevivência do homem, ou seja, valor de subsistência.

A biodiversidade é o suporte para a economia, pois sem os recursos disponíveis na natureza, o homem não poderia sobreviver e prosperar (Rolston, 1985, 1988). As indústrias dependem dos recursos naturais para retirar de plantas e animais, a matéria-prima necessária, como na agricultura, pesca e construção civil. A natureza também é essencial para a subsistência, pois fornece água, alimentos e matéria-prima, serviços como energia solar, todos necessários para atender às necessidades básicas da humanidade (Gaia & Jones, 2017).

A **ecologia do bem-estar humano (P1B)**, é o segundo movimento ambiental classificado como ecologia rasa, estando ligado e sendo semelhante ao movimento de

conservação de recursos, visando sempre um ambiente humano agradável, seguro e limpo, tendo seu impulso a partir do início da revolução industrial e fortalecendo-se nos anos 60, tendo como representantes os trabalhadores, que buscavam um ambiente de trabalho mais seguro, sendo que no final do século XX, mais cidadãos, consumidores e chefes de família se juntaram ao movimento, preocupados com o ambiente residencial e urbano (Eckersley, 1992).

Os problemas ambientais urbanos e agrícolas, que registraram um crescimento desenfreado a partir da Segunda Guerra Mundial, como: utilização desenfreada de produtos químicos, produção de resíduos intratáveis, poluição do solo, do ar e da água, o surgimento de novas doenças, crescimento do desenvolvimento urbano, perigos ocasionados pelas usinas nucleares e os resíduos que estas liberam na natureza, o aumento de armas nucleares, o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, representam as principais ameaças à sobrevivência, segurança e bem-estar da humanidade (Eckersley, 1992).

Comparando com o movimento de conservação de recursos, a ecologia do bem-estar humano preocupa-se com um ambiente mais agradável, limpo e seguro e dessa maneira, ela é considerada mais generalista em relação às preocupações relacionadas à natureza. Enquanto a conservação de recursos se preocupa em melhorar a produtividade econômica, buscando sempre um rendimento máximo em relação aos recursos naturais, o movimento de ecologia do bem-estar humano, se preocupa com a saúde, a segurança e o conforto nos ambientes urbanos e agrícolas (Eckersley, 1992).

O movimento da conservação de recursos, se preocupa com a diminuição dos desperdícios e o esgotamento dos recursos naturais, relacionados principalmente à produção. Já o movimento da ecologia do bem-estar humano, está preocupado com a degradação geral, como a saúde das pessoas e busca a resiliência do ambiente físico e social (Eckersley, 1992).

Neste escopo, o desenvolvimento sustentável não está ligado somente à conservação dos recursos consumidos, mas também às questões físicas, sociais, relacionadas à saúde, à comodidade, à recreação e à psicologia social, deixando de lado um pouco o foco no crescimento econômico (Eckersley, 1992).

Este movimento está ligado as quatro leis da ecologia proposta por Barry Commoner, conforme a Figura 8:



Figura 8 - Leis ecológicas propostas por Barry Commoner.
Fonte: Adaptado de Eckersley (1992).

Estes pressupostos contrariam a ideia que a tecnologia da sociedade moderna, pode gerenciar as intervenções nos sistemas naturais e evitar as consequências negativas que foram provocadas, pois não existe lugar ou distância para se descartar o lixo gerado, tampouco para os resíduos tóxicos e nucleares e outros tipos de poluição e assim, as pessoas têm a obrigação de manter a natureza intacta, pois dela todos são dependentes, assim surgiram os movimentos que defendem a agricultura orgânica, a medicina alternativa, o transporte público e a reciclagem (Eckersley, 1992).

O objetivo da ecologia do bem-estar humano, é procurar garantir a qualidade ambiental para os seres humanos, mostrando assim o antropocentrismo forte e justificando a sua classificação como ecologia rasa (Eckersley, 1992; Wells, 1993). A preocupação está voltada para o desenvolvimento ambiental saudável, seguro e agradável para os seres humanos (Gaia & Jones, 2017). A ecologia do bem-estar humano, pode ser identificada em narrativas que explicam a importância da biodiversidade, em relação ao seu valor instrumental, para gerar um ambiente saudável e agradável (Gaia & Jones, 2017), sendo expressos em valores de suporte à vida, recreativos e terapêuticos (Rolston, 1985, 1988).

O conceito de valor de suporte à vida, está relacionado ao entendimento de que a biodiversidade apoia os serviços desempenhados pelos ecossistemas, como o fornecimento de água, ar, solos limpos e regulação dos processos naturais, que garantem a sobrevivência do ser humano (Gaia & Jones, 2017). O valor recreativo, se refere às oportunidades que o meio ambiente oferece aos humanos, como esportes e caminhadas ao ar livre, caça ou pesca, que satisfazem e melhoram o bem-estar das pessoas (Hartig & Mang, 1991). O valor terapêutico, está ligado ao bem-estar físico e mental que a natureza consegue provocar no ser

humano, pois ajuda a diminuir o estresse e as doenças mentais, melhora a saúde física e a concentração e previne doenças (Rolston, 1985).

O terceiro movimento da ecologia superficial, é o **Preservacionismo (P1C)**. Diferentemente do fluxo da conservação de recursos, que prioriza o uso consciente dos recursos naturais e o fluxo do bem-estar humano, que busca a qualidade ambiental, o preservacionismo pode ser descrito como o movimento que possui reverência, ou seja, ele valoriza a apreciação estética e espiritual do meio ambiente (Eckersley, 1992).

Movimentos iniciais desta perspectiva podem ser identificados, por exemplo, nos EUA com a criação do *Yellowstone National Park* (8.991 km²) em 1872, e na Austrália com a criação do *Royal National Park* (150,9 km²) em 1879, em que o argumento inicial era preservar a paisagem e fornecer instalações recreativas para uso público, porém este movimento pode ser em alguns momentos seletivo, pois os ocidentais valorizam determinados lugares, como montanhas, cânions e rios selvagens (Eckersley, 1992).

Estes lugares são considerados mais “especiais”, com mais especificidades para serem salvos e preservados do que outros que não possuem uma beleza sublime, como áreas úmidas e lugares degradados, mesmo estas sendo de suma importância para a ecologia e centenas de animais (Eckersley, 1992). Este paradigma antropocêntrico, se preocupa com a preservação de lugares esteticamente atraentes, em que os seres humanos possam ter uma apreciação espiritual da natureza (Callicott, 1990).

Ele é menos antropocêntrico do que a ecologia do bem-estar e a conservação de recursos, pois reconhece que as coisas não humanas têm o direito de existir (Gaia & Jones, 2017), contudo, ele não tem como premissa o valor intrínseco que a natureza pode possuir, mas valoriza-a pelo seu valor estético, fonte de inspiração, capacidade da renovação espiritual e desenvolvimento científico, independentemente do conteúdo ecológico que apresenta (Eckersley, 1992).

O preservacionismo está, portanto, presente em narrativas que explicam a importância da biodiversidade em termos de valores, símbolos culturais, históricos, estéticos, espirituais e científicos (Rolston, 1985, 1988). O valor da simbolização cultural, mostra que as pessoas possuem um senso de obrigação em relação as coisas naturais que possuem valor cultural, ou que remetem a alguma situação relacionada a história, como a árvore de cedro do Líbano ou a águia americana (Chapin *et al.*, 2000).

O valor estético da natureza, refere-se à satisfação que as pessoas sentem ao estar em contato com ela, pois consideram estes lugares um refúgio agradável para estar (Chapin *et*

al., 2000). O valor espiritual está ligado à religião, pois algumas pessoas possuem crenças religiosas que atribuem valor espiritual a lugares, animais e outros elementos naturais (Gaia & Jones, 2017). O valor científico considera a natureza como uma biblioteca, em que diversos elementos podem ser descobertos, contribuindo para ampliar o conhecimento do ser humano referente ao mundo (Rolston, 1985).

Após a apresentação das três ecologias superficiais, pode-se caracterizar as ecologias intermediárias, que estão entre os movimentos considerados altamente antropocêntricos e os levemente antropocêntricos (Gaia & Jones, 2017). A intermediária pode ser subdividida em Gestão Ambiental (P2A) e Extensionismo Moral (P2B). As filosofias intermediárias, defendem que valores intrínsecos podem ser ampliados a algumas entidades não humanas (Gaia & Jones, 2017) e este seria o avanço que os diferencia da filosofia superficial, porém deve-se lembrar que em caso de conflito, serão priorizados os interesses humanos, o que mostra porque não podem ser classificados como ecocentrismo (Sylvan & Bennett, 1994 *apud* Gaia & Jones, 2017).

A **Gestão Ambiental (P2A)**, está relacionada ao dever moral das pessoas, pois as mesmas devem manter e aprimorar, porém jamais esgotar os recursos naturais do planeta (Gaia & Jones, 2017). Os seres humanos, devem desempenhar o papel de administradores do meio ambiente (M. J. Jones, 2003). Este movimento está ligado com a proteção dos recursos no presente, para não faltar para as futuras gerações, sendo que as pessoas do presente devem deixar para as do futuro, pelo menos os recursos naturais em quantidades e condições equivalentes ao que herdaram no passado (Gaia & Jones, 2017). Todos têm o direito de poder utilizar os recursos disponíveis e com isso, todas as gerações devem ter acesso ao que a natureza produz (Gaia & Jones, 2017).

Neste movimento, os seres humanos têm a responsabilidade de zelar pelo planeta e todo ele possui um valor intrínseco, no entanto, este valor é devido aos interesses da própria humanidade e isto ainda permanece semelhante às ecologias rasas (Gaia & Jones, 2017). A administração ou gestão ambiental, pode ser vista como um antropocentrismo fraco (Connelly e Smith, 2003). A principal narrativa neste movimento, é a importância futura da biodiversidade (Gaia & Jones, 2017). O valor futuro refere-se à necessidade de preservar a natureza, para garantir que as gerações futuras recebam uma natureza tão rica e variada quanto a atual (Jones, 2003).

O segundo movimento da ecologia intermediária é o **Extensionismo Moral (P2B)**, que inclui valor intrínseco a entidades não humanas e neste movimento, a libertação animal é um bom exemplo que pode ser citado (Vincent, 1993; Gaia & Jones, 2017).

O movimento da libertação animal, diferentemente da conservação de recursos, ecologia do bem-estar humano e movimentos de preservação, defende o valor moral de seres não humanos, quer dizer, seres que podem experimentar prazer e dor e assim a caça e o abate de animais é combatido. Devem ser protegidos os habitats de animais selvagens, como peixes e aves, pois estes lugares têm valor instrumental para diversas espécies (Eckersley, 1992).

Neste movimento, árvores, por exemplo, só são consideradas importantes à medida em que sirvam de habitat para algum animal, ou que possam ser utilizadas para a produção de móveis (Eckersley, 1992). Outra prática é a substituição de alimentos de origem animal por outras alternativas, ou no mínimo a mudança de processos, para minimizar o sofrimento dos animais (Eckersley, 1992).

Em todos as situações, o maior valor ainda é atribuído ao ser humano, pois semelhante a casos anteriores, em que existe conflito de interesses entre pessoas e animais, os interesses humanos prevalecem (Gaia & Jones, 2017). Narrativas que defendem a preservação da natureza e que apoiam o valor instrumental de vida de animais e plantas, estão alinhados a movimentos de extensionismo moral (Gaia & Jones, 2017).

A tipologia intermediária, também adota uma visão instrumental sobre a natureza para os objetivos dos homens, mas considera os animais de ordem superior, como tendo valor por si mesmos (Samkin & Schneider, 2014). Porém, em qualquer situação de conflito com os interesses das pessoas, os objetivos humanos prevalecem (Sylvan, 1985b). A ecologia intermediária está mais alinhada com a ecologia superficial, do que com a ecologia profunda (Samkin & Schneider, 2014).

O terceiro paradigma ambiental é o **Ecocentrismo (P3) (ecologia profunda)**, em que pode ser considerado um preservacionismo mais amplo e mais ecologicamente informado, pois baseia-se em outras correntes ambientais. Enquanto os preservacionistas estavam preocupados com a natureza, em locais considerados esteticamente bonitos, os ambientalistas ecocêntricos procuravam proteger populações, ecossistemas, espécies e habitats em qualquer lugar, independentemente da sua beleza estética ou seu valor de uso (Eckersley, 1992). A ecologia profunda não é antropocêntrica, pois ela atribui valor intrínseco à natureza (Samkin & Schneider, 2014; Baard, 2015).

A ecologia profunda, afirma que o mundo biológico sustenta a vida e que o mesmo continua sendo comprometido pelo comportamento humano (Gray, 1993) e ainda, que a riqueza da biodiversidade, deve ser protegida para a manutenção de todas as formas de vida na Terra (Naess, 1995 *apud* Samkin & Schneider, 2014; Glasser, 2011).

A ecologia profunda é um guia promissor para a sustentabilidade, porém os mecanismos institucionais para a sua operacionalização, não foram bem desenvolvidos (Fox, 2003). Segundo este mesmo paradigma, embora os humanos possam usar a natureza para necessidades essenciais, não devem desvalorizar ou devastá-la (Ikeke, 2020).

Segundo Jacob (1994), Cramer (1998) e Davradou e Namkoong (2001), o biocentrismo e a autorrealização, sustentam como princípios normativos a ecologia profunda. O biocentrismo luta contra a visão de mundo antropocêntrica e segundo Taylor (1986), os quatro princípios orientadores são: todas as formas de vida são interdependentes; todas as espécies têm valor intrínseco; os humanos não têm um papel privilegiado; e os humanos não são superiores a outras espécies.

Já a autorrealização, consiste em considerar o mundo não humano (Jacob, 1994), tendo como princípios a capacidade de se conectar com algo maior, promovendo a reflexão e a contemplação (Khisty, 2006).

Este movimento amplia todos os movimentos anteriormente expostos, relacionados à conservação de recursos, ecologia do bem-estar humano, preservacionismo e libertação animal, pois oferece uma abordagem mais ampla do que qualquer outra, como pode ser observado no Figura 9.

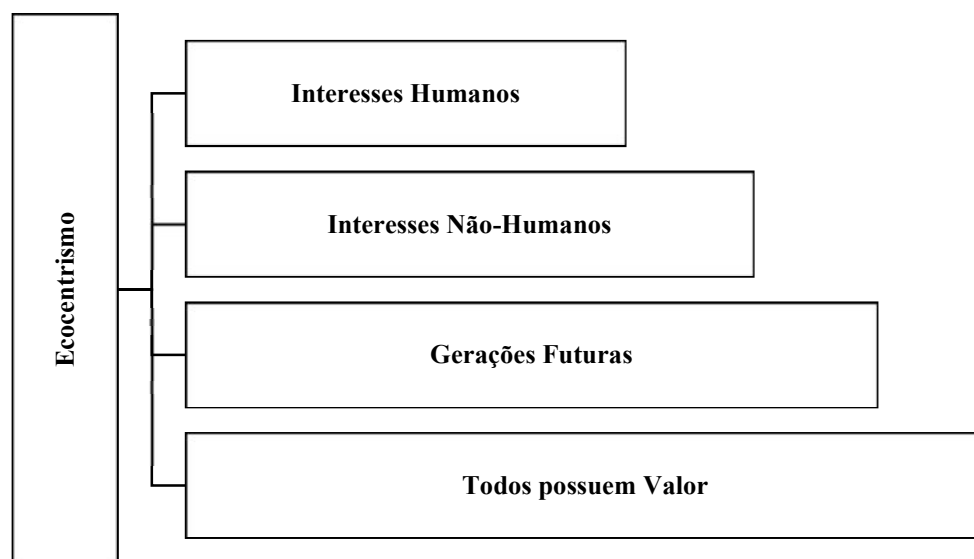


Figura 9 - Características do Ecocentrismo.
Fonte: adaptado de Eckersley (1992).

Ela amplia os outros movimentos, porque considera todos os interesses humanos na natureza, incorporando além da conservação de recursos e do bem-estar humano, as perspectivas ecológicas. Reconhece os interesses dos não humanos, ampliando assim o movimento preservacionista, considera os interesses das gerações futuras, nas práticas e decisões presentes, valoriza as populações, espécies, ecossistemas e a ecossfera e todos os organismos individuais (Eckersley, 1992).

Capra & Eichenberg (2006), afirmam que a adoção da ecologia profunda, exige um sentido maior para as estratégias convencionais da preservação do meio ambiente, buscando identificar e eliminar causas ocultas de devastação, propondo assim uma nova civilização, com cultura solidária, participativa e ecologicamente consciente.

Neste movimento, o antropocentrismo é rejeitado (Gaia & Jones, 2017), pois não existem linhas divisórias nas relações do planeta. Todos possuem uma relação intrínseca e interconectada, tendo como membros os organismos humanos e não humanos (Eckersley, 1992), sendo utilizado como base para os conceitos da ecologia profunda de Arne Naess (Naess, 1973).

O ecocentrismo considera os humanos como administradores ambientais, ou ainda, como “mordomos” e como tais, devem cuidar bem do meio ambiente. O problema é que os humanos possuem também a capacidade de afetar o meio ambiente, pois assumem o controle e rapidamente perdem-no, pois utilizam o poder de administrar, com propósitos inversos (Liu et al., 2016).

Naess e Sessions (1984), afirmaram que a ecologia profunda possui oito termos centrais, que norteiam a visão desta corrente de pensamento, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Plataforma da ecologia Profunda.

Valor Intrínseco	1) O florescimento da vida humana e não humana na Terra, tem valor intrínseco. O valor das formas de vida não humanas, é independente da utilidade do mundo não humano, para propósitos da humanidade.
Diversidade	2) A riqueza e a diversidade das formas de vida, são valiosas em si mesmas e contribuem para o florescimento das vidas humanas e não humanas na Terra.
Necessidades vitais	3) Os humanos não têm o direito de reduzir essa riqueza e diversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais.
População	4) O florescimento da vida humana e sua cultura, é compatível com um decrescimento substancial da população humana. O florescimento das vidas não humanas requer esse decrescimento.
Interferência Humana	5) A presente interferência humana no mundo não humano é excessiva, e a situação está se agravando rapidamente.
Mudança de política	6) Na presença dos pontos anteriores, as políticas precisam ser revistas. As mudanças nas políticas afetam as estruturas básicas da economia, da tecnologia e da ideologia. O estado dos negócios resultante dessas mudanças, deve ser profundamente diferente do

	presente e tornar possível uma experiência mais agradável, para todas as coisas interconectadas.
Qualidade de vida	7) A mudança ideológica representa mais a apreciação da qualidade de vida (habitação de valor moderado), do que aderir a altos padrões de vida. Deve haver uma profunda consciência da diferença entre tamanho e excelência.
Obrigação de ação	8) Aqueles que subscreverem aos pontos citados, têm a obrigação direta ou indireta de participar das tentativas de implementar as mudanças necessárias.

Fonte: Elaborado com base em Naess e Sessions (1984) e Samkin & Schneider (2014).

Segundo Naess e Sessions (1984), Samkin & Schneider (2014) e Naess (2013) *apud* Ikeke (2020), a plataforma da ecologia profunda é composta por oito pontos: (i) todos os seres têm valor intrínseco, (ii) a diversidade e a variedade são valores, (iii) os humanos podem fazer uso da natureza apenas para necessidades essenciais, (iv) há necessidade de diminuir a população humana para conservar outros seres, (v) os processos vitais estão sendo destruídos pelo homem, (vi) políticas socioeconômicas devem ser feitas para reverter a degradação ambiental, (vii) o padrão de vida não é mais importante do que a qualidade de vida, e (viii) há uma obrigação moral para aqueles que aceitam os princípios acima de ações pela conservação ecológica.

Nesta vertente ecológica, tanto a suposição de valor único dos humanos, quanto a suposição de valor maior das pessoas em relação aos mais diversos elementos da natureza, são rejeitadas (Eckersley, 1992), sendo que todas devem ser priorizadas, tanto as entidades humanas, como as não humanas (Naess, 1973). A preocupação de proteção ambiental, é mais profunda do que simplesmente o valor que estas possuem para as pessoas, pois ela tem valor porque simplesmente existe e assim o valor intrínseco da biodiversidade, tem a posição em destaque (Gaia & Jones, 2017). Com os apontamentos e definições de todos os paradigmas ambientais expostos, pode-se resumir cada grupo conforme a Figura 10.

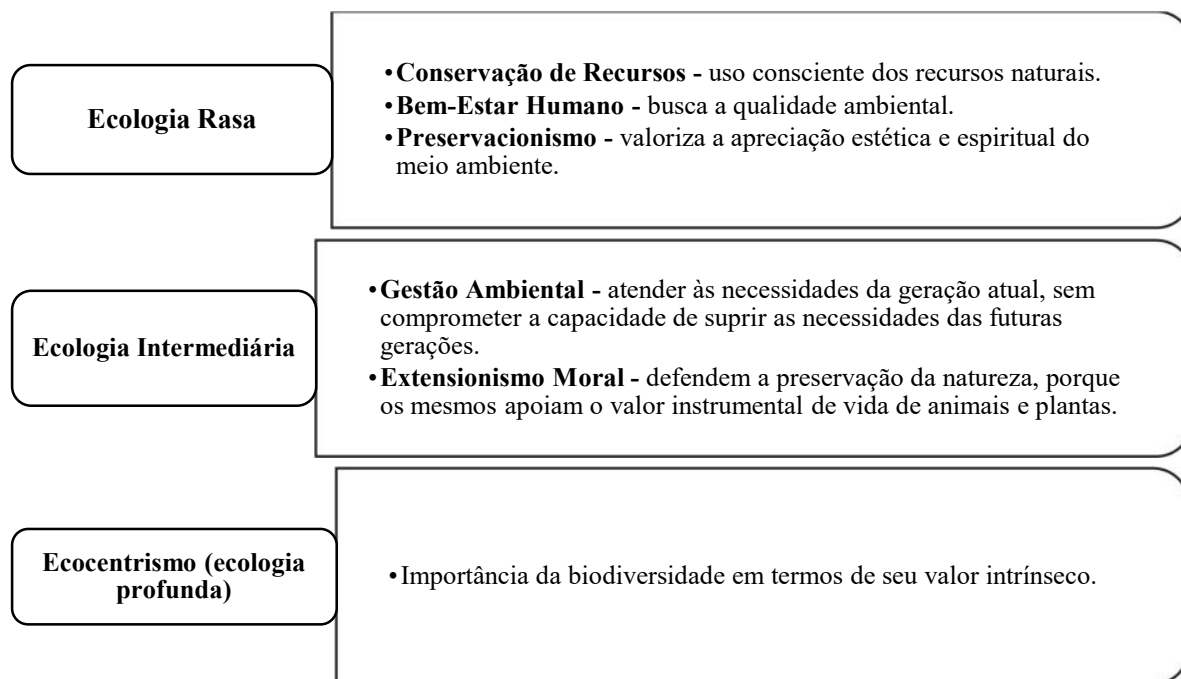


Figura 10 - Paradigmas Ambientais com as principais práticas.

Fonte: Baseado em Eckersley (1992).

No paradigma da Ecologia Rasa, existe a divisão entre a conservação de recursos, o bem-estar humano e o preservacionismo, sendo que a principal característica, é que a preocupação em relação a biodiversidade está ligada a satisfação de interesses dos seres humanos (Gaia & Jones, 2017), e que os três movimentos apresentam no final, um aspecto de antropocentrismo decrescente (Eckersley, 1992).

No grupo da ecologia intermediária, existe a separação entre Gestão Ambiental e Extensionismo Moral, em que o primeiro está mais perto de ser um antropocentrismo moderado ou fraco, e o segundo está mais voltado para o ecocentrismo (Vincent, 1993).

Por último, o ecocentrismo considerado a ecologia mais profunda, é o movimento que contraria a ideia do antropocentrismo (Samkin *et al.*, 2014). É o fluxo ecológico que vê a natureza como tendo valor intrínseco, e tem como objetivo a proteção da riqueza e da diversidade das formas no mundo (Naess, 1973).

Um estudo alinhado com o tópico das filosofias ecológicas e as praticas relacionadas ao meio ambiente é o de Gaia e Jones (2017), que tinham o objetivo de explorar o uso de narrativas nos relatórios de biodiversidade, para verificar se eles aumentam a conscientização sobre a sua importância. Para chegar ao objetivo, os autores classificaram as explicações para a conservação da biodiversidade, contidas nos relatórios publicados por conselhos locais do Reino Unido, em filosofias rasas, intermediárias e profundas. Utilizou-se a análise de conteúdo e como resultado, foi verificado que as explicações estavam voltadas para o seu

valor instrumental, conservação por causa dos recursos que dela provém e para manter o bem-estar humano, classificando-se assim como uma filosofia rasa. Os conselhos locais do Reino Unido, procuraram aumentar a conscientização sobre a importância da biodiversidade, destacando valores que são importantes para os *stakeholders*, que podem contribuir para a conservação da biodiversidade, como indústrias, visitantes, proprietários de terras, negócios e residentes.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os delineamentos metodológicos, possuem um papel importante na pesquisa científica. Desenvolvem planos e estruturas, para permitir alcançar os resultados esperados e não possuem um delineamento particular. No entanto, existem metodologias que se ajustam mais a determinado tipo de pesquisa (Raupp & Beuren, 2009). Este capítulo, apresenta o delineamento da pesquisa de forma detalhada, definindo a unidade de análise, a população e amostra, o constructo da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e os procedimentos e análise dos dados. Também, apresentam-se as limitações dos métodos e técnicas desta pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O objetivo da pesquisa, é analisar de que maneira as divulgações sobre meio ambiente podem revelar as contradições entre os *stakeholders* prioritários e as filosofias ecológicas, contidas nos relatórios de sustentabilidade.

Com isso, decidiu-se pela utilização de uma abordagem qualitativa do problema. Quanto aos seus objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva e no que tange aos procedimentos, classifica-se como documental (Raupp & Beuren, 2009).

Uma pesquisa descritiva, se caracteriza pela utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, para identificar, relatar e comparar (Raupp & Beuren, 2009). Este tipo de pesquisa, é normalmente estruturada para medir características descritivas, em uma questão de pesquisa (Hair, Babin, Money & Samouel, 2005). O objetivo é descrever alguma coisa, que normalmente são características (Malhotra, 2006).

Pesquisas qualitativas, suportam análises mais profundas em relação ao fenômeno a ser estudado, destacando características que não são observadas em estudos quantitativos e ainda, é considerada mais adequada para conhecer a natureza de fenômenos sociais (Raupp & Beuren, 2009).

A pesquisa documental, segundo Gil (2009), utiliza materiais que não receberam nenhum tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados, conforme o objetivo do estudo. Segundo Amorim (2018), a pesquisa documental adota a coleta de dados secundários, extraídos dos relatórios de sustentabilidade, das demonstrações contábeis e dos relatos integrados. Neste tipo de pesquisa, a coleta de dados se dá em fontes primárias, ou seja,

documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas (Marconi & Lakatos, 2004).

Quanto à perspectiva temporal, esta pesquisa pode ser classificada como transversal, devido à coleta dos dados ter ocorrido durante os meses de setembro e outubro de 2020. Entende-se por estudos transversais, a coleta de dados realizada em um determinado tempo (Hair Jr., Babin, Money, & Samouel, 2005; Malhotra, 2006).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE, POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra é composta por 18 Relatórios de Sustentabilidade, divulgados entre 2017 e 2020, por companhias de capital aberto, de diferentes ramos de atividade econômica. Foi selecionado o último relatório divulgado por cada empresa, durante o período, pois algumas divulgaram o último relatório em anos anteriores a 2020, conforme pode ser observado na Figura 11.

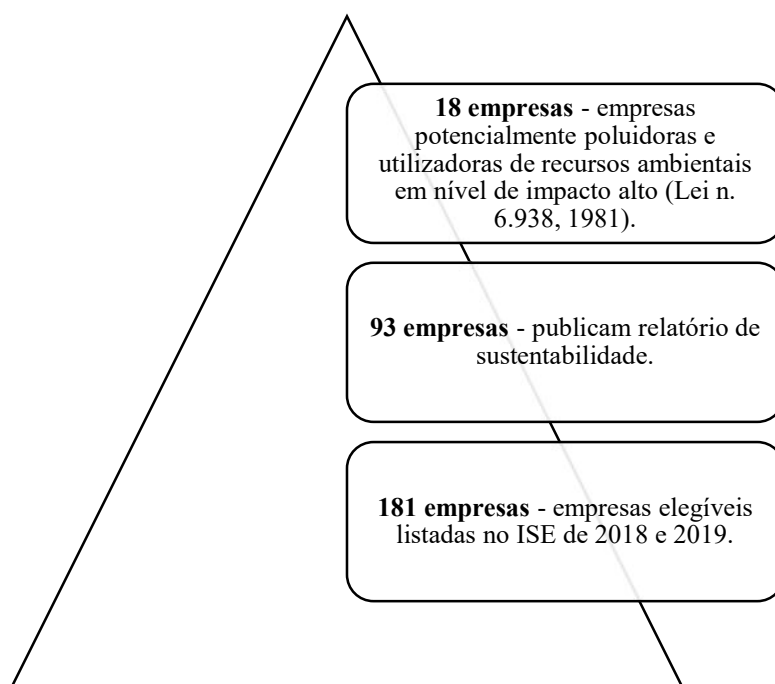


Figura 11 - Seleção da Amostra.
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As empresas participantes dessa pesquisa, são companhias de capital aberto listadas na B3, sendo as organizações com melhores práticas em sustentabilidade fazendo parte da listagem de elegíveis do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). O primeiro recorte utilizado, é a seleção das empresas listadas no ISE de 2018 e 2019, totalizando 181 empresas.

O ISE “busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações” (B3, 2020).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (B3, 2020).

Foi criado em 2005, para auxiliar os investidores na tomada de decisões relacionadas a investimentos em empresas socialmente responsáveis, fazendo com que as organizações adotem melhores práticas, relacionadas a sustentabilidade corporativa (Da Rosa, Lunkes, & Brizzola, 2019).

Segundo Pletsch, Brighenti, Da Silva e Da Rosa (2015), o ISE é uma ferramenta comparativa para analisar o aspecto da sustentabilidade corporativa em empresas brasileiras, pois possibilita verificar como as empresas se comprometem com a sustentabilidade, diferenciando-as das demais em relação a qualidade, ao nível de comprometimento sustentável, a equidade, a transparência, as mudanças climáticas e outros. Corroborando com a pesquisa citada, outros estudos também utilizaram o índice de Sustentabilidade Empresarial, como Rosa *et al.* (2010), De Oliveira, Machado e Beuren (2012), Colares, Bressan, Lamounier e Borges (2012), Nobre e Ribeiro (2013), Andrade, Bressan, Iquiapaza e Moreira. (2013), Oro, Renner e Braun (2013), Giacomini, Ostrzyzek e Vendrame (2019), De Oliveira e Oliveira (2020), Lopes Júnior, De Miranda, Do Nascimento e De Melo (2020).

De acordo com Do Nascimento (2020), o ISE é o segundo índice de sustentabilidade mais utilizado em pesquisas relacionadas a índices de sustentabilidade ambiental, estando atrás apenas do *Dow Jones sustainability index* (DJSI).

Após a retirada de empresas que não divulgaram seus relatórios, ou de empresas que são controladas por outras organizações listadas na respectiva bolsa, restaram 93 empresas. No caso de empresas controladas, foram utilizadas as informações divulgadas no relatório de sustentabilidade da controladora, evitando assim a dupla contagem.

O terceiro filtro utilizado, foi a Lei nº. 6.938, que trata sobre algumas atividades econômicas, conforme a Política Nacional Brasileira do Meio Ambiente, que podem ser

potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais em nível de impacto alto, médio ou baixo (Lei n. 6.938, 1981), conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Setores de atividade e o impacto ambiental.

Categoria – Setor de Atividade	Impacto ao Meio Ambiente
Extração e Tratamento de Minerais; Indústria Metalúrgica; Indústria de Papel e Celulose; Indústria de Couros e Peles; Indústria Química; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio.	Alto
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos; Indústria Mecânica; Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Indústria de Material de Transporte; Indústria de Madeira; Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos; Indústria do Fumo; Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas; Serviços de Utilidade; Uso de Recursos Naturais.	Médio
Indústria de Borracha; Indústria de Produtos de Matéria Plástica; Indústrias Diversas; Turismo.	Pequeno

Fonte: Elaborado com base na Lei n. 6.938/1981.

Nesta Lei, as atividades econômicas estão categorizadas em baixo, médio e alto impacto ambiental, sendo esta classificação decorrente do Potencial de Poluição (PP) - risco que uma atividade econômica oferece de poluir o meio ambiente - e do Grau de Utilização (GU) de recursos naturais - nível de exploração dos recursos ambientais por parte das empresas de determinada atividade econômica. Os setores com alto impacto ambiental, são detalhados na Tabela 5.

Tabela 5 - Setores de atividade de alto impacto ambiental.

Categoria	Descrição
Extração e Tratamento de Minerais	Pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.
Indústria Metalúrgica	Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.
Indústria de Papel e Celulose	Fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.
Indústria de Couros e Peles	Secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.
Indústria Química	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes,

	munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	Transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.

Fonte: Elaborado com base na Lei n. 6.938/1981.

Conforme as atividades classificadas com alto impacto ambiental, foi possível delimitar com base no ramo de atuação, as organizações a serem utilizadas para as análises. Sendo assim, apresenta-se a seguir, a relação contendo os nomes das 18 empresas que fazem parte da amostra, bem como o segmento ao qual pertencem, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Lista das empresas que pertencem a amostra.

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Exploração, Refino e Distribuição
		COSAN
		DOMMO
		PETROBRAS
		ULTRAPAR
Materiais Básicos	Mineração	Minerais Metálicos
		VALE
	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
		GERDAU
		USIMINAS
		Artefatos de Cobre
		PARANAPANEMA
	Químicos	Petroquímicos
		BRASKEM
		Fertilizantes e Defensivos
		FER HERINGER
	Madeira e Papel	Papel e Celulose
		KLABIN S/A
		SUZANO S.A.
Bens Industriais	Transporte	Transporte Aéreo
		GOL
		Transporte Ferroviário
		RUMO S.A.
		Transporte Rodoviário
		JSL
		Exploração de Rodovias
		CCR SA
		ECORODOVIAS
		Serviços de Apoio e Armazenagem
		SANTOS BRP

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em relação ao ano do relatório de sustentabilidade, 14 relatórios são de 2019, 2 do ano de 2018 e 2 relatórios de 2017. Contudo, a seleção de relatórios de diferentes anos de publicação, foi considerada aceitável para atender aos objetivos do estudo, visto que o tipo de evidências analisadas (divulgação ambiental), não se altera em um período curto de tempo.

A seleção destas empresas, levando em consideração o ISE e a Lei nº. 6.938/81, teve como objetivo, selecionar organizações comprometidas publicamente com questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e que se preocupam com a responsabilidade ética das corporações, com o equilíbrio ambiental, a justiça social e a governança corporativa e que sejam engajadas na transparência e prestação de contas, focadas no desempenho econômico-financeiro, social, ambiental e de mudanças climáticas e por apresentarem alto impacto ambiental devido às suas atividades econômicas, enquadram-se perfeitamente na amostra da presente pesquisa, já que a mesma busca identificar nas divulgações ambientais, quais são os *stakeholders* prioritários e as filosofias ecológicas utilizadas para a divulgação de informações sobre o meio ambiente.

3.3 CONSTRUCTO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS E ANÁLISE E COLETA DOS DADOS

Para alcançar os objetivos propostos, deve-se identificar as ações necessárias para se chegar à determinada resposta. Assim, a Tabela 7 apresenta os objetivos específicos do estudo, os autores que fundamentaram as proposições e a ação planejada para alcançá-lo.

Tabela 7 - Constructo da Pesquisa.

Objetivo	Objetivo Especifico da pesquisa	Autores	Ação Planejada
Mapeamento dos <i>Stakeholders</i>	Mapear quais <i>stakeholders</i> são prioritários nas divulgações sobre o meio ambiente.	Mitchell <i>et al.</i> (1997), Boaventura, Fontes, Sarturi e Armando (2017).	Após a identificação das informações ambientais, buscou-se verificar quais partes interessadas eram mencionadas na divulgação e com base no estudo de Boaventura <i>et al.</i> , (2017), identificou-se as palavras chave relacionadas aos atributos de legitimidade, urgência e poder, para verificar se os <i>stakeholders</i> possuíam prioridade e eram salientes.
Identificação das Filosofias Ecológicas	Identificar as divulgações sobre o meio ambiente de acordo com as suposições das filosofias	Naess (1973); Sylvan (1985b); Rolston (1985, 1988); Callicott (1990);	Após a identificação das informações ambientais, buscou-se as

	ecológicas superficiais/rasas, intermediárias e profundas.	Eckersley (1992); Vincent (1993); Wells (1993); Hoefel (1999); Chapin et al. (2000); Jones (2003); Fox (2003); Palmer (2003); Gunn (2007); Samkin e Schneider (2014); Samkin <i>et al.</i> , (2014); Baard (2015); Gaia e Jones (2017); Ikeke (2020); Naess (1983) apud Akamani (2020); Akamani (2020).	justificativas relacionadas as práticas ambientais, para classifica-las na ecologia superficial/rasa, intermediária e profunda, com base nos autores do referencial teórico.
Comparação filosofias ecológicas x <i>stakeholders</i>	Comparar as filosofias ecológicas e a priorização dos <i>stakeholders</i> identificadas nas divulgações ambientais, para verificar as contradições.	Com base nos dois resultados anteriores, nesta fase buscou-se comparar a priorização dos <i>stakeholders</i> identificados e as filosofias ecológicas que emergiram das divulgações, para verificar a existência de contradições, ou seja, o foco está nas partes interessadas ou no meio ambiente?	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A análise de informações divulgadas nos relatórios ambientais, foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo, que é uma maneira útil de avaliar mudanças sociais e atitudes relacionadas ao meio ambiente, por meio da análise do discurso público (Buhr & Reiter, 2006). Essa abordagem, envolve a análise de conteúdo da palavra escrita dos relatórios de sustentabilidade, permitindo a exploração dos fundamentos filosóficos (Morrison *et al.*, 2016).

A análise de conteúdo consiste em reduzir os dados, para tentar identificar significados e consistências essenciais (Patton, 2001), em que é seguido um processo sistemático de codificação (Hsieh & Shannon, 2005). Este tipo de análise, tem sido amplamente utilizado em estudos de relatórios sociais e ambientais e para explorar estratégias corporativas e ambientais, comunicadas em relatórios anuais (Albertini, 2014; Bowman, 1984; Guthrie, Petty, & Yongvanich, 2004). Uma das características da análise de conteúdo, é de que através da frequência com que algum assunto é citado e/ou apresentado, é indicada sua importância dentro de um texto (Radu, Caron, & Arroyo, 2020).

Vergara (2010, p. 7), descreve como “uma técnica para o tratamento de dados, que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Bardin (1977), divide as técnicas em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados - a inferência e interpretação, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8 - Fases da análise de conteúdo de Bardin.

Pré-análise	Escolhas dos documentos
	Definição das seções do documento a serem analisadas
	Definição das palavras-chaves ou categorias
Exploração do material	Divisão das informações em categorias para agrupá-los
Tratamento dos resultados - inferência e a interpretação	Discussão dos resultados obtidos com base na revisão de literatura feita

Fonte: Elaborado com base em Bardin (1977).

A primeira etapa da metodologia proposta, é a escolha dos documentos. Para esta pesquisa, a coleta de dados foi realizada nos relatórios de sustentabilidade, divulgados pelas empresas. A opção por estes relatórios justifica-se, pela riqueza de informações que os mesmos apresentam.

Na segunda etapa, ocorre a definição das seções do documento a serem analisadas e como os relatórios de sustentabilidade, normalmente, são bastante extensos e apresentam as mais variadas informações, é importante definir as seções mais aderentes ao escopo do estudo. Portanto, para esta análise, foram consideradas apenas as seções do relatório de sustentabilidade, que contenham dados sobre a estratégia da companhia que está relacionada ao meio ambiente, para a identificação da saliência dos *stakeholders* e as filosofias ecológicas.

A terceira etapa da Pré-análise, refere-se à identificação das palavras e categorias associadas a cada constructo de análise. No que se refere a saliência dos *stakeholders*, foram escolhidas as palavras que representam as definições propostas por Mitchell *et al.* (1997), dos atributos poder, legitimidade e urgência, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 - Definição dos Atributos da saliência dos Stakeholders.

Atributo	Definição
Poder	Um relacionamento entre agentes sociais em que um agente social A consegue que outro agente social B faça algo que B não faria (Dahl, 1957; Pfeffer, 1981; Weber, 1947, <i>apud</i> Mitchell <i>et al.</i> , 1997, p. 865)
Legitimidade	"Percepção generalizada ou uma presunção que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas, ou apropriadas dentro de um sistema social de normas, valores, crenças e definições" (Suchman, 1995, p. 574, <i>apud</i> Mitchell <i>et al.</i> , 1997, p. 866).
Urgência	"O grau em que a reivindicação do <i>stakeholder</i> demanda atenção imediata" (Mitchell <i>et al.</i> , 1997, p. 867).

Fonte: Elaborado com base em Mitchell *et al.* (1997).

Com base nestas definições, têm-se estudos anteriores que realizaram proposições em relação às palavras-chave. No estudo de Boaventura *et al.*, (2017), as palavras-chave utilizadas podem ser observadas na Tabela 10.

Tabela 10 - Palavras-chave para identificar a saliência dos Stakeholders.

Atributo	Palavras-Chave
Poder	Poder, força, controle, competência, virtude, compelir, poderoso, eficaz, eficiente, competente, pressão, domínio, influenciar, influente, popular, conhecido, cargo, hierarquia, presidência, administração, presidente, dominante, regente, dominador, imposição, obrigação, vincular, forçar, obrigatório, compulsório, compulsivo, formal, obrigatoriamente.
Legitimidade	Contrato, transação, acordo, obrigação, compromisso, condição, cláusula, negociação, contratar, contratual, direito, autorização, constituição, reclamante, reivindicador, recorrer, reivindicar, autorizado, justo, estatuto, estatutos, instituições, decreto, regulamento, regulamentação, legal, devido, vigente, segurança, confiança, seguro, capacitado.
Urgência	Agilidade, pontualidade, velocidade, adiantamento, urgência, antecipar, adiantar, pontual, antecipado, essencial, principal, exigir, demandar, necessitar, útil, urgente, insubstituível, relevância, fundamental, importante, relevante, vital, fundamental, valioso, importância, proporção, urgência, tempo, apressado, imediatamente.

Fonte: Elaborado com base em Boaventura *et al.*, (2017).

No que se refere às filosofias ecológicas, as categorias foram estruturadas com base na revisão bibliográfica apresentada no referencial teórico, em que pode-se identificar as características contidas nas filosofias rasas/superficiais, intermediárias e profundas e estas foram utilizadas para identificar as práticas relacionadas ao meio ambiente, nas narrativas ambientais divulgadas nos relatórios de sustentabilidade, conforme a Tabela 11.

Ecologia Rasa/Superficial		Ecologia Intermediária		Ecologia Profunda	
Características	Autores	Características	Autores	Características	Autores
Em relação à proteção das espécies, os humanos valorizam o seu valor extrínseco, o valor que os animais têm para eles.	Samkin et al. (2014).	As preocupações humanas estão em primeiro lugar, porém os animais também possuem valor e utilidade por si só.	Sylvan (1985b).	A autonomia local e descentralização.	Naess (1973); Hoefel (1999).
A administração e exploração dos recursos que necessitam.	Sylvan (1985b).	Libertação animal.	Sylvan (1985b).	A complexidade e complicação.	Naess (1973); Hoefel (1999).
A conservação é justificada porque a mesma apoia o crescimento econômico.	Rolston (1985, 1988); Eckersley (1992); Gaia e Jones (2017).	Animais de ordem superior têm valores próprios.	Samkin e Schneider (2014).	A postura anti-classe.	Naess (1973); Hoefel (1999).
A saúde e o bem-estar dos humanos é o principal, sendo incentivado a luta contra a poluição e o esgotamento dos recursos.	Naess (1973); Baard (2015).	A natureza é avaliada como um meio para a conservação de recursos para fins humanos, para o bem-estar das gerações presentes e futuras. Os humanos devem manter seu estilo de vida atual ininterrupto, exceto fazer algumas pequenas mudanças.	Samkin e Schneider (2014).	A interferência humana presente no mundo não humano é excessiva e está piorando e precisa ser mudada. Foco na correção das causas, ao invés dos sintomas.	Samkin e Schneider (2014).
Ambiente humano agradável.	Eckersley (1992); Wells (1993); Gaia e Jones (2017).	Podem levar a um foco de curto prazo, em vez de causas subjacentes.	Samkin e Schneider (2014).	As coisas naturais tem maior valor que os seres humanos.	Sylvan (1985b).
Visão de longo prazo sobre o meio ambiente e a natureza é valorizada como um meio para a conservação dos fins humanos de recursos para o bem-estar das gerações presentes e futuras.	Sylvan (1985b); Samkin e Schneider (2014).	A conservação da biodiversidade é realizada por seu próprio valor, mas não onde as necessidades humanas seriam comprometidas.	Samkin e Schneider (2014).	Ecocêntrica - Não antropocêntrico.	Vincent (1993); Samkin e Schneider (2014).
As pessoas são separadas do resto da natureza e são a única fonte de valor, devendo permanecer com o seu estilo de vida e só pode ser alterado se forem pequenas mudanças.	Samkin <i>et al.</i> , (2014).	As filosofias intermediárias defendem que valores intrínsecos podem ser ampliados a algumas entidades não humanas.	Gaia e Jones (2017).	Igualitarismo biosférico.	Naess (1973); Hoefel (1999).
Podem levar a um foco de curto prazo, em vez de causas subjacentes.	Samkin e Schneider (2014).	A Gestão Ambiental está ligada com o dever moral das pessoas, pois as mesmas devem manter e aprimorar, porém jamais esgotar os recursos naturais do planeta.	Gaia e Jones (2017).	Mesmo as preocupações humanas sérias às vezes devem perder para os valores ambientais	Samkin e Schneider (2014).

Luta contra a poluição e esgotamento dos recursos.	Naess (1973).	Os seres humanos devem desempenhar o papel de administradores do meio ambiente.	Jones (2003).	Mudanças transformadoras nas instituições sociais e políticas.	Naess (1983) <i>apud</i> Akamani (2020).
Dependências de soluções tecnológicas - controle de poluição, regulamentação da indústria, reciclagem, substituindo os combustíveis fósseis por biocombustíveis. Extensão da comunidade moral para incluir espécies favorecidas, como animais que se parecem com humanos, espécies que são fofas, peludas ou impressionantes e características naturais que têm significado especial para os humanos. A conservação da biodiversidade é realizada não por si mesma, mas por causa de seu valor para os humanos. Crescimento Econômico. Reciclagem. Diminuição dos desperdícios.	Eckersley (1992); Gunn (2007); Samkin e Schneider (2014).	Este movimento está ligado com a proteção dos recursos no presente para não faltar para as futuras gerações, sendo que as pessoas do presente devem deixar para as do futuro pelo menos os recursos naturais equivalentes aos que foram herdados do passado.	Gaia e Jones (2017).	O valor da biodiversidade não depende de sua utilidade para os humanos. A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para o valor e são valiosas.	Samkin e Schneider (2014).
Manter a saúde e a riqueza nos países desenvolvidos, a saúde e o bem-estar dos humanos, manutenção da vida humana e maior bem para o maior número de indivíduos.	Naess (1973); Eckersley (1992); Vincent (1993).	Movimento a libertação animal é um bom exemplo que pode ser citado.	Vincent (1993); Gaia e Jones (2017).	Os princípios da diversidade e da simbiose.	Naess (1973); Hoefel (1999).
Natureza caracterizada como instrumento para um fim; o mundo não humano é mensurado pelo seu valor de uso; o meio ambiente como uma fonte de recursos para suprir às necessidades dos homens; vistos como seres separados da natureza e são a única fonte de valor; o valor da biodiversidade depende de sua utilidade para os humanos; as preocupações humanas são fundamentais; a proteção da biodiversidade deve ser estimulada porque, a mesma satisfaz as necessidades dos seres humanos.	Sylvan (1985b); Eckersley (1992); Samkin e Schneider (2014); Baard (2015); Gaia e Jones (2017).	Defende o valor moral de seres não humanos, quer dizer, seres que podem experimentar prazer e dor e assim a caça e o abate de animais é combatido, devem ser protegidos os habitats de animais selvagens, como peixes e aves, pois estes lugares têm valor instrumental para diversas espécies.	Eckersley (1992).	Preservação de áreas silvestres intocadas, bem como restauração ambiental de espécies nativas e áreas silvestres degradadas	Samkin e Schneider (2014).
Valoriza a apreciação estética e espiritual do meio ambiente - valores símbolos, culturais, históricos, estéticos, espirituais e científicos.	Rolston (1985, 1988); Callicott (1990); Eckersley (1992); Chapin et al. (2000).	Neste movimento, árvores, por exemplo, só são consideradas importantes na medida que servem de habitat para algum animal ou que pode ser utilizada para a produção de móveis.	Eckersley (1992).	Toda a vida e relação (humana e não humana) tem valor intrínseco.	Naess (1973); Rolston (1985, 1988); Ikeke (2020); Fox (2003); Palmer (2003);

				Samkin e Schneider (2014).
Um ambiente de trabalho mais seguro.	Eckersley (1992); Rolston (1985, 1988); Gaia e Jones (2017).		Sustentabilidade econômica	Samkin e Schneider (2014).
Questões físicas, sociais, relacionada a saúde, comodidade, recreação e psicologia social.	Rolston (1985, 1988); Eckersley (1992); Gaia e Jones (2017).			
Treinamento de especialistas em ciências exatas para gerenciar o meio ambiente, para que possam combinar o crescimento econômico com a saúde ambiental.	Akamani (2020).			
Antropocêntrica.	Sylvan (1985b); Vincent (1993); Samkin e Schneider (2014).			
O rendimento máximo deve ser buscado em relação aos recursos renováveis.	Eckersley (1992).			
Manejo prudente.	Eckersley (1992).			

Tabela 11 - Definição dos Atributos das ecologias ambientais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com base na Tabela 11, pode-se observar as características de cada um dos movimentos. Para a ecologia superficial/rasa, o principal aspecto está ligado às práticas relacionadas ao Meio Ambiente, voltadas para os interesses das pessoas, e no caso desta pesquisa, os interesses das empresas ou dos *stakeholders*. Assim, quando a empresa realiza alguma prática relacionada ao Meio Ambiente e declara que o objetivo está ligado a interesses internos ou por pressão de algum *stakeholder*, esta prática, de acordo com autores apresentados na Tabela 10, deve ser considerada uma ecologia superficial/rasa. Segundo Sylvan (1985b); Eckersley (1992); Samkin e Schneider (2014); Baard (2015); Gaia e Jones (2017), a natureza é caracterizada como instrumento das pessoas, para um fim.

Em relação a ecologia intermediária, existem algumas práticas que têm objetivo e preocupação direta com o Meio Ambiente, porém ainda com uma ligação direta com interesses nas pessoas, ou empresas e *stakeholders*, principalmente se determinada prática está relacionada à diminuição de algo para os homens. Pois se precisar escolher entre os interesses do Meio Ambiente e das pessoas, a escolha será a favor dos homens.

Já para a ecologia profunda, o valor do Meio Ambiente é intrínseco, ou seja, tem valor em si e não depende de alguma utilidade para as pessoas. Práticas relacionadas a este grupo, são voltadas à preocupação direta com o Meio Ambiente ou com os animais, pois eles precisam ser preservados por terem valor próprio.

Para codificar as divulgações ambientais nessas categorias, foram utilizados os parágrafos como unidade de análise, pois assim os dados são mais completos, confiáveis e significativos para a análise suplementar. As divulgações identificadas, foram organizadas utilizando o Atlas Ti.

Na fase de exploração do material, para uma palavra-chave ser vinculada a um *stakeholder*, ambos deveriam estar na mesma unidade de contexto analisada, conforme define Bardin (1977). A unidade de contexto considerada foi um parágrafo. Ou seja, para um *stakeholder* “A” seria atribuído o atributo legitimidade, por exemplo, caso as duas palavras estejam no mesmo parágrafo. As fases da análise dos dados podem ser observadas na Tabela 12.

Tabela 12 - Fases da análise dos dados.

Fase	Ação	Unidade de análise
1ª	Seleção das divulgações sobre o meio ambiente divulgadas nos relatórios de sustentabilidade.	Relatório de Sustentabilidade.
2ª	Identificação dos <i>stakeholders</i> .	Os esperados, de acordo com o referencial teórico são os primários - comunidade, funcionários, acionistas, fornecedores,

		compradores - ou ainda as partes interessadas secundárias, como - governo, mídia, concorrentes, proteção ao consumidor ou outros grupos de interesse.
3ª	Classificação dos <i>stakeholders</i> de acordo com a sua saliência.	Identificar no parágrafo que cita um <i>stakeholder</i> e buscar identificar as palavras que remetem as características de poder, legitimidade e urgência.
4ª	Identificação das filosofias ecológicas conforme as 3 categorias.	Cada parágrafo será considerado uma unidade de análise.
5ª	Análise conjunta dos <i>stakeholders</i> e dos paradigmas ambientais	Análise conjunta dos <i>stakeholders</i> e dos paradigmas ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com a Tabela 12, primeiramente foram identificadas as divulgações que abordam o tema meio ambiente, nos relatórios de sustentabilidade.

Para a identificação dos *stakeholders*, foram utilizadas as mesmas divulgações sobre o meio ambiente, porém nesta fase o objetivo foi identificar as partes interessadas envolvidas no contexto ambiental que a empresa relata. Assim, com os *stakeholders* identificados, a quarta fase consiste em definir se possuem os atributos de poder, legitimidade ou urgência, para verificar se possuem capacidade de interferir nas práticas ambientais, segundo o referencial teórico.

Com esta fase concluída, foi realizado a última etapa que é o tratamento dos resultados, inferências e interpretação, e para isso os recortes foram classificados conforme as 3 categorias dos paradigmas ambientais (rasas/superficiais, intermediárias e profundas) e foi concluído com a análise conjunta dos *stakeholders* e dos paradigmas ambientais.

3.4 LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para a análise dos relatórios de sustentabilidade, optou-se por ignorar até que ponto esses relatórios podem ou não representar a verdade, em vez disso, o foco está na escolha da mensagem e na maneira com que ela é moldada pela organização (Buhr & Reiter, 2006). Nesta ótica, a presente dissertação não pretende estabelecer essa relação, buscando confirmar se as informações divulgadas são realmente colocadas em prática.

Outra limitação é o Relatório de Sustentabilidade, que apesar de ser visto dessa maneira, optou-se por analisá-lo, pelo motivo de que as empresas podem utilizá-lo para divulgar diversas informações adicionais, sobre as questões ambientais. Contudo, como não há uma padronização no Brasil para a divulgação das informações nos relatórios, isso pode dificultar em alguns momentos a comparabilidade entre as empresas de diversos setores.

Assim, outros estudos que analisem outras fontes de dados, como por exemplo, sites de empresas e relatórios de administração, podem encontrar volume diferente de informações ambientais. Neste sentido, é relevante mencionar que os relatórios de sustentabilidade não são os únicos canais de comunicação de informações ambientais.

Os resultados obtidos na pesquisa, restringem-se às informações apresentadas pelas empresas nos relatórios dos exercícios sociais de 2017 a 2019, sendo selecionado o último que cada empresa publicou. Portanto, os resultados não são generalizáveis a outros períodos. Quanto à seleção de empresas, esta envolveu apenas as listadas na B3 e pertencentes à listagem do ISE. Logo, os resultados não devem ser generalizados para outras empresas.

A técnica utilizada para coletar os dados, também possui algumas limitações. Segundo Bardin (1977), na análise de conteúdo o pesquisador deve ter atenção em dois aspectos: rigor da objetividade e fertilidade da subjetividade. Desta forma, com o intuito de reduzir a subjetividade, após a classificação das sentenças de acordo com a estrutura conceitual, realizou-se uma revisão, com a finalidade de corrigir eventuais diferenças entre a classificação de sentenças semelhantes.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, os dados obtidos na pesquisa são apresentados e analisados, expondo inicialmente uma breve apresentação das empresas que compõem a pesquisa, bem como as abordagens iniciais relacionadas às divulgações sobre os *stakeholders* e temas relacionados ao Meio Ambiente. Em seguida, apresentam-se as análises da priorização das partes interessadas, na ótica da Teoria do *Stakeholder*. Posteriormente, são desenvolvidas as análises dos relatórios, com base nos paradigmas ambientais (raso/superficial, intermediário e profundo) e por fim, uma verificação conjunta dos achados da pesquisa.

4.1 APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS E DOS RELATÓRIOS

Conforme apresentado na metodologia, as empresas pertencentes à análise possuem atividades com alto impacto ambiental, sendo do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Mineração, Siderurgia e Metalurgia, Químicos, Madeira e Papel e Transporte e o perfil de cada uma delas pode ser observado na Tabela 13.

Tabela 13 - Características e atuação das empresas analisadas.

BRASKEM	“Somos hoje a maior petroquímica das Américas e a sexta maior do mundo. Temos uma capacidade de produção anual que alcança mais de 8 milhões de toneladas de resinas termoplásticas (Polietileno, Polipropileno e Policloreto de Vinila) e mais de 10 milhões de toneladas de químicos básicos (Eteno, Propeno, Butadieno, Benzeno, entre outros). Nos orgulhamos também de ser uma empresa inovadora e que desde o início de nossas operações em 2002 busca atuar de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Como a maior fabricante mundial de biopolímeros, reforçamos nosso compromisso com a consolidação de iniciativas que endereçam a Economia Circular ao buscar soluções que formam um ciclo sustentável que começa no design, passa pela produção e reciclagem e termina em novos usos para os produtos.” (Relatório de Sustentabilidade, Braskem, 2019, p. 9).
CCR SA	“Fundada em 1999, com atuação nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços, é referência nacional e internacional. O Grupo CCR foi o primeiro a ingressar no Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa). Hoje, a companhia é responsável por 3.955 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Foi também responsável pelo primeiro contrato de concessão de rodovia do País, com a CCR Ponte, responsável pela Ponte Rio-Niterói no período de junho de 1995 a 31 de maio de 2015.” (Site CCR SA, 2020).
COSAN	“Somos a Cosan, uma <i>holding</i> comprometida com o desenvolvimento do Brasil e que, cada vez mais, investe em negócios dedicados à logística integrada e à diversificação da matriz energética brasileira. Atuamos com foco em manter o alinhamento de políticas e difundir as melhores práticas em nossa plataforma de negócios, e nossas empresas – Raízen, Comgás, Moove e Rumo – operam com a autonomia necessária para serem líderes em seus segmentos. Empreendedorismo, Ética, Empatia e Estímulo são os 4 E’s que nos impulsionam há mais de 80 anos de história, escrita com resultados consistentes e compartilhada com acionistas, clientes e comunidades locais.” (Relatório de Sustentabilidade, Cosan, 2019, p. 12).
DOMMO	“A Dommo Energia é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento básico e sujeita às disposições da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Seu objetivo é o desenvolvimento de

	atividades vinculadas ao setor de energia, tendo, atualmente, foco principal na produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.” (Relatório de Sustentabilidade, Dommo, 2017, p. 7).
ECORODOVIAS	“O portfólio da Ecorodovias inclui 11 concessões rodoviárias totalizando 3.088 km e um ativo portuário (Ecoporto) em oito estados da federação, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. 3,088 km de estradas sob concessão, 346.6 milhões de veículos-equivalente pagantes em 2019, Ecoporto localizado no Porto de Santos, o maior da América Latina.” (Site Ecorodovias, 2020).
FER HERINGER	“Única de seu segmento a ter ações listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, a Heringer é uma das pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes no Brasil. Com 50 anos de história, diferencia-se por investir em pesquisa e tecnologia e por disponibilizar a seus clientes um amplo portfólio de produtos desenvolvidos com altíssimo padrão de qualidade. Em linha com seu planejamento estratégico, as entregas de fertilizantes especiais atingiram 46% do volume total produzido pela companhia em 2017, com 1,9 milhões de toneladas.” (Relatório de Sustentabilidade, Fer Heringer, 2017, p. 7).
GERDAU	“A Gerdau é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. No Brasil, também produz aços planos, além de minério de ferro para consumo próprio. A companhia opera 31 unidades produtoras de aço, 75 lojas da Comercial Gerdau, 2 minas de minério de ferro e uma base florestal de plantio de eucalipto de mais de 250 mil hectares. É considerada ainda a maior recicladora de sucata ferrosa da América Latina, transformando anualmente 11 milhões de toneladas de sucata em aço em suas operações no Brasil e no mundo.” (Relatório de Sustentabilidade, Gerdau, 2019, p. 12).
GOL	“A GOL Linhas Aéreas S.A. foi fundada em 2001 e se transformou na líder em transportes de passageiros no mercado brasileiro, com a maior malha aérea do país, e na maior empresa a operar no modelo de baixo custo na América Latina. A Companhia oferece aproximadamente 700 voos diários para 69 destinos no Brasil, Américas do Sul e do Norte e Caribe. Referência em eficiência operacional e gestão ambiental.” (Relatório de Sustentabilidade, Gol, 2018, p. 7).
JSL	“Com uma história que remete ao desenvolvimento do setor de logística brasileiro, a JSL S.A. é um grupo empresarial com mais de 21,7 mil colaboradores e presença em 16 setores da economia, fundado em 1956. Atuamos como líderes ou em posição de destaque nos segmentos em que estamos presentes e contamos com marcas que traduzem serviços orientados a uma filosofia de negócios que busca entender as demandas dos clientes e atendê-las com agilidade, qualidade e integridade. Entre nossos principais serviços estão o transporte de cargas, a terceirização de cadeias logísticas e o atendimento a demandas de arrendamento e locação de veículos, máquinas e equipamentos.” (Relatório de Sustentabilidade, JSL, 2019, p. 12).
KLABIN S/A	“A Klabin S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 1899. Maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil, líder na produção de cartões, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais no Brasil, também é a única do país a oferecer ao mercado a melhor solução em celuloses de fibra curta, fibra longa e fluff. O compromisso com o desenvolvimento sustentável é uma premissa para os negócios da Klabin. Em linha com as macro-tendências de consumo, a Companhia está preparada para oferecer ao mercado soluções em embalagens seguras, leves, eficientes, recicláveis, provenientes de fontes renováveis, biodegradáveis e flexíveis.” (Relatório de Sustentabilidade, Klabin S/A, 2019, p. 17).
PARANAPANEMA	“Indústria metalúrgica, a Paranapanema S.A. é a única empresa brasileira a transformar o cobre mineral em metal por meio do processo de fundição e refino de cobre primário. Também atua na produção de semimanufaturados de cobre e suas ligas (latão e bronze). Possui três unidades operacionais. Matriz da Companhia -, produz e comercializa, sob a marca Caraíba, cátodos, fios trefilados e vergalhões, além dos coprodutos de cobre, como a lama anódica, oleum, e ácido sulfúrico 98% e 45%, que são comercializados por meio da marca Paranapanema. Duas filiais com a marca Eluma, uma fábrica e vende produtos de cobre e suas ligas, como laminados, tubos, arames e barras e a outra produz as conexões de cobre e bronze.” (Relatório de Sustentabilidade, Paranapanema., 2018, p. 18).

PETROBRAS	“Somos uma empresa brasileira com mais de 46 mil empregados comprometidos em gerar mais valor para nossos acionistas e para a sociedade. Somos um dos maiores produtores de petróleo e gás do mundo, dedicados principalmente à exploração e produção, ao refino, à geração e à comercialização de energia. Adquirimos experiência em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas como resultado de quase 50 anos passados no desenvolvimento das bacias brasileiras, tornando-nos líderes mundiais nesse segmento.” (Relatório de Sustentabilidade, Petrobras., 2019, p. 23).
RUMO S.A.	“Somos a Rumo S.A., empresa brasileira, de capital aberto – listada no segmento Novo Mercado da B3 –, que movimenta o Brasil de Norte a Sul ao operar serviços logísticos de transporte ferroviário, elevação portuária e armazenagem de produtos. Nossa atuação, fundamental para o desenvolvimento do País, o conecta de Norte a Sul, – levando insumos importantes de regiões produtoras do interior para o mercado externo, e também percorrendo o caminho inverso, levando produtos industrializados para regiões menos desenvolvidas. Atendemos os três principais corredores de exportação de commodities agrícolas, com extensão por cidades que respondem por cerca de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.” (Relatório de Sustentabilidade, Rumo S.A., 2019, p. 14).
SANTOS BRP	“Somos a Santos Brasil, empresa nacional de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado, mais elevado nível de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), reconhecida como referência na operação portuária de contêineres e soluções logísticas. Atuamos nos mercados de logística portuária, transporte rodoviário e logísticas de distribuição e industrial (<i>in company</i>). Atendemos de forma integrada, do porto à porta, mais de 8 mil clientes, predominantemente da Região Sudeste e do setor privado, além de importadores e exportadores em diversos segmentos econômicos (químico, automotivo, farmacêutico, alimentício, bens de consumo e agronegócios, entre outros).” (Relatório de Sustentabilidade, Santos BRP, 2019, p. 9).
SUZANO S.A.	“Somos uma empresa de base florestal, de capital aberto, controlada pela Suzano Holding e pertencente ao Grupo Suzano. Com mais de 90 anos de atuação marcados pela inovação e pelo pioneirismo a Suzano é uma empresa 100% brasileira e referência global no desenvolvimento de produtos fabricados a partir do plantio do eucalipto, além de estar entre as maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose de eucalipto da América Latina. O portfólio de produtos contempla papel “Imprimir e Escrever” revestido e não-revestido, papel cartão, papel tissue, celulose de mercado e celulose fluff.” (Site Suzano, 2020).
ULTRAPAR	“Ao longo de mais de oito décadas, o Grupo Ultra transformou-se em um dos principais grupos empresariais do Brasil, com posições de liderança nos diversos segmentos em que atua. Criamos valor para a sociedade, investindo em empresas sustentáveis e essenciais para a vida das pessoas, e estamos presentes em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal por meio de cinco negócios, Ultragaz, Ultracargo, Oxitenio, Ipiranga e Extrafarma, em um total de 85% de todos os municípios brasileiros, além de oito países.” (Relatório de Sustentabilidade, Ultrapar, 2019, p. 9).
USIMINAS	“A Usiminas atua no mercado brasileiro de aços planos. Um dos principais complexos siderúrgicos da América Latina, com 57 anos de operação, a Companhia está presente em toda a cadeia de atividades do setor, da extração do minério, passando pela produção de aço, até sua transformação em produtos e bens de capital customizados para o mercado.” (Relatório de Sustentabilidade, Usiminas, 2019, p. 9).
VALE	“A Vale S. A. é uma das mineradoras líderes no mercado global de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. A empresa também produz manganês, ferro-ligas, cobre, metais do grupo platina (MGP), ouro, prata, cobalto, carvões metalúrgico e térmico. A Vale é uma organização privada de capital aberto, com sede corporativa na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Nossas ações são negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A Vale também está presente nos mercados financeiros de Nova York (NYSE) e Madri (Bolsa de Madrid - Latibex). Em 2019, a empresa encerrou o ano com 149,3 mil colaboradores (71,1 mil próprios e 78,2 mil terceiros), sendo 75,6% alocados no Brasil.” (Relatório de Sustentabilidade, Vale S. A., 2019, p. 42).

Fonte: Relatórios de sustentabilidade e sites das empresas (2021).

Com base na Tabela 13, pode-se observar que as empresas selecionadas para a análise, primeiramente possuem suas atividades consideradas com alto impacto no Meio Ambiente, segundo a Lei nº. 6.938/81, e são as principais produtoras e prestadoras de serviço no segmento brasileiro, com atuação em diversos países, conforme pode ser observado na Figura 12.

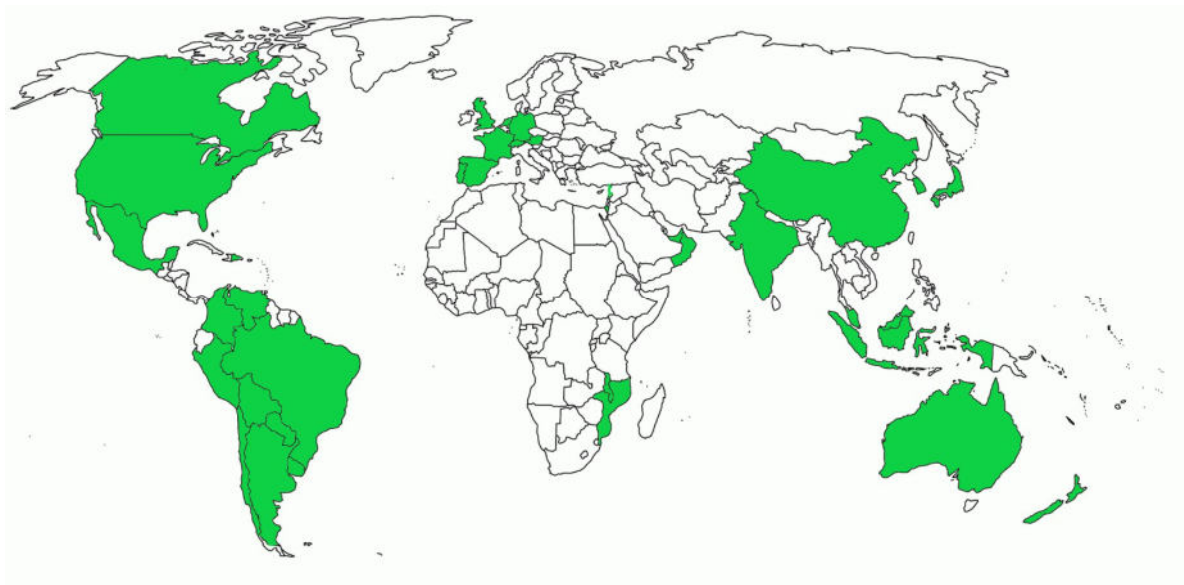


Figura 12 - Mapa mundi com os países que contêm instalação das empresas analisadas.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base nos relatórios de sustentabilidade e conforme observado na Figura 12, as empresas analisadas possuem atuação em 39 países e estão presentes em todos os continentes. Contam com filiais de operação, *joint venture*, escritórios, sedes e estações de exploração nos países da Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Barbados, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Escócia, Espanha, EUA, França, Holanda, Índia, Indonésia, Inglaterra, Israel, Japão, Malásia, Malawi, México, Moçambique, Nova Caledônia, Omã, Países Baixos, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Singapura, Suíça, Uruguai e Venezuela.

Em relação aos Relatórios de Sustentabilidade divulgados pelas empresas analisadas, pode ser observado a Tabela 14.

Tabela 14 - Dados quantitativos relacionados aos Relatórios de Sustentabilidade.

Empresas	Qtd. de páginas do Relatório de Sustentabilidade	(%) de páginas com informações ambientais
COSAN	70	17%

DOMMO	28	18%
PETROBRAS	279	28%
ULTRAPAR	65	29%
VALE	136	34%
GERDAU	116	10%
USIMINAS	61	39%
PARANAPANEMA	98	18%
BRASKEM	126	20%
FER HERINGER	57	21%
KLABIN S/A	166	25%
SUZANO S.A.	110	15%
GOL	75	12%
RUMO S.A.	93	18%
JSL	99	10%
CCR SA	110	13%
ECORODOVIAS	119	23%
SANTOS BRP	95	15%

Fonte: Relatórios de sustentabilidade (2021).

Com base na Tabela 14, foram analisados 18 Relatórios de Sustentabilidade, sendo 14 relatórios publicados no ano de 2020 (exercício 2019), 2 referente ao ano de 2018 (Paranapanema e Gol) e 2 do ano de 2017 (Fer Heringer e Dommo), que apresentaram 1903 páginas, sendo que dentre estas, 401 possuíam alguma informação relacionada ao Meio Ambiente. Identifica-se que a companhia com maior número de páginas destinadas a divulgações relacionadas à temática foi a Petrobras, com 79 páginas, seguida pela Vale, com 46 páginas e a Klabin, com 42 páginas. Em relação ao padrão adotado para estruturar o relatório de sustentabilidade, a maior parte das empresas segue o GRI ou uma mescla de GRI com IIRC.

4.2 RELAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* COM O MEIO AMBIENTE

Corroborando com Freeman (1984), quando argumenta que as empresas levam em consideração na tomada de decisão, os interesses daqueles que afetam ou são afetados pelas atividades da organização, nas falas iniciais do presidente, diretores e conselhos de administração, foi observado as divulgações relacionadas aos *stakeholders*, pois em todos os relatórios foi possível identificar a ocorrência de narrativas direcionadas para a relação das empresas com as partes interessadas. Ainda, segundo Lu e Abeysekera (2014), a divulgação ambiental pode ser considerada como um diálogo entre a empresa e seus *stakeholders*, pois eles possuem algum interesse e a empresa busca demonstrar o cumprimento da responsabilidade social corporativa.

Com base nas publicações identificadas, pode-se observar a Figura 13, que apresenta as divulgações relacionadas aos *stakeholders*, coletadas nos Relatórios de Sustentabilidade das 18 empresas analisadas.

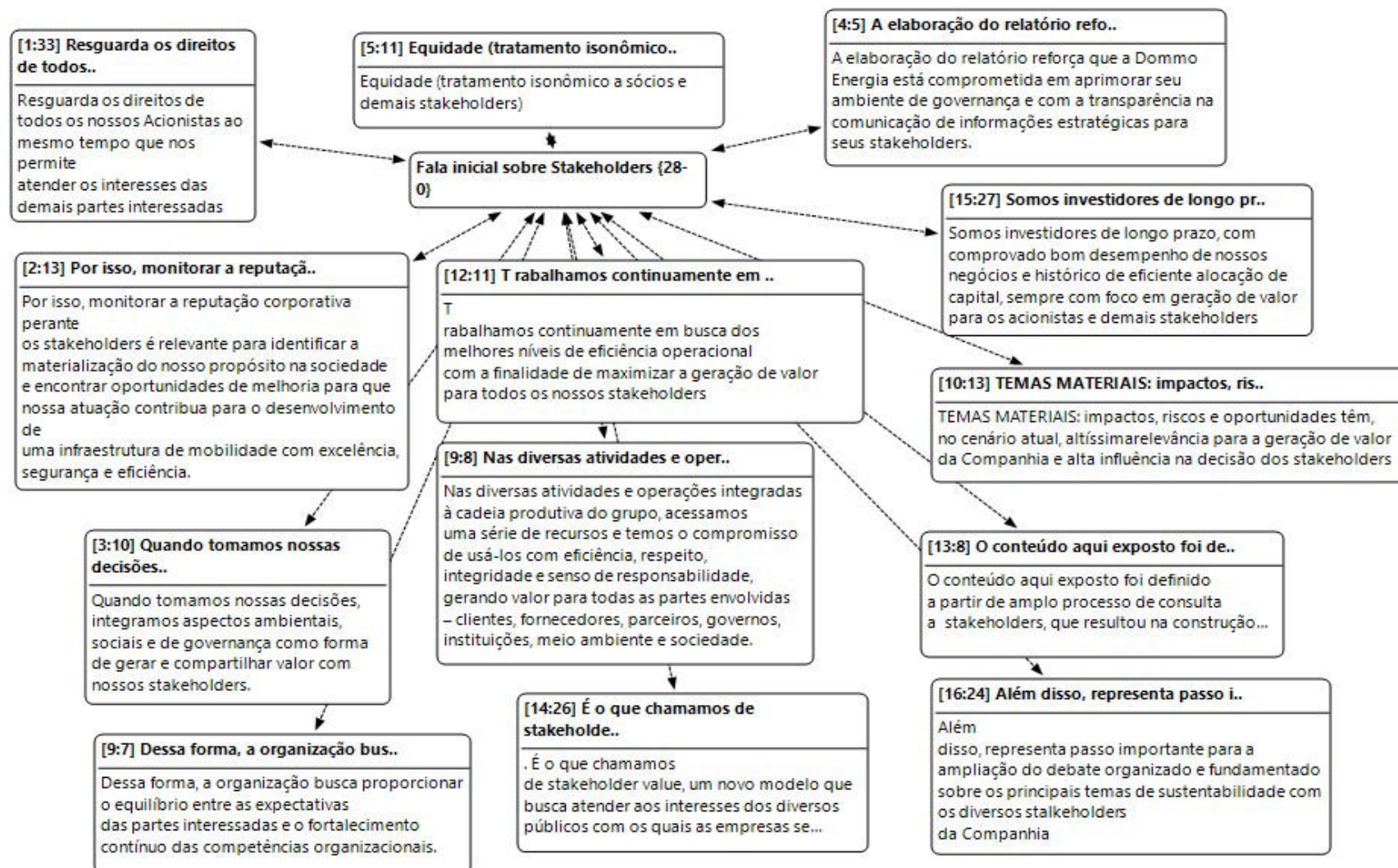


Figura 13 - Fala inicial dos Relatórios de Sustentabilidade relacionada com os *Stakeholders*.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Tratados normalmente como *stakeholders*, partes interessadas, grupos de interesse, público de interesse ou ainda, partes interessadas específicas, as divulgações iniciais nos Relatórios de Sustentabilidade encontram-se normalmente na seção da “fala do presidente” ou na seção “sobre o relatório”. Corroborando com Neu *et al.* (1998), Mellahi e Wood (2003) e Ismail *et al.* (2018), nas divulgações iniciais pode ser observado que as empresas estão levando em consideração na tomada de decisão, não apenas os investidores, mas também outras partes interessadas.

Conforme as divulgações na Figura 13, pode-se observar o foco relacionado aos objetivos das partes interessadas, a busca pela transparência com os *stakeholders* e a geração de valor para eles. Isso contribui com os achados de Gamble, Hsu, Kite e Radtke (1995) *apud* Pucheta-Martínez e Gallego-Álvarez (2019), quando afirmam que existe uma busca de direito para todos, equidade entre os interesses dos investidores e das partes interessadas, empresa se declarando comprometida com os interesses e consultando os *stakeholders* com a meta de definir objetivos específicos para serem alcançados, com base nas expectativas dos públicos de interesse.

Estes achados são confirmados também por Baalouch *et al.* (2019), que afirma que as preferências das partes interessadas são levadas em consideração e as organizações se concentram nos interesses delas, para corresponder às expectativas.

Ainda segundo as divulgações selecionadas inicialmente, pode-se observar indícios da integração dos interesses das partes interessadas com aspectos ambientais, como no recorte “quando tomamos nossas decisões, integramos aspectos ambientais, sociais e de governança como forma de gerar e compartilhar valor com nossos *stakeholders*” (Cosan, 2019, p. 4) e na frase “além disso, representa passo importante para a ampliação do debate organizado e fundamentado sobre os principais temas de sustentabilidade com os diversos *stakeholders* da companhia” (Usiminas, 2019, p. 7).

Segundo Cerin (2002), Berthelot e Magnan (2003) e Moneva e Ortas (2010), os *stakeholders* exigem que as empresas se comportem de maneira ecológica. Outros recortes que podem ser observados, em se tratando das práticas ambientais divulgadas e a sua relação com os *stakeholders*, pode ser observada na Figura 14.

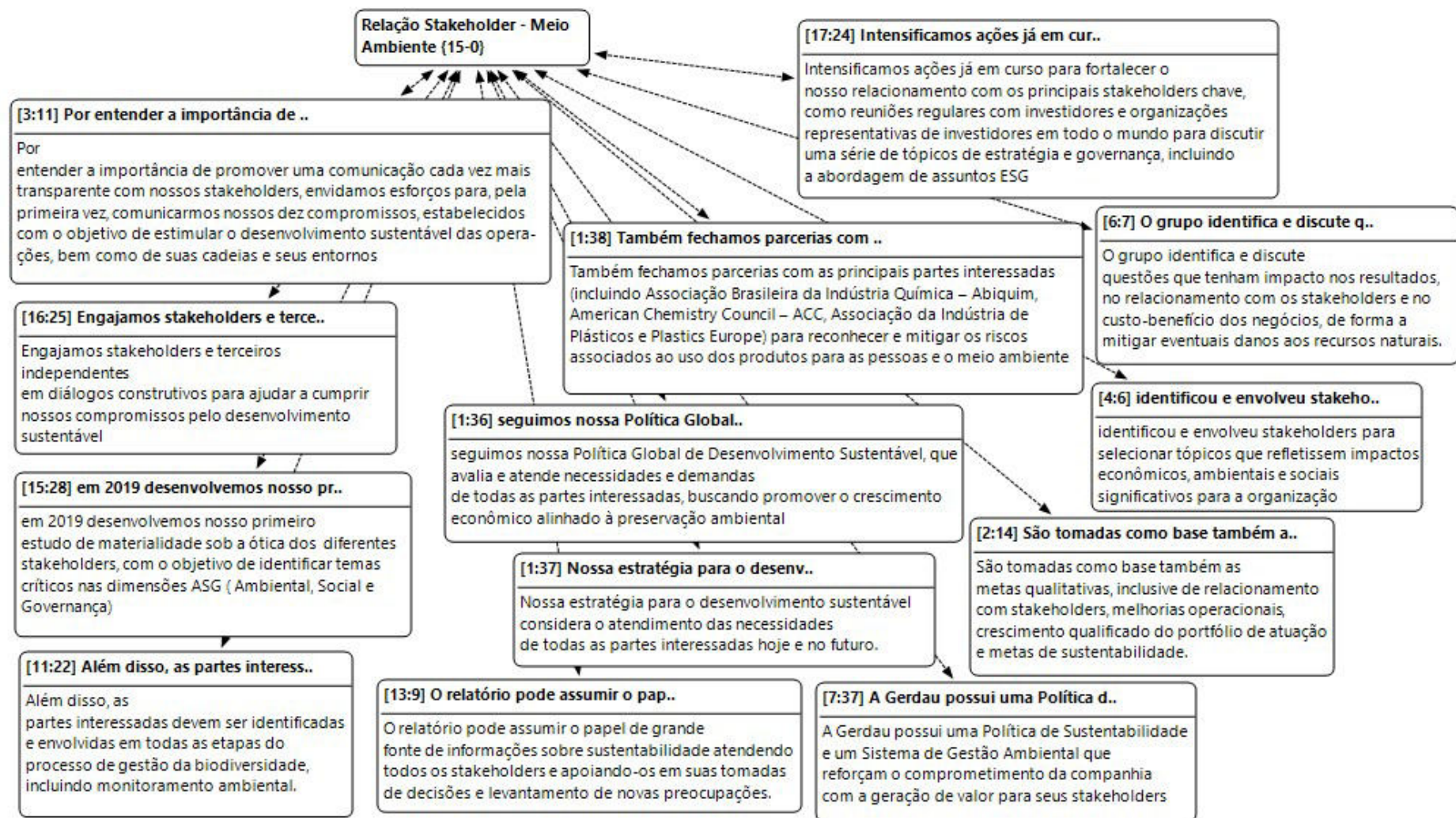


Figura 14 - Divulgação inicial sobre a relação entre *Stakeholders* e Meio Ambiente.
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Como pode ser observado na Figura 14, as empresas analisadas divulgam suas práticas, principalmente em busca de integração entre os interesses das partes interessadas e o Meio Ambiente, nas suas mais diversas características e possibilidades de atuação.

Segundo Ofoegbu *et al.*, (2018), as empresas buscam identificar o ambiente em que estão inseridas, como pode ser observado na seguinte divulgação “contexto da sustentabilidade: *stakeholders* mapeados com base em avaliação sobre a cadeia de valor da Companhia e em artigos acadêmicos consolidados sobre os setores de atuação da Usiminas.” (Usiminas, 2019, p. 28).

Com base no recorte da divulgação, tendo conhecimento do ambiente que a empresa está inserida, ela busca identificar públicos interessados, que de alguma maneira, tanto direta como indireta, possuam relação com as suas atividades e assim as organizações reconhecem sua dependência para se manter no mercado e conseqüentemente, buscam divulgar informações sociais e ambientais voluntárias, para obter aprovação das partes interessadas (Ofoegbu *et al.*, 2018).

A Figura 13 demonstra que as empresas consideram importante a comunicação com os públicos de interesse, fortalecer o engajamento dos *stakeholders*, identificar temas considerados pelas partes interessadas como críticos, nas dimensões ASG (Ambiental, Social e Governança), envolver os públicos interessados na gestão da biodiversidade, fomentar parcerias, identificar as necessidades e demandas deles e delimitar tópicos de ação, com base nas opiniões deles. Segundo Kim *et al.*, (2012), os gerentes buscam mostrar uma imagem de empresa ambientalmente responsável, sendo confirmado nos recortes anteriores, pois as organizações analisadas, buscam atender as demandas de todas as partes interessadas.

Segundo a Teoria do *Stakeholder*, a relação da empresa com as partes interessadas pode ser normativa, gerencial e ética. Como apresentado nas divulgações, consegue-se perceber um gerenciamento destas relações, pois as empresas buscam determinados públicos de interesse, que possuem mais relação com as atividades da empresa, conforme a divulgação demonstrada na Figura 15.



Figura 15 - *Stakeholders* consultados na Suzano S.A.
 Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Suzano S.A. (2019, p. 82).

Com base na Figura 15, pode-se observar que a Suzano S. A. buscou identificar as necessidades de determinadas partes interessadas, dando prioridade para os colaboradores (pela quantidade expressiva de consultas), e em seguida os profissionais externos, clientes, ONGs e as comunidades. Estes *stakeholders* são consultados, para definir os temas materiais da empresa. Segundo as orientações do GRI, os tópicos materiais são aqueles que a empresa considera mais importantes para serem colocados no relatório de sustentabilidade e para isso, a orientação é consultar os *stakeholders* para definí-los.

Ainda segundo o GRI, para ser material, as empresas devem levar em consideração a importância dos impactos econômicos, ambientais e sociais da organização e sua influência sobre as avaliações e decisões dos *stakeholders*. Os temas materiais relacionados ao Meio Ambiente, escolhidos pelas empresas com base em posicionamentos internos e nas opiniões dos *stakeholders*, podem ser observados na Tabela 15.

Tabela 15 - Temas materiais relacionados ao Meio Ambiente.

Temas Materiais relacionados diretamente com o Meio ambiente	Quantidade de Empresas
Mudanças Climáticas	9
Energia	5
Conformidade Ambiental	4
Água	3
Resíduos	3
Biodiversidade	2
Eficiência Energética	2
Emissões	2
Aumento do rendimento Florestal	1
Contaminação do solo e água	1
Descarte correto de embalagens	1
Desempenho Socioambiental de Fornecedores	1
Eficiência Hídrica	1

Efluentes e resíduos	1
Emissões e Efluentes	1
Gerenciamento de efluentes	1
Gestão Ambiental das Operações	1
Gestão de água e efluentes	1
Gestão de Combustíveis	1
Governança da sustentabilidade	1
Investimentos em infraestrutura verde	1
Preservação de Acidentes e Vazamentos	1
Proteção Ambiental	1
Reciclagem de sucata	1
Recursos Renováveis	1
Riscos e impactos socioambientais de projetos e obras	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Tabela 15, os principais temas materiais relacionados ao Meio Ambiente, que as empresas abordaram nos relatórios de sustentabilidade, estão voltados às mudanças climáticas, energia, conformidade ambiental, água, resíduos, biodiversidade, eficiência energética, emissões e outros. Estes achados, demonstram que os *stakeholders* levam em consideração, informações divulgadas pela empresa em relação ao Meio Ambiente, para a tomada de decisão (Blacconiere & Patten, 1994; Blacconiere & Northcut, 1997; Richardson & Welker, 2001; Reverte, 2009), procurando assim mais que simplesmente o lucro, mas também aspectos sociais e ambientais (Gray *et al.*, 1995a).

Chega-se a esta conclusão, pois as empresas buscam as partes interessadas que elas consideram importantes, para verificar quais temas ambientais elas consideram prioritários para a empresa divulgar e com isso, a organização seleciona os mais buscados por eles e publica nos relatórios de sustentabilidade. Assim, as informações que os *stakeholders* levam em consideração na tomada de decisão são abordados.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DA PRIORIZAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS*

Para responder o primeiro objetivo específico desta pesquisa, que é mapear quais *stakeholders* são prioritários nas divulgações sobre o meio ambiente, segue a análise deste tópico. Baseando-se em autores do referencial teórico, como por exemplo, Philips (2003), que argumenta que os gestores priorizam determinadas partes interessadas, pois eles identificam e atribuem maior importância a certos grupos de *stakeholders* específicos, foi realizado o levantamento e identificação dos referidos grupos.

Com base nesta ideia, buscou-se identificar nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas analisadas, os *stakeholders* relacionados com as divulgações sobre o Meio

Ambiente, pois conforme Deegan (2017), a divulgação ambiental pode ser definida como uma prestação de contas, para informar as partes interessadas. Com base nisso, pode-se observar a Tabela 16.

Empresas	Governo	Comunidade	Compradores/ Clientes	Funcionarios	Fornecedores	Partes Interessadas	Acionistas	Concorrentes	ONGs
Gerdau	6	6	2	1	1	1	2	0	0
Usiminas	6	6	0	3	1	0	0	0	0
Ultrapar	5	3	3	0	2	0	0	1	0
Braskem	3	2	2	0	1	1	0	1	0
Suzano	4	3	0	0	0	0	0	0	2
Cosan	2	3	1	1	0	0	1	0	0
Vale	4	4	0	0	0	0	0	0	0
CCR	1	4	1	0	0	0	0	0	0
Petrobras	2	3	0	0	0	0	0	1	0
Fer Ehringer	3	0	1	0	0	1	0	0	0
Klabin	1	0	1	0	1	2	0	0	0
JSL	2	0	0	0	0	0	1	0	0
Rumo	1	2	0	0	0	0	0	0	0
Santos Brasil	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Dommo	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ecorodovias	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Paranapanema	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Gol	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	41	38	11	7	6	5	4	3	2

Tabela 16 - *Stakeholders* identificados nas divulgações relacionadas ao Meio Ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

A partir dos dados apresentados na Tabela 16, pode-se observar quais foram os *stakeholders* identificados e a quantidade de parágrafos relacionados a cada um deles. Cada parágrafo foi relacionado com um determinado *stakeholder*, quando na divulgação ambiental a empresa identificava que sua ação estava voltada a um público de interesse específico.

A parte interessada mais focada nas divulgações sobre o Meio Ambiente é o Governo, com (41 parágrafos), contrariando os pressupostos de Clarkson (1995) e Freeman *et al.* (2010), que consideravam a parte interessada “Governo” como secundária e segundo Ismail *et al.* (2018), *stakeholder* secundário não tem nenhum poder direto sobre a empresa.

Em segundo lugar, identificou-se como prioritário as comunidades, com (38 parágrafos). Ao contrário do primeiro achado, o *stakeholder* comunidade confirma-se como prioritário, contribuindo com os achados de Clarkson (1995) e Freeman *et al.* (2010), que consideram as comunidades como partes interessadas primárias. Estes dois *stakeholders* serão tratados isoladamente nos próximos subcapítulos, pois obtiveram expressiva identificação em relação às divulgações ambientais.

Em terceiro, identificou-se os compradores/clientes, com (11 parágrafos), porém menos expressivo, se comparado com os dois primeiros. Em seguida os funcionários, com (7 parágrafos), fornecedores, com (6 parágrafos), Partes Interessadas, com (5 parágrafos, em que a empresa não identifica quem seria o *stakeholder*), Acionistas/Investidores, com (4 parágrafos), Concorrentes, com (3 parágrafos) e as ONGs, com (2 parágrafos). Estas partes interessadas, serão analisadas de forma conjunta em um próximo subcapítulo (exceto os 5 parágrafos que apenas mencionam a relação do Meio Ambiente com os *stakeholders* de forma genérica, que serão analisados neste tópico, logo abaixo), pois cada uma possui características específicas, porém não obtiveram um número expressivo nas divulgações relacionadas ao Meio Ambiente.

Em relação aos parágrafos que apresentam algum tipo de ligação com as práticas ambientais relacionadas aos *stakeholders*, pode-se observar a Figura 16, em que as empresas analisadas declaravam inicialmente, os públicos de interesse que considerava importantes para as práticas ambientais.

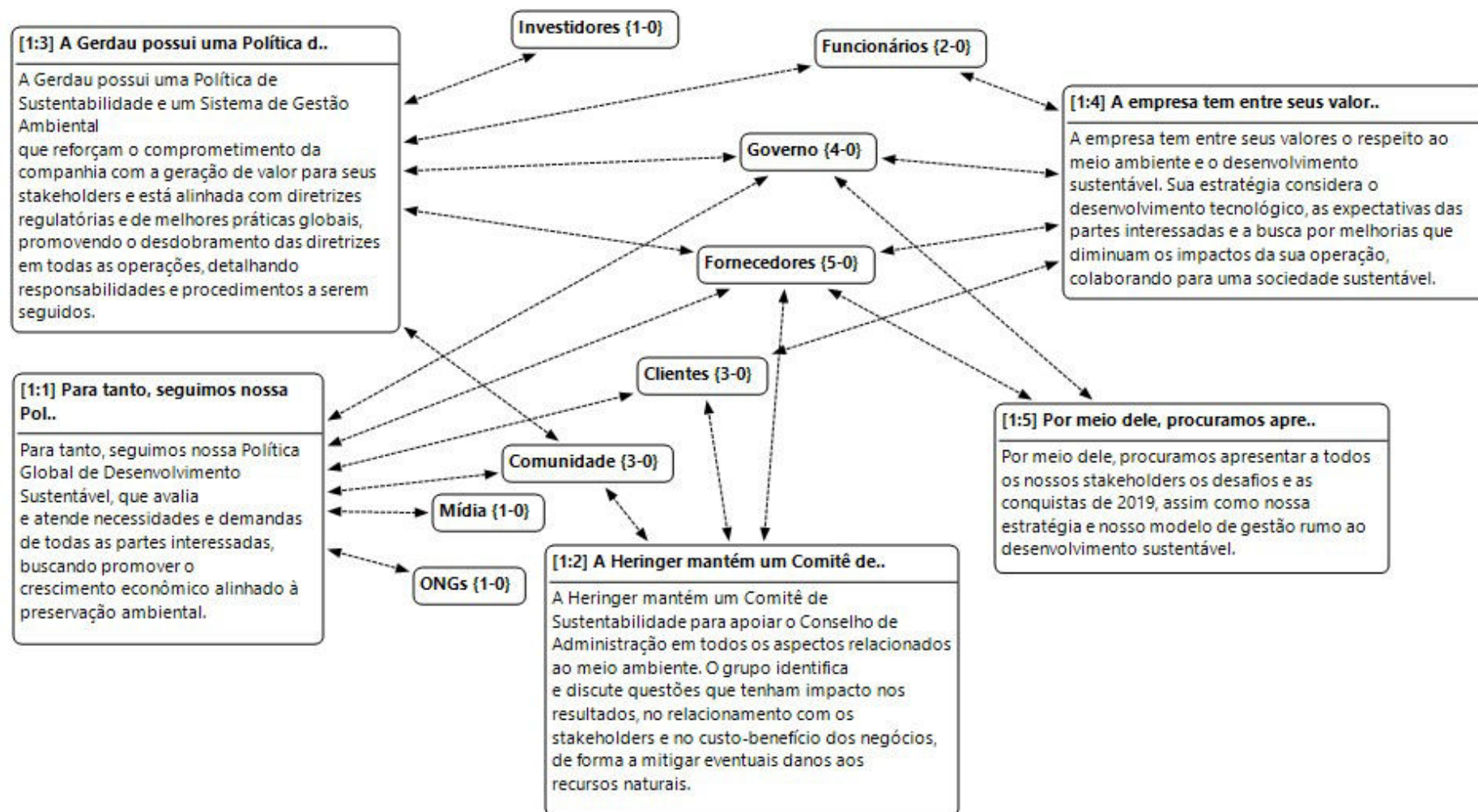


Figura 16 - Destaques de divulgações ambientais relacionadas aos *Stakeholders*.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Figura 16, as divulgações demonstram um recorte de algumas das empresas, que expressa o objetivo da maioria delas em vários momentos, que é mostrar para o público de interesse e envolvê-lo nas questões relacionadas ao Meio Ambiente.

Isso contribui com a consideração de Lu e Abeysekera (2014), de que a divulgação ambiental pode ser considerada um diálogo entre a empresa e seus *stakeholders*, que possuem algum interesse pelas atividades socioambientais e assim, a organização busca mostrar o cumprimento da RSC. Um exemplo é a frase “atende necessidades e demandas de todas as partes interessadas, buscando promover o crescimento econômico alinhado à preservação ambiental” (Brakem, 2019, p. 11).

A partir dessa contextualização inicial, segue-se para a análise individualizada, para identificar a priorização dos *stakeholders*, segundo o modelo proposto por Mitchell *et al.* (1997), e a utilização das palavras-chave identificadas no estudo de Boaventura *et al.*, (2017).

4.3.1 Governo

O mais relevante *stakeholder*, identificado nas divulgações relacionadas com o Meio Ambiente, nos relatórios das 18 empresas analisadas, foi o Governo. Esse achado contraria, primeiramente, a ideia de partes interessadas primárias e secundárias, proposta por Clarkson (1995) e os pressupostos de *stakeholders* estratégicos e morais, proposta no trabalho de Freeman *et al.* (2010). Conforme os autores, o Governo não teria prioridade para a empresa, pois seria considerado um *stakeholder* secundário. Porém, é semelhante aos achados do trabalho de Huang e Kung (2010), que também identificaram a influência do Governo nas divulgações ambientais analisadas. Este achado pode ser confirmado, levando em consideração a proposta desenvolvida por Mitchell *et al.* (1997), que afirma que determinados grupos de interesse possuem atributos em determinadas relações, fazendo com que eles consigam alcançar objetivos próprios. Com base no modelo de saliência de Mitchell *et al.* (1997), pode-se observar a Tabela 17.

Tabela 17 - Divulgações relacionando o Governo com o Meio Ambiente.

Divulgação relacionada ao Governo-Meio Ambiente	Empresa	Leg.	Urg.	Pod.
As unidades da Gerdau são auditadas nos sistemas de gestão ambiental da empresa, no cumprimento dos <u>requisitos legais</u> e na melhoria contínua. Em 2019, teve início um diagnóstico dos sistemas de gestão de recursos hídricos das unidades do Brasil envolvendo equipes de meio ambiente e utilidades. Esse trabalho tem como objetivo identificar oportunidades de redução do consumo de água e melhorar o desempenho dos tratamentos de águas e efluentes.	Gerdau	x		x

No sistema de gestão ambiental da Gerdau, é previsto o tratamento de falhas para os casos de não conformidade. Nesse processo, que é gerido pela liderança das unidades, causas dos problemas são analisadas e são definidos planos de correção e melhoria. As unidades da Gerdau são auditadas no sistema de gestão ambiental, no cumprimento dos requisitos legais e na melhoria contínua.	Gerdau	x		x
A gestão ambiental na Ultracargo foi reforçada por meio da criação e implantação do Código de Conduta Ambiental, cujos treinamentos são aplicados, por meio de e-learning a todos os colaboradores. Além disso, a observância rigorosa da lei e dos procedimentos internos garantem que a empresa esteja sempre em conformidade com as boas práticas e padrões existentes atualmente.	Ultrapar	x		
(Conformidade Ambiental) Os setores de atuação da Usiminas estão sujeitos a diversos tipos de normas e regulamentações , as quais demandam uma gestão cuidadosa, para mitigar riscos e antecipar tendências regulatórias que poderiam impactar as operações da Companhia.	Usiminas	x	x	x
Cumprimos nossas obrigações legais e, por isso, monitoramos as descargas de líquidos seguindo parâmetros como pH, temperatura, sedimentos, óleos, materiais flutuantes, hidrocarbonetos, entre outros. Além disso, desde 2017 desenvolvemos planos de ação em todas as plantas localizadas em bacias de alto risco (quatro bacias hidrográficas brasileiras), que trabalham questões como reuso e dessalinização de água.	Braskem	x		x
Estimativa de água reutilizada. Refere-se aos volumes consumidos localmente nos lavadores de pás carregadeiras e nas Estações de Tratamento de Efluentes que possuem sistema de reuso, das quais trata os efluentes biologicamente em consonância com os padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O efluente é devolvido ao meio ambiente dentro dos parâmetros exigidos pela legislação, em condições de ser absorvido sem causar danos à natureza, não havendo descarte de água ou efluente de processo nas operações. A eficácia dessa gestão é medida por meio de acompanhamento dos Técnicos do setor de meio ambiente corporativo, da elaboração de indicadores, da adoção de sistemas de medição dos efluentes domésticos e da avaliação de parâmetros. As informações geradas nesses processos e procedimentos embasam a definição das metas e objetivos da empresa relacionados ao consumo de água e ao descarte de efluentes.	Fer Heringer			x
Em sete filiais e lojas, conseguimos minimizar a captação de água nova por meio de sistemas de tratamento que permitem um trabalho em ciclo fechado – em que, após tratada, a água já aplicada a lavagens e outros processos volta para a operação. O gerenciamento de efluentes é feito respeitando todas as regulamentações federais e estaduais (por exemplo, resoluções Conama e Cetesb) e, em algumas unidades, como a intermodal de Itaquaquecetuba (SP), a água é devolvida ao meio ambiente após passar por processos de tratamento.	JSL	x		
Todas as fábricas possuem Estações de Tratamento de Efluentes, estrutura que garante que o lançamento desses materiais siga os padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente.	Paranapanema		x	
Identificamos e avaliamos impactos de forma a subsidiar a definição de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias nas fases de instalação, operação e desativação dos nossos empreendimentos. Conforme a fase do ciclo de vida dos empreendimentos, as tipologias das operações, os fatores ambientais, as exigências legais , os requisitos dos órgãos ambientais (no caso de condicionantes de licenças), entre outros fatores, desenvolvemos diversos estudos e projetos com o objetivo de avaliar os riscos para a biodiversidade e estabelecer planos de ação.	Petrobras	x		x

O processo de gestão ambiental visa estabelecer responsabilidades para analisar e avaliar, <u>periodicamente</u> , o atendimento às <u>obrigações legais</u> ambientais e outros requisitos aplicáveis às atividades da Vale. Nesse sentido, são realizadas <u>periodicamente</u> auditorias ambientais e avaliações de conformidade <u>legal</u> do sistema de gestão ambiental, conduzidas por equipes internas e externas	Vale	x	x	x
Atuamos em conformidade com <u>leis e regulamentos</u> , com parâmetros para controle de indicadores, alguns deles ainda mais rigorosos do que os previstos na <u>legislação</u> . Aspectos como água, energia, emissões atmosféricas, mudanças climáticas e biodiversidade são considerados em todas as operações, reafirmando o nosso <u>compromisso</u> com a conservação dos recursos naturais e com o controle e mitigação de impactos ambientais.	Klabin S.A.	x		

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Conforme a Tabela 17, pode-se observar os recortes de algumas divulgações relacionadas ao Meio Ambiente e como elas relacionam suas ações com o Governo, sendo possível observar os três atributos da priorização. Mitchell *et al.* (1997), afirma que a relevância de um *stakeholder* está relacionada ao número cumulativo de atributos percebidos pelos gerentes.

Conforme pôde ser observado, todos os atributos (poder, legitimidade e urgência) foram identificados, o que classifica o Governo como altamente saliente, sendo considerado uma parte interessada que possui alta relevância, na relação das empresas com o Meio Ambiente e assim pode ser atribuído a ele, a definição de um *stakeholder* definitivo. Para Mitchell *et al.* (1997), uma parte interessada definitiva, tem grande capacidade para influenciar as decisões da empresa, tendo em vista que a gestão das relações para a organização, é prioritária.

Sendo realizada uma análise individual, por empresa relacionada na Tabela 16, a Gerdau, a Braskem e a Petrobras, consideram o Governo Dominante (Poder e Legitimidade), a Ultrapar, a JSL e a Klabin, lhe atribuem a característica de Discreto (Legitimidade), a Paranapanema o considera Exigente (atributo da urgência) e a Usiminas e a Vale classificam-no como Definitivo (Poder, Legitimidade e Urgência). De forma conjunta, todos os três atributos aparecem nas divulgações e por isso, pode-se considerar o Governo como um *stakeholder* definitivo, tendo atributos necessários para influenciar as divulgações, nos Relatórios de Sustentabilidade relacionados ao Meio Ambiente.

Um exemplo para ser citado, é o recorte da Vale S.A., em que uma das suas divulgações afirma que o processo de gestão ambiental é “avaliado periodicamente” (Poder e Urgência, sendo periodicamente relacionado com a ideia de tempo), em atendimento às “obrigações legais” (Poder e Legitimidade) e realiza avaliações de conformidade “legal”

(legitimidade). No recorte da divulgação da Usiminas, ocorre a sujeição ao Governo (sinônimo de domínio – Poder), para determinadas “normas e regulamentações” (Legitimidade), que “demandam” (Urgência) em relação a conformidade ambiental. Este exemplo demonstra também que as empresas gerenciam suas obrigações legais, conforme os achados de Cormier *et al.*, (2004), Rahaman *et al.*, (2004), Hasseldine *et al.*, (2005), De Villiers e Van Staden (2006).

Com a análise por meio do modelo identificado, percebe-se a existência de outros recortes que, mesmo não tendo as palavras-chave presentes, possibilitam a percepção da relação existente entre as divulgações relacionadas ao Meio Ambiente e o Governo, como pode ser observado na Tabela 18.

Tabela 18 - Divulgações adicionais sobre a relação Governo-Meio Ambiente.

Atuamos em sintonia com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (JSL) .	Pautados por nosso Sistema de Gestão Ambiental, atuamos em conformidade com a legislação (Rumo) .
Nas operações no Brasil, na República Dominicana, na Venezuela e no Peru, não houve não conformidades significativas com leis e regulamentos ambientais (Gerdau).	A gestão dos efluentes é baseada em padrões de lançamento definidos conforme a legislação local (Brakem) .
Na área de Refino e Gás Natural, estamos realizando o reflorestamento de uma área de 650 hectares de floresta ombrófila referente aos compromissos de licenciamento ambiental (Petrobras).	Outro passo importante dado em 2019 foi a adoção de um modelo de relacionamento técnico e estratégico com os órgãos ambientais estaduais (Suzano) .
A empresa gerencia seus aspectos, impactos ambientais, licenças de operação e autorizações a fim de atender às especificidades do Poder Público (Gerdau).	Em todos os setores de atuação, a Usiminas realiza manejo e tratamento de efluentes em conformidade com as regulamentações estabelecidas (Usiminas) .
Na Ipiranga, as iniciativas buscam identificar e prevenir os riscos de acidentes e os impactos ao meio ambiente por meio de investimentos em programas e práticas para a prevenção da contaminação do solo e água, em atendimento aos preceitos legais (Ultrapar) .	Parte das operações está localizada dentro de unidades de conservação, mas sempre respeitando as determinações legais frente a cada categoria definida e decretos de criação das mesmas (Vale).

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Parte da relação do governo com o Meio Ambiente, está ligada às exigências e imposições legais que o Governo faz, para impor determinadas práticas. Segundo Lopes (2015), o Governo pode ser considerado um dos que exercem maior poder em relação às práticas de RSC, tanto de forma indireta, como através da legislação, impondo regras sobre a preservação do Meio Ambiente. Para Gadenne, Kennedy e McKeiver (2009), a existência de uma legislação específica, contribui para uma maior preocupação relacionada ao Meio Ambiente, por parte das empresas. Ainda segundo Aguinis e Glavas (2012), as

regulamentações e certificações que são impostas às empresas, afetam a extensão e o tipo de ações relacionadas a RSC.

4.3.2 Comunidade

O segundo mais relevante *stakeholder*, identificado nas divulgações relacionadas com o Meio Ambiente, nos relatórios das 18 empresas analisadas foi a Comunidade, confirmando a ideia de partes interessadas primárias e secundárias, proposta por Clarkson (1995) e os pressupostos de *stakeholders* estratégicos e morais, proposta no trabalho de Freeman *et al.* (2010). Conforme os autores, a Comunidade possui prioridade para as empresas, pois seria considerado um *stakeholder* primário e estratégico.

Este resultado confirma que as empresas divulgam informações ambientais, com o objetivo de aumentar a legitimidade, em busca de aprovação da sociedade (Rahaman *et al.*, 2004; Clarkson *et al.*, 2008; Spence *et al.*, 2010; Deegan & Shelly, 2014; Plumlee *et al.*, 2015; Deegan, 2017; Delgado-Márquez *et al.*, 2017).

Este achado pode ser confirmado, levando em consideração a proposta desenvolvida por Mitchell *et al.* (1997), que afirma que determinados grupos de interesse possuem atributos em determinadas relações, fazendo com que eles consigam alcançar objetivos próprios. Com base no modelo de saliência dos *stakeholders*, desenvolvido por Mitchell *et al.* (1997), pode-se observar a Tabela 19.

Tabela 19 - Divulgações relacionando a Comunidade com o Meio Ambiente.

Divulgação relacionada a comunidade-Meio Ambiente	Empresa	Leg.	Urg.	Pod.
Equipes técnicas são mantidas para tratar demandas socioambientais, o que inclui biólogos, antropólogos e especialistas em questões indígenas, com competências necessárias para dar suporte aos desafios inerentes à atuação em áreas de domínio, serranas, de proteção ambiental e que abrigam comunidades tradicionais.	Cosan	x		
Significa cumprir e estar em conformidade com requisitos ambientais que podem ser compulsórios ou voluntários, adequando as práticas empresariais para atender as demandas da sociedade.	Gerdau		x	x
Desta forma, a Gerdau se posiciona à frente do movimento cada vez mais forte de sensibilização para as questões ambientais percebido tanto dentro da companhia quanto externamente, a partir das demandas crescentes de clientes, investidores e da sociedade por informações e respostas a essas questões.	Gerdau		x	x
A responsabilidade ambiental é um imperativo ético de nossos negócios e fundamental para a geração de valor sustentada de nossos negócios, preservando o valor de nossos ativos e produtos. A pressão local e mundial por recursos naturais é crescente, afetando estruturalmente e progressivamente a sociedade e os mercados.	Petrobras			x
A criação da RPPN Usipa é fruto de um acordo entre a Usiminas e o MPMG, que considerou a sua importância ecológica para a região a fim	Usiminas	x	x	

de justificar a sua perpétua preservação. Uma área de vegetação nativa preservada, localizada próximo a um espaço dedicado ao lazer e prática de esportes e onde se encontra instalado um viveiro de mudas, é de grande importância também para a comunidade – tanto moradores de Ipatinga quanto das cidades vizinhas Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso.				
As operações da Vale ocupam hoje cerca de 1.400 km ² , atuando em diversas regiões, incluindo áreas de alto valor cultural e alta relevância para a biodiversidade. Parte das operações está localizada dentro de unidades de conservação, mas sempre respeitando as determinações legais frente a cada categoria definida e decretos de criação das mesmas.	Vale		x	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

De acordo com a Tabela 19, pode-se observar algumas divulgações relativas ao Meio Ambiente e como elas relacionam suas ações com a Comunidade, sendo possível observar os três atributos da priorização, se avaliados os achados de todas as empresas, de forma conjunta. Mitchell *et al.* (1997), afirma que a relevância de um *stakeholder*, está positivamente relacionada ao número cumulativo de atributos percebidos pelos gerentes.

Os atributos de poder, legitimidade e urgência foram identificados, sendo assim, a comunidade pode ser classificada como altamente saliente, sendo considerada uma parte interessada que possui alta relevância, com relação ao Meio Ambiente. Assim, pode ser atribuída a ela a qualidade de um *stakeholder* definitivo, semelhante ao Governo, em que ambos têm a capacidade de influenciar as decisões da empresa e afetar a gestão das suas relações (Mitchell *et al.*, 1997).

Esta característica mostra que as comunidades, principalmente em torno das instalações das empresas, conseguem exercer pressões e fazer com que as organizações adotem práticas adequadas, em relação aos cuidados com o Meio Ambiente.

Sendo realizada uma análise individual, por empresa relacionada na Tabela 18, pode-se constatar que para a Cosan, a comunidade pode ser considerada discreta, de acordo com o modelo de saliência de Mitchell *et al.* (1997), por apresentar o atributo da Legitimidade. A Gerdau a considera como perigosa, pois lhe confere os atributos de Urgência e Poder. Para a Petrobrás, a comunidade é classificada como adormecida, pois identifica o atributo de poder nas suas relações. A Usiminas caracteriza-a como dependente, por apresentar os atributos de Legitimidade e Urgência. Já a Vale, considera a comunidade como exigente, pois identifica o atributo de Urgência.

Após a análise por meio do modelo de Mitchell *et al.* (1997) finalizada, considera-se importante acrescentar que existem outras divulgações, mesmo não tendo as palavras-chave, que possibilitam a identificação da saliência, segundo o modelo utilizado, em que pode-se

observar a relação existente entre as práticas relacionadas ao Meio Ambiente e a comunidade, como pode ser observado na Tabela 20.

Tabela 20 - Divulgações adicionais sobre a relação Comunidade-Meio Ambiente.

Apoiamos o projeto Mogi+Água, criado pelo Instituto Trata Brasil e Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura de Mogi das Cruzes (SP) com o objetivo de instalar estações de tratamento de esgoto portáteis em propriedades rurais do município (Braskem).

Nossa companhia tem o objetivo de contribuir para a evolução da sociedade em direção a um modo de produção e consumo mais sustentável. O desenvolvimento socioambiental dos territórios e das comunidades localizadas nas regiões de nossas operações é uma das bases sobre as quais construímos nosso modelo de negócio (CCR).

O Comitê Estratégico e de Sustentabilidade também busca entender, dentre outras iniciativas, as necessidades dos moradores no entorno das operações, para atendê-las (Cosan).

Adoção de ações para mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na operação e cadeia de fornecimento, além do planejamento para resiliência da operação e fornecimento de soluções carbono-efetivas para a sociedade frente às mudanças climáticas (Gerdau).

A nossa Política de Responsabilidade Social apresenta como uma de suas diretrizes o investimento em programas e projetos socioambientais, contribuindo para as comunidades onde atuamos e para a sociedade e para a conservação do ambiente (Petrobras).

O projeto trabalha com a educação ambiental e a qualificação dos produtores locais para a consolidação de uma cultura de preservação na região (Suzano).

A Ultragaz impactou cerca de 14,2 milhões de pessoas por meio de mais de 30 projetos socioambientais em 2019 (Ultrapar).

Realiza projetos de preservação de nascentes e matas ciliares, envolvendo ainda as comunidades locais (Usiminas).

Ao longo de 2019, a Vale manteve sua atuação na área de Sustentabilidade, por meio de iniciativas de mitigação e compensação dos impactos de suas atividades, além do desenvolvimento de ações ambientais e de criação de valor para as comunidades (Vale).

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

A Tabela 20 apresenta outras divulgações, mostrando a relação de algumas das práticas das empresas analisadas, envolvendo a comunidade. Segundo Maignan e Ferrell (2004) e Lépineux (2005), a comunidade, como parte interessada, deve ser considerada como um grupo de *stakeholders* que compartilham normas e metas comuns a um determinado tema, e por ser importante, conseguem influenciar as empresas a praticarem determinadas ações.

A Relação Comunidade-Empresa, pode ser observada como uma dependência mútua, sendo que a comunidade permite a atuação da empresa através de um contrato, que lhe garante o direito de operar e em contrapartida, a organização não pode expor a comunidade a riscos, como poluição, lixo tóxico e outros (Lopes, 2015). Ainda, segundo esta relação, quando a empresa não opera dentro dos padrões considerados apropriados, a comunidade pode buscar revogar os direitos ao exercício da atividade da entidade (Deegan & Rankin, 1997).

Portanto, as organizações devem considerar todos os direitos da comunidade em geral, não apenas preocupar-se com os investidores, acionistas ou parceiros (Neu *et al.*, 1998).

Em relação a RSC, a comunidade pode apoiar determinadas empresas se elas se comprometerem publicamente, com práticas voltadas ao melhoramento de estratégias de preservação do meio ambiente (Yang e Rivers, 2009). As organizações podem adotar práticas de *feedback* e monitoramento, para demonstrar à comunidade a sua preocupação com temas ambientais (Dobele *et al.*, 2014).

4.3.3 Outros *Stakeholders*

Em relação aos demais *stakeholders*, os mesmos não apresentaram observações significativas, se comparados com o Governo e a Comunidade, porém existem alguns recortes observados, que podem ser abordados nesta pesquisa. Os Clientes/Compradores, com (11 observações), não apresentaram os atributos de poder, legitimidade ou urgência e neste caso, não podem ser considerados *stakeholders* que influenciam a empresa, segundo as palavras-chave do estudo de Boaventura *et al.*, (2017) e o modelo de saliência dos *stakeholders*, proposto por Mitchell *et al.* (1997) e assim podem ser considerados não-*stakeholders* com relação ao Meio Ambiente.

Contudo, o referido público de interesse é citado em algumas práticas relacionadas ao meio ambiente, como parte de suas ações, conforme pode ser observado na Tabela 21.

Tabela 21 - Divulgações sobre a relação Clientes-Meio Ambiente.

Empresa	Divulgação relacionada a Clientes-Meio Ambiente
Braskem	Trabalhar com os clientes e a cadeia de valor na concepção de novos produtos para ampliar a eficiência, a reciclagem e a reutilização.
Braskem	A Braskem segue em alinhamento com sua política de Desenvolvimento sustentável, buscando se consolidar como um provedor de soluções no saneamento básico, em ações conjuntas com sua cadeia de clientes .
CCR	O desenvolvimento de infraestruturas de mobilidade melhora a qualidade de vida nos grandes centros urbanos, permitindo que os clientes possam escolher os meios de locomoção mais eficientes, rápidos e com menores impactos ambientais.
Ultrapar	Além de compensar as emissões diretas e as provenientes do consumo de energia da operação, a empresa oferece aos seus clientes a opção de compensar suas emissões.
Ultrapar	Além disso, a Ipiranga gerencia casos de remediação em unidades operacionais e assessora seus clientes , visando a redução dos passivos ambientais, por meio das melhores práticas e tecnologias de investigação e remediação disponíveis.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Tabela 21, podem ser observadas algumas iniciativas que envolvem os clientes e o Meio Ambiente e segundo Pivato *et al.*, (2008), quando se trata de RSC, a relação de confiança entre consumidores e empresa influencia as decisões dos compradores e ainda, conforme Orlitzky *et al.*, (2003), a reputação nesta relação é um efeito importante nas relações de RSC.

O próximo *stakeholder* identificado são os funcionários, com (7 observações), que mesmo sendo considerada uma parte interessada primária e exigente, segundo Clarkson (1995) e Freeman *et al.* (2010), não apresentou atributos de saliência segundo o modelo de Mitchell *et al.* (1997), porém foram identificadas algumas divulgações que demonstram relação entre ambos, conforme pode ser observado na Tabela 22.

Tabela 22 - Divulgações sobre a relação Funcionários-Meio Ambiente.

Divulgação relacionada a Funcionários-Meio Ambiente	Empresa
Outra realização do ano de 2019, direcionada à educação ambiental, foi o mutirão de limpeza na praia de Santos que, pela primeira vez, mobilizou simultaneamente os quatro maiores operadores do Porto de Santos. O evento ocorreu no Dia Mundial da Limpeza, 21 de setembro, e integra as ações da campanha Go Green, movimento global que visa tornar as empresas mais sustentáveis por meio da reutilização de recursos, reciclagem de resíduos e conscientização sobre mudanças climáticas e responsabilidade ambiental. Em sua quarta edição, o mutirão, que envolveu equipes do Tecon Santos, das unidades logísticas e dos escritórios da Santos Brasil , resultou no recolhimento de quase 300 quilos de resíduos, separados por tipo e encaminhados para destinação ambiental adequada. O mutirão também ocorreu nas praias de Imbituba e Barcarena, com envolvimento dos nossos voluntários .	Santos Brasil
Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no dia 5 de junho, promovemos, durante uma semana, a 6ª Jornada Ambiental na Santos Brasil. Nessa edição, abordamos a importância das nossas questões prioritárias ao meio ambiente por meio de Diálogos de Conscientização elaborados e ministrados pela equipe de Gestão Ambiental aos nossos funcionários .	Santos Brasil
As operações da Usiminas são realizadas utilizando técnicas modernas e eficientes; ainda assim, a Companhia reconhece seus impactos ambientais e trabalha continuamente para minimizá-los, como é o caso das emissões de materiais particulados, que influenciam na qualidade de vida e saúde de seus colaboradores .	Usiminas
Na Usina de Cubatão, o projeto voluntário “Plante uma Vida” integra ações ambientais e de sustentabilidade. A iniciativa prevê que mudas de árvores nativas sejam plantadas pelos colaboradores da usina que tiveram filhos nascidos ou adotados.	Usiminas
Em Ipatinga, o projeto “Plante uma Vida” foi realizado pela primeira vez em 2018, pelos colaboradores da Usiminas Mecânica. Em 2019, contou com a participação de 400 colaboradores da Usina de Ipatinga, Usiminas Mecânica e Unigal. Além de ser uma ação de valorização e proximidade com as famílias , demonstra a preocupação das empresas com as questões ambientais e com as gerações futuras.	Usiminas

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Segundo a Tabela 22, as empresas Santos Brasil e Usiminas, divulgaram algumas ações relacionadas ao Meio Ambiente, em que buscam envolver os seus colaboradores. Para Aguilera *et al.*, (2007), quando a empresa cria ações relacionando os empregados com as práticas de RSC, ela consegue criar um ambiente de trabalho mais participativo e os colaboradores se mostram mais dispostos a trabalhar em organizações com estas características, contribuindo com o trabalho de Smith (2003).

Outro grupo de *stakeholders* que são considerados primários e exigentes, nas relações com as empresas, são os investidores, porém nas organizações analisadas, as divulgações relacionadas ao Meio Ambiente não foram expressivas. Um recorte que foi possível identificar, quanto ao atributo de poder e urgência, pode ser observado na Tabela 23.

Tabela 23 - Divulgação sobre a relação Investidores-Meio Ambiente.

Divulgação relacionada a Investidores-Meio Ambiente	Empresa	Leg.	Urg.	Pod.
Desta forma, a Gerdau se posiciona à frente do movimento cada vez mais forte de sensibilização para as questões ambientais percebido tanto dentro da companhia quanto externamente, a partir das demandas crescentes de clientes, investidores e da sociedade por informações e respostas a essas questões.	Gerdau		x	x

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na divulgação da Gerdau, os acionistas podem ser considerados perigosos, porém a divulgação não identifica somente eles como foco. Outro recorte, que demonstra a relação investidores-Meio Ambiente, é na seguinte divulgação: “no campo de energia, mantemos ações que envolvem políticas de gestão validadas pela presidência da Companhia com diretrizes de eficiência no uso de recursos naturais; diálogos e prestação de contas com provedores de capital” (JSL, 2019, p. 76).

Estes achados isolados, podem ser um indício da perspectiva de Lopes (2015), que afirma que a relação acionista e de RSC, está mudando e aumentando no decorrer dos anos e segundo Mason e Simmons (2014), alguns investidores optam por investimentos rentáveis e socialmente responsáveis, porque acreditam que isto melhora a reputação corporativa.

Retomando o primeiro objetivo específico, que é mapear quais *stakeholders* são prioritários nas divulgações sobre o meio ambiente, com base nas análises e no referencial teórico que trouxe o modelo de avaliação, pode-se concluir que enquadram-se nesta categoria, entre as divulgações dos relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas, o Governo e a Comunidade, que possuem atributos de poder, legitimidade e urgência e assim, podem ser considerados como partes interessadas definitivas, sendo assim suportadas pela base teórica.

Já em relação aos *stakeholders* - clientes, funcionários, fornecedores, investidores, concorrentes e as ONGs, identificou-se divulgações relacionando-os com práticas de preservação do meio ambiente, porém estes não podem ser suportados pelo modelo utilizado. Com o primeiro objetivo específico concluído, o próximo subcapítulo traz informações sobre as ecologias rasa/superficial, intermediária e profunda.

4.4 ECOLOGIA SUPERFICIAL/RASA, INTERMEDIÁRIA E PROFUNDA

Para responder o segundo objetivo específico desta pesquisa, que é “identificar as divulgações sobre o meio ambiente de acordo com as suposições das filosofias ecológicas superficiais/rasas, intermediárias e profundas”, desenvolve-se a análise deste tópico. A

Quantidade de parágrafos identificados, que tem relação com este objetivo, pode ser observada na Tabela 24.

Tabela 24 - Quantidade de observações relacionadas às filosofias ecológicas.

Filosofias Identificadas	Quantidade de Parágrafos
Ecologia Rasa/Superficial	150
Ecologia Intermediária	66
Ecologia Profunda	10

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Tabela 24, foram identificados 150 parágrafos sobre divulgações relacionadas ao Meio Ambiente, que podem ser classificados como ecologia rasa/superficial. Para Gaia e Jones (2017), a principal característica é a preocupação em relação à biodiversidade, ligada à satisfação de interesses dos seres humanos.

Outros 66 parágrafos, foram categorizados como ecologia intermediária, em que de acordo com Gaia e Jones (2017), os valores intrínsecos podem ser ampliados a algumas entidades não humanas e 10 parágrafos, foram identificados com características da ecologia profunda, que para Naess (1973), são iniciativas que vêem a natureza como tendo valor intrínseco, sendo o seu objetivo, a proteção da riqueza e da diversidade das formas no mundo.

O que difere as posições ambientais, é o grau de restrição em relação ao meio ambiente, especialmente ao meio ambiente natural e nesse sentido, as pessoas podem fazer mais ou menos com a terra e com o que cresce e mora lá, sendo que os humanos podem explorar e gerenciar (Sylvan, 1985b).

4.4.1 Ecologia Superficial/Rasa

O primeiro paradigma ambiental abordado, é a ecologia superficial/rasa, que conforme observado na Tabela 23, foi o mais evidenciado nos relatórios de sustentabilidade analisados. Segundo Baard (2015) e Gaia e Jones (2017), este movimento pode ser ainda nomeado como antropocentrismo forte, ou seja, presença forte do homem nas ações, pois o Meio Ambiente é visto como um meio para satisfazer às necessidades das pessoas e no caso desta pesquisa, satisfazer as empresas ou os seus *stakeholders*.

Com base neste conceito, pode-se observar a Tabela 25, com os principais assuntos abordados nas divulgações classificadas como superficiais/rasas, nos relatórios de sustentabilidade.

Tabela 25 - Tópicos relacionados com a ecologia Superficial/Rasa.

Tópicos relacionados a ecologia Superficial/Rasa	Qtd. de observações destacadas
Natureza caracterizada como instrumento	21
Reciclagem	13
Saúde e bem-estar	10
Administração dos recursos	9
Dependências de soluções tecnológicas	9

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Tendo em vista os dados apresentados na Tabela 25, pode-se afirmar que os principais tópicos, baseados nos conceitos relacionados com a ecologia superficial/rasa, foram a natureza caracterizada como instrumento para as empresas, práticas relacionadas a reciclagem, busca de saúde e bem-estar para as comunidades e funcionários, o controle das empresas por meio da administração dos recursos que utiliza e ainda, a dependência de ações relacionadas a soluções tecnológicas.

Dentre estes tópicos, os principais temas abordados que são relacionados ao Meio Ambiente, são: consumo, limpeza e reutilização da água, reciclagem de materiais utilizados pelas empresas ou produtos de sua fabricação, mudanças climáticas que podem de alguma maneira impactar as atividades da empresa, tanto no presente, como no futuro, energia relacionada a redução do consumo, emissões de gases do efeito estufa, que podem afetar também as atividades e podem impactar diretamente na sociedade, redução de geração de resíduos, devido a produção nas atividades da empresa, redução de consumo de recursos naturais, sendo praticadas novas alternativas de consumo cíclico e energias renováveis, que substituem as tradicionais formas de geração de energia.

Com base nos tópicos relacionados ao meio ambiente, na ecologia superficial/rasa e com os principais temas relacionadas ao Meio Ambiente, pode-se observar a Figura 17, que traz alguns dos recortes das divulgações relacionadas com o tópico “natureza caracterizada como instrumento para a empresa”, o qual se apresenta como foco principal das organizações, quando divulgam informações sobre o meio ambiente.

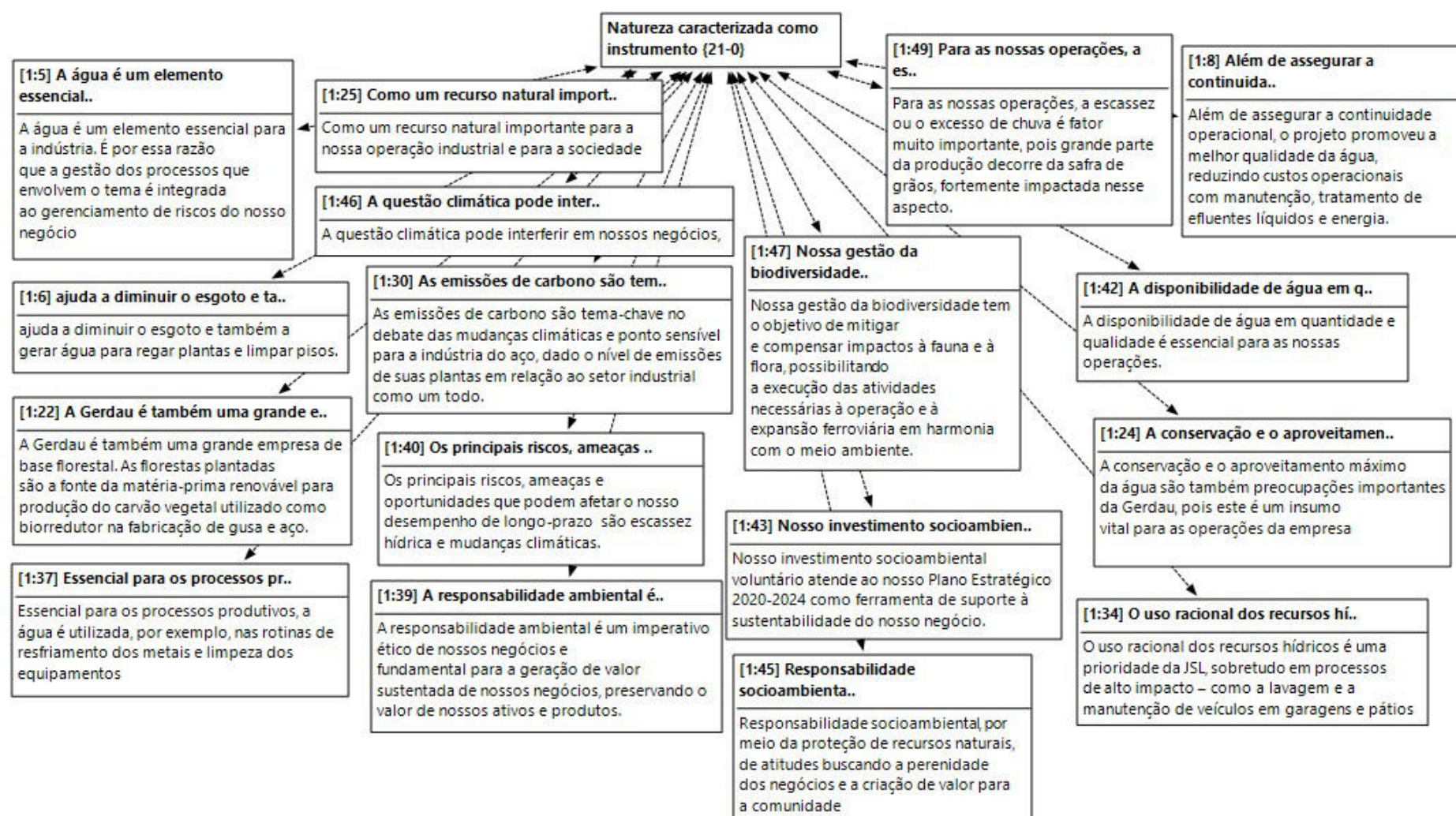


Figura 17 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente sendo considerado como instrumento das empresas.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Conforme a Figura 17, 21 parágrafos selecionados, abordam assuntos relacionados ao Meio Ambiente, divulgando como a natureza e seus elementos auxiliam nas atividades das operações da empresa. Para Sylvan (1985b), Eckersley (1992), Vincent (1993), Samkin e Schneider (2014), Baard (2015) e Gaia e Jones (2017), quando a natureza é vista como instrumento, os animais e o meio ambiente só possuem o valor que as pessoas lhe atribuem, ou no caso, as empresas atribuem a ela, sendo também definida como altamente antropocêntrica, segundo (Sylvan, 1985b).

Exemplos que podem ser observados são: “a água é um elemento essencial para a indústria” (Braskem, 2019, p. 93), “recurso natural importante para nossa operação” (Gerdau, 2019, p. 75), “a responsabilidade ambiental é um imperativo ético dos nossos negócios e fundamental para a geração de valor sustentada de nossos negócios” (Petrobras, 2019, p. 41) e ainda, “mudanças climáticas é um ponto sensível para a indústria do aço” (Gerdau, 2019, p. 84). De acordo com Eckersley (1992), os humanos sempre reconhecem a importância do meio ambiente, quando suas atividades dependem dele, mostrando assim uma visão restrita e antropocêntrica. No final, o objetivo é maximizar o valor humano, reduzir desperdícios no consumo de recursos não renováveis e aumentar o rendimento de recursos renováveis, de forma sustentável (Dickerson *et al.* 2009 *apud* Gaia & Jones, 2017).

Ainda segundo Gaia e Jones (2017), a ecologia superficial/rasa pode ser observada quando se justifica a preservação, relacionando-a com o crescimento econômico, pois procura argumentar em sua defesa, porque a natureza provê o necessário para a sobrevivência do homem. Para Rolston (1985, 1988), as indústrias precisam do meio ambiente, para retirar a matéria-prima necessária para as suas atividades.

Ainda, segundo Sylvan (1985b), Eckersley (1992), Samkin e Schneider (2014), Baard (2015) e Gaia e Jones (2017), o mundo não humano é mensurado pelo seu valor de uso, a natureza como uma fonte de recursos, para as necessidades humanas, homens são separados do meio ambiente e são a única fonte de valor, a biodiversidade somente possui valor se é útil para os homens, ou seja, as preocupações são fundamentais e por fim, a biodiversidade deve ser protegida, pois a mesma satisfaz às necessidades dos seres humanos.

O segundo tópico relacionado com a ecologia superficial/rasa é reciclagem, sendo que algumas das divulgações identificadas, podem ser observadas na Figura 18.

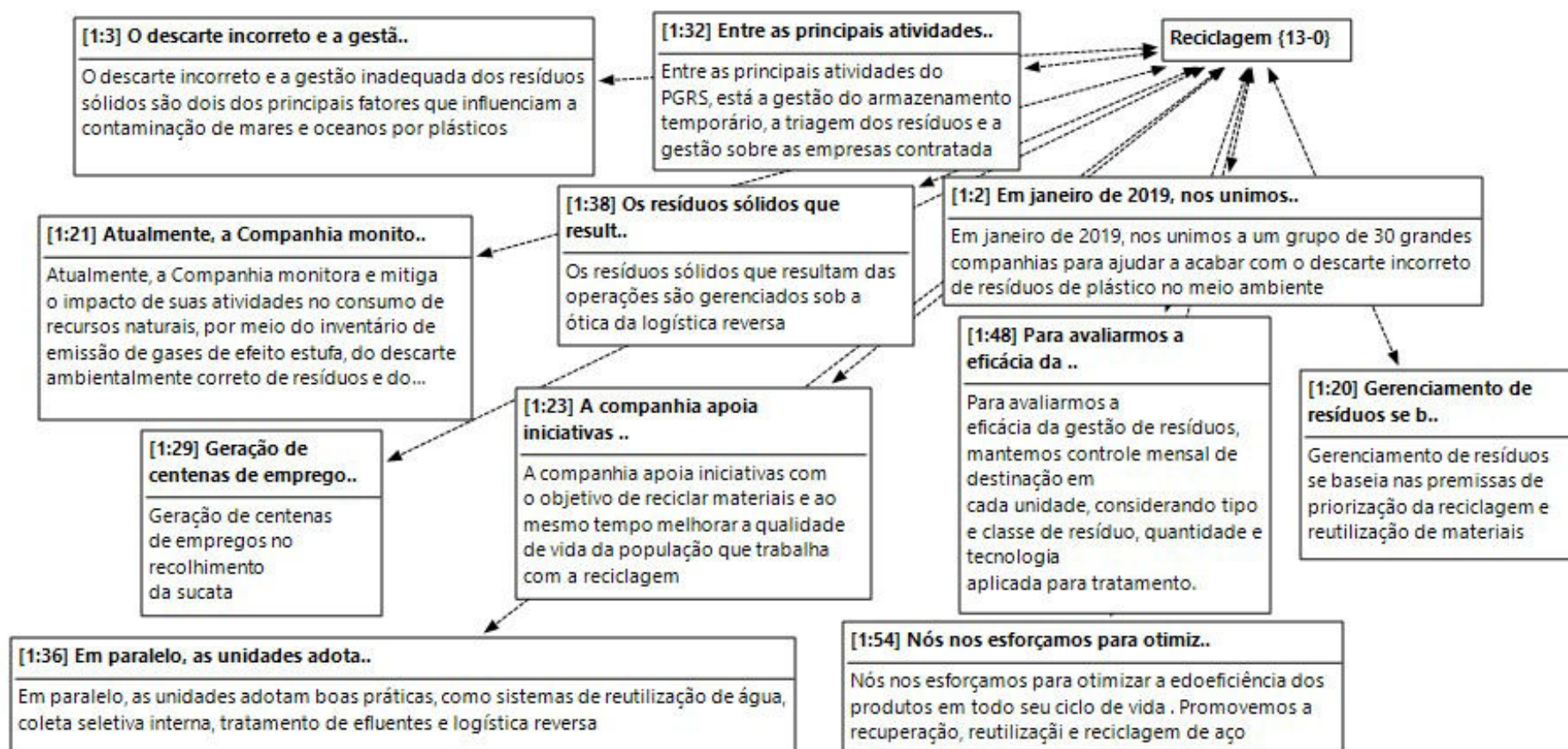


Figura 18 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente e reciclagem.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

A Figura 18 apresenta práticas relacionadas com a reciclagem, que também é um tema abordado de forma expressiva, nas divulgações associadas ao meio ambiente e segundo Eckersley (1992), Gunn (2007) e Samkin e Schneider (2014), estão relacionadas com a ecologia superficial/rasa.

De acordo com Eckersley (1992), a ideia superficial atrelada a reciclagem, é devido ao seu objetivo, pois não existe lugar ou distância para descartar o lixo gerado e assim, os humanos devem administrar a sua destinação, pois dela todos são dependentes e impactados, surgindo neste sentido, o movimento da reciclagem, preocupado essencialmente com os impactos que o lixo pode provocar ao cotidiano das pessoas.

O movimento da reciclagem, também pode ser atrelado às atividades relacionadas com a gestão e triagem de resíduos, ao descarte correto de resíduos, à coleta seletiva, à logística reversa, à ecoeficiência dos produtos, à gestão de resíduos e ao descarte incorreto de resíduos, conforme identificado nas divulgações, em que as empresas analisadas demonstram suas práticas relacionadas ao tema.

Entre as divulgações da Figura 17, o recorte “geração de centenas de empregos no recolhimento da sucata” (Gerdau, 2019, p. 84), demonstra outro objetivo das empresas ao desenvolverem esta prática, mostrando o porquê da sua classificação como superficial/rasa.

O fato de que a preocupação devido a reciclagem alcançou destaque nesta pesquisa, pode ter sido influenciado pelas atividades das empresas selecionadas, pois algumas produzem materiais que normalmente são descartados e podem ser utilizados para fabricação de outros produtos, se passarem por um processo de reciclagem, principalmente o plástico, o aço e o papel.

O próximo tópico está relacionado com práticas identificadas, que têm como foco principal a saúde e o bem-estar das comunidades e também de alguns *stakeholders*, como pode ser observado na Figura 19.

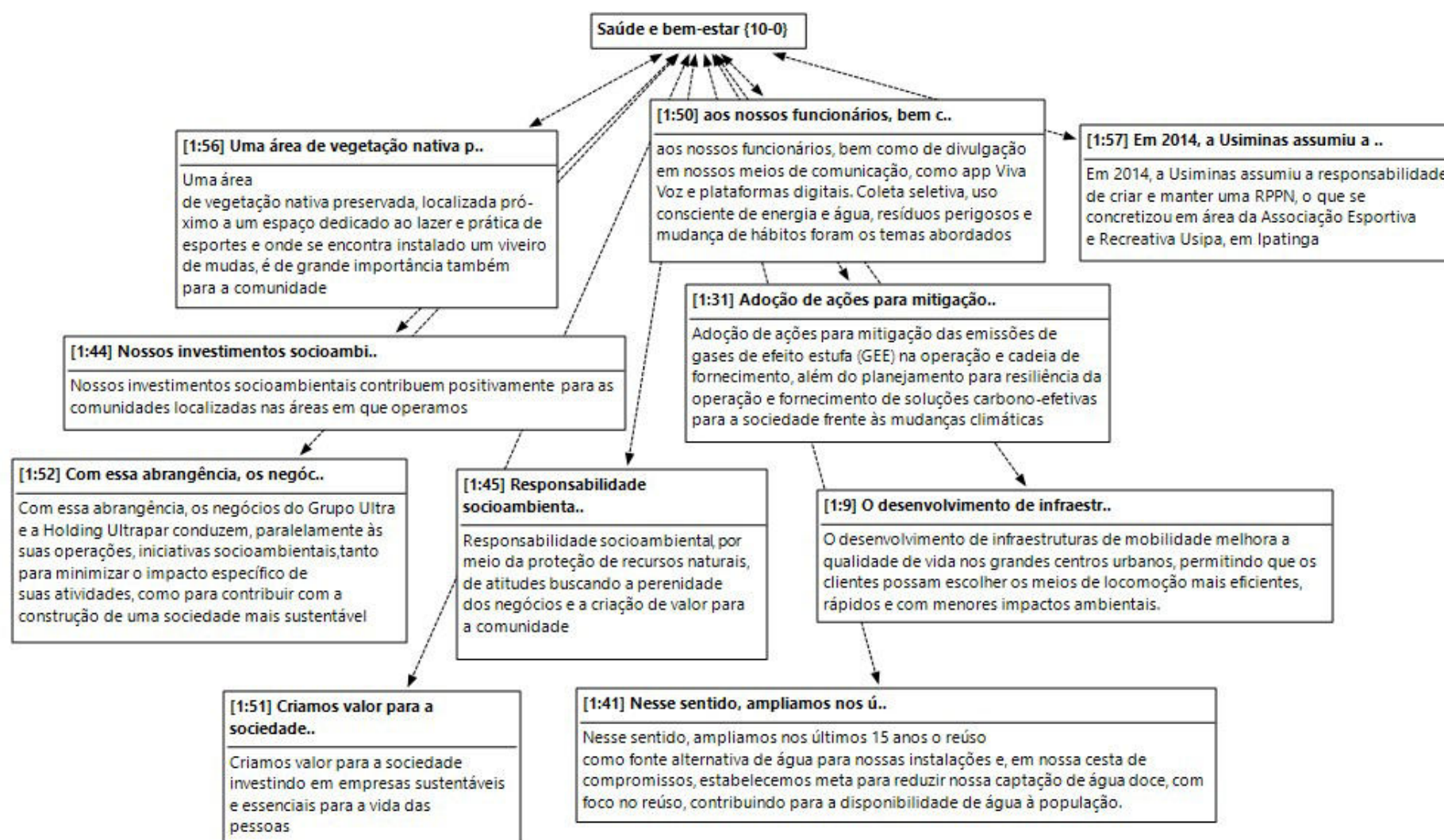


Figura 19 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente e a saúde e bem-estar.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Figura 19, outro tópico relevante nas divulgações classificadas como superficiais/rasas e relacionadas ao meio ambiente, é o foco na saúde e bem-estar das pessoas. Segundo Eckersley (1992), o movimento ambiental ligado a este aspecto, busca sempre um ambiente humano agradável, seguro, limpo e confortável, tanto nos meios urbanos como nos agrícolas, preocupado com a degradação de forma geral e em busca de resiliência no ambiente físico e social, deixando de lado o crescimento econômico e se preocupando com questões físicas, sociais, relacionadas a saúde, comodidade, recreação e psicologia social.

O objetivo da ecologia do bem-estar humano, é procurar garantir a qualidade ambiental para os seres humanos, mostrando assim o antropocentrismo forte e justificando a sua classificação como ecologia rasa (Eckersley, 1992; Wells, 1993). A ecologia do bem-estar humano, pode ser identificada em divulgações que explicam a importância da biodiversidade, em relação ao seu valor instrumental, para gerar um ambiente saudável e agradável (Gaia & Jones, 2017).

Divulgações como “uma área de vegetação nativa preservada, localizada próxima a um espaço dedicado ao lazer e prática de esportes” e “criar e manter um RPPN, o que se concretizou em área de associação esportiva e recreativa” (Usiminas, 2019, p. 93), ou ainda, “nossos investimentos socioambientais contribuem positivamente para as comunidades” (Petrobras, 2019, p. 244), são bons exemplos da ecologia superficial, mostrando práticas relacionadas com a saúde e o bem-estar das pessoas, porque, de acordo com Naess (1973), Eckersley (1992) e Vincent (1993), o objetivo de práticas ambientais é manter a saúde e a riqueza nos países desenvolvidos, assegurar a saúde e o bem-estar dos humanos, garantir a manutenção da vida humana e maior bem para o maior número de indivíduos, tudo ligado a ecologia superficial/rasa.

O próximo tópico está relacionado com práticas identificadas, que têm como foco principal a administração de recursos, conforme exposto na Figura 20.

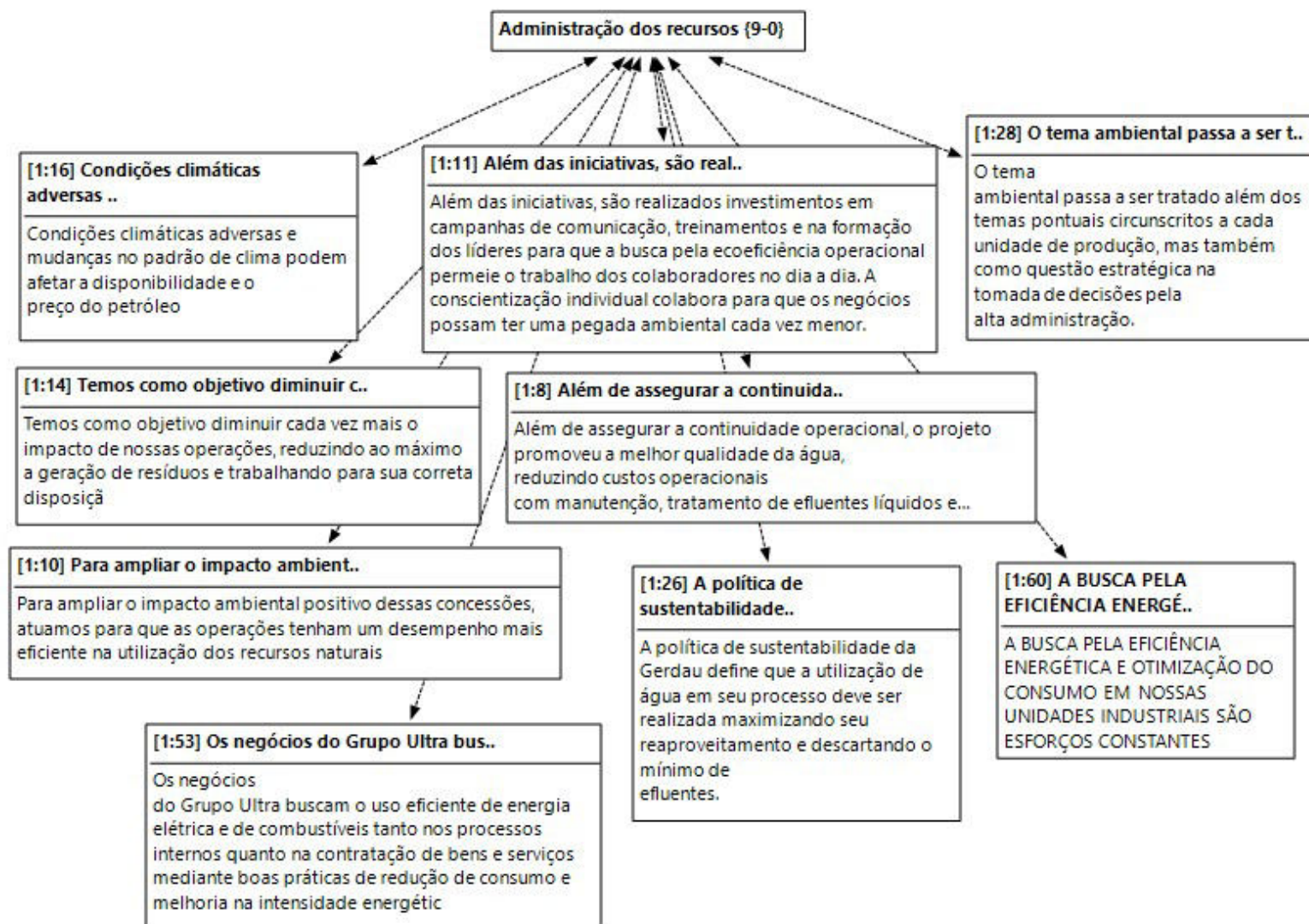


Figura 20 - Divulgações relacionadas com o Meio ambiente e a administração de recursos.
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Figura 20, outro tópico relevante nas divulgações classificadas como superficiais/rasas e relacionadas ao meio ambiente, é o foco na administração dos recursos. Segundo Sylvan (1985b), Connelly e Smith (2003) e Jones (2003), as ações relacionadas ao meio ambiente, são orientadas para a administração e exploração dos recursos de que necessitam, mostrando a característica principal das ações superficiais/rasas, relacionadas ao antropocentrismo extremo, sempre com foco no homem e com a ideia da natureza como um instrumento para os fins das pessoas, e no caso da pesquisa, para as necessidades das empresas.

Estas observações, podem ser identificadas em divulgações como “o tema ambiental passa a ser tratado além dos temas pontuais circunscritos a cada unidade de produção, mas também como questão estratégica na tomada de decisões pela alta administração” (Gerda, 2019, p. 82), e no recorte “buscam o uso eficiente de energia elétrica e de combustíveis” (Ultrapar, 2019, p. 34).

O próximo tópico está relacionado com práticas identificadas, que têm seu foco principal voltado para a dependência de soluções tecnológicas, que pode ser observada na Figura 21.

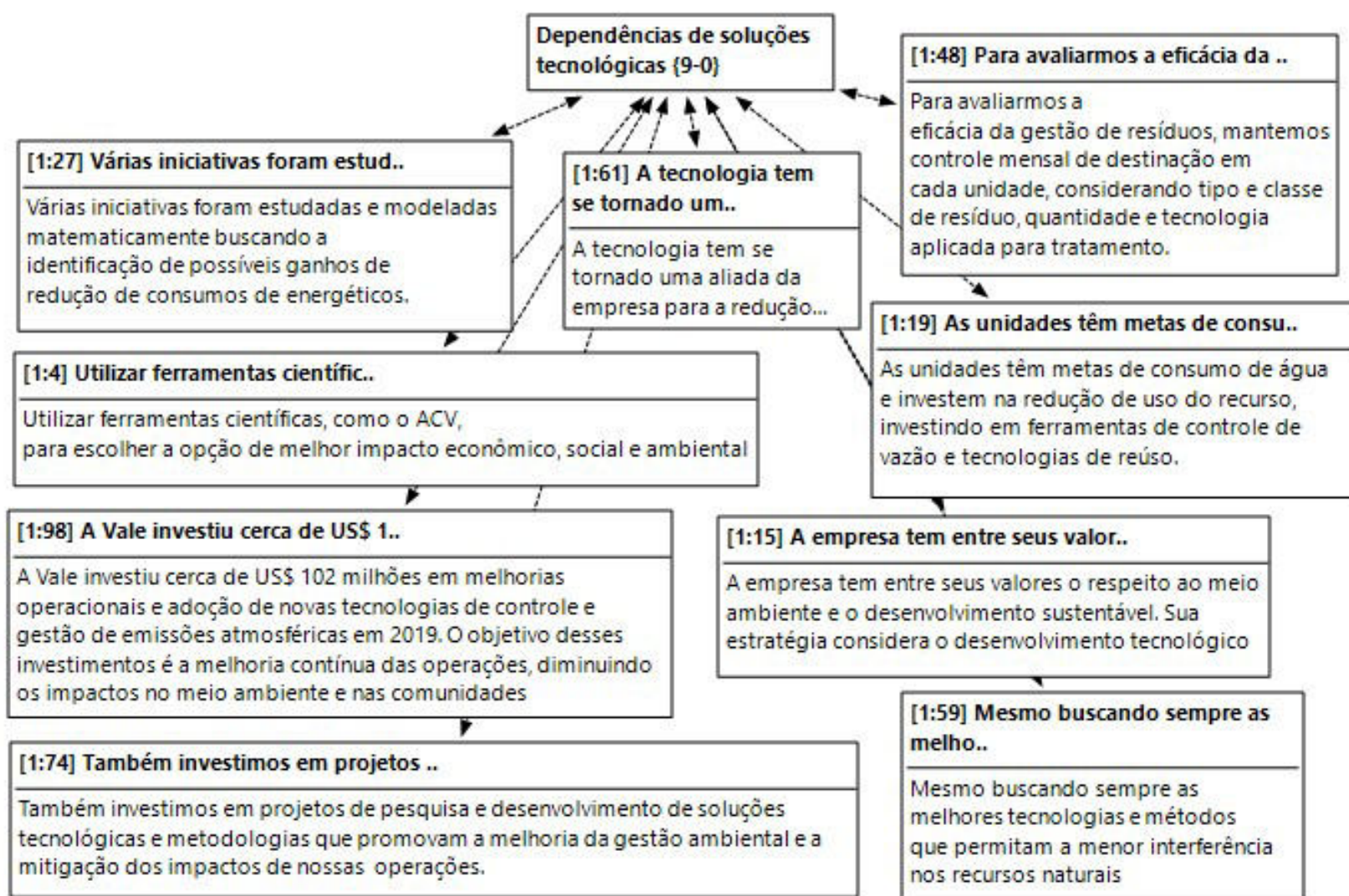


Figura 21 - Divulgações relacionadas com o meio ambiente e a dependência da tecnologia.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Conforme relatado na Figura 21, outro tópico relevante nas divulgações classificadas como superficiais/rasas e relacionadas ao meio ambiente, é o foco na dependência de tecnologias, contribuindo com as ideias de Eckersley (1992), Gunn (2007) e Samkin e Schneider (2014). Como recortes para exemplificar a dependência da tecnologia, têm-se “buscando sempre as melhores tecnologias e métodos que permitam a menor interferência nos recursos naturais” (Vale, 2019, p. 85), ou ainda, na divulgação “investiu-se em melhorias operacionais e adoção de novas tecnologias de controle de gestão de emissões atmosféricas” (Vale, 2019, p. 107), em que ambas demonstram como as empresas apostam na tecnologia, quando se relacionam com o meio ambiente.

Com base nos tópicos relacionados às divulgações associadas a ecologia superficial/rasa, é possível afirmar que a mesma possui relevância nas divulgações ambientais dos relatórios de sustentabilidade analisados.

Consegue-se identificar diversos aspectos abordados no referencial teórico para confirmar os achados, como o foco principal relacionado a natureza, como instrumento para as empresas, defendido por Sylvan (1985b), Eckersley (1992), Samkin e Schneider (2014), Baard (2015) e Gaia e Jones (2017), o pensamento que afirma o meio ambiente como protegido com o objetivo de maximizar a saúde e bem-estar das pessoas, sustentado por autores como Naess (1973), Sylvan (1985b), Rolston (1985, 1988), Eckersley (1992), Vincent (1993), Wells (1993), Samkin e Schneider (2014), Samkin *et al.*, (2014), Baard (2015) e Gaia e Jones (2017), a administração de recursos provenientes da natureza, ideia abordada por Sylvan (1985b) e a dependência de tecnologia para preservar e manter a natureza, visão sustentada por autores como Eckersley (1992), Gunn (2007) e Samkin e Schneider (2014).

4.4.2 Ecologia Intermediária

O segundo paradigma ambiental abordado é a ecologia intermediária, identificada em 66 parágrafos dos relatórios de sustentabilidade analisados, sendo caracterizada como um antropocentrismo fraco, se comparada com a ecologia superficial/rasa, ao qual está mais alinhada, em contraponto com a ecologia profunda (Samkin & Schneider, 2014). Em qualquer conflito de interesses entre meio ambiente e pessoas, os objetivos dos humanos prevalecem (Sylvan, 1985b). Neste movimento, a natureza até pode possuir valor intrínseco,

no entanto, ele está intimamente ligado aos interesses dos seres humanos e isto ainda permanece semelhante a ecologia superficial/rasa (Gaia & Jones, 2017).

A ecologia intermediária está ligada ao dever moral das pessoas, com o princípio de que todos podem utilizar os recursos naturais, porém devem mantê-los e aprimorá-los, para que jamais se esgotem (Gaia & Jones, 2017). Ainda pode ser caracterizada, como um movimento ligado a preservação do meio ambiente no presente, para garantir às futuras gerações, condições semelhantes às atuais (Gaia & Jones, 2017).

Um exemplo inicial para demonstrar as características da ecologia superficial, pode ser observado no recorte do Relatório de Sustentabilidade de 2019 da Rumo, conforme segue:

Mantemos planejamento de expansão e obras a serem realizadas, acompanhado pela área de Meio Ambiente. Após identificar a necessidade de ampliação de um pátio, por exemplo, a equipe de Fauna e Flora é acionada para estabelecer as atividades relacionadas à supressão de vegetação e à proteção da fauna local. Antes da supressão de vegetação – planejada por engenheiro florestal e precedida de inventário florestal –, animais são afugentados e removidos para local seguro, com equipe especializada composta por biólogos e médicos veterinários. Todos esses procedimentos estão formalizados no Manual de Gestão de Obras. Além disso, na própria operação ferroviária outras medidas de proteção à fauna e à flora são adotadas, com as medidas de controle validadas pelo órgão ambiental competente (Rumo, 2019, p. 63).

Conforme o recorte, pode-se observar a preocupação relacionada a Rumo, quando a mesma necessita de uma nova área para as suas atividades, pois contrata diversos especialistas para controlarem e estabelecerem estratégias relacionadas a proteção do meio ambiente, porém o objetivo principal, é a liberação do espaço para a execução das atividades da organização. Isto corrobora com Sylvan (1985b), quando afirma que as preocupações humanas estão em primeiro lugar. Samkin e Schneider (2014), também contribuem, afirmando que a conservação da biodiversidade é realizada por seu próprio valor, mas não onde as necessidades humanas seriam comprometidas.

A partir do recorte inicial, pode-se observar a Figura 22, com alguns trechos de divulgações relacionadas a ecologia intermediária.

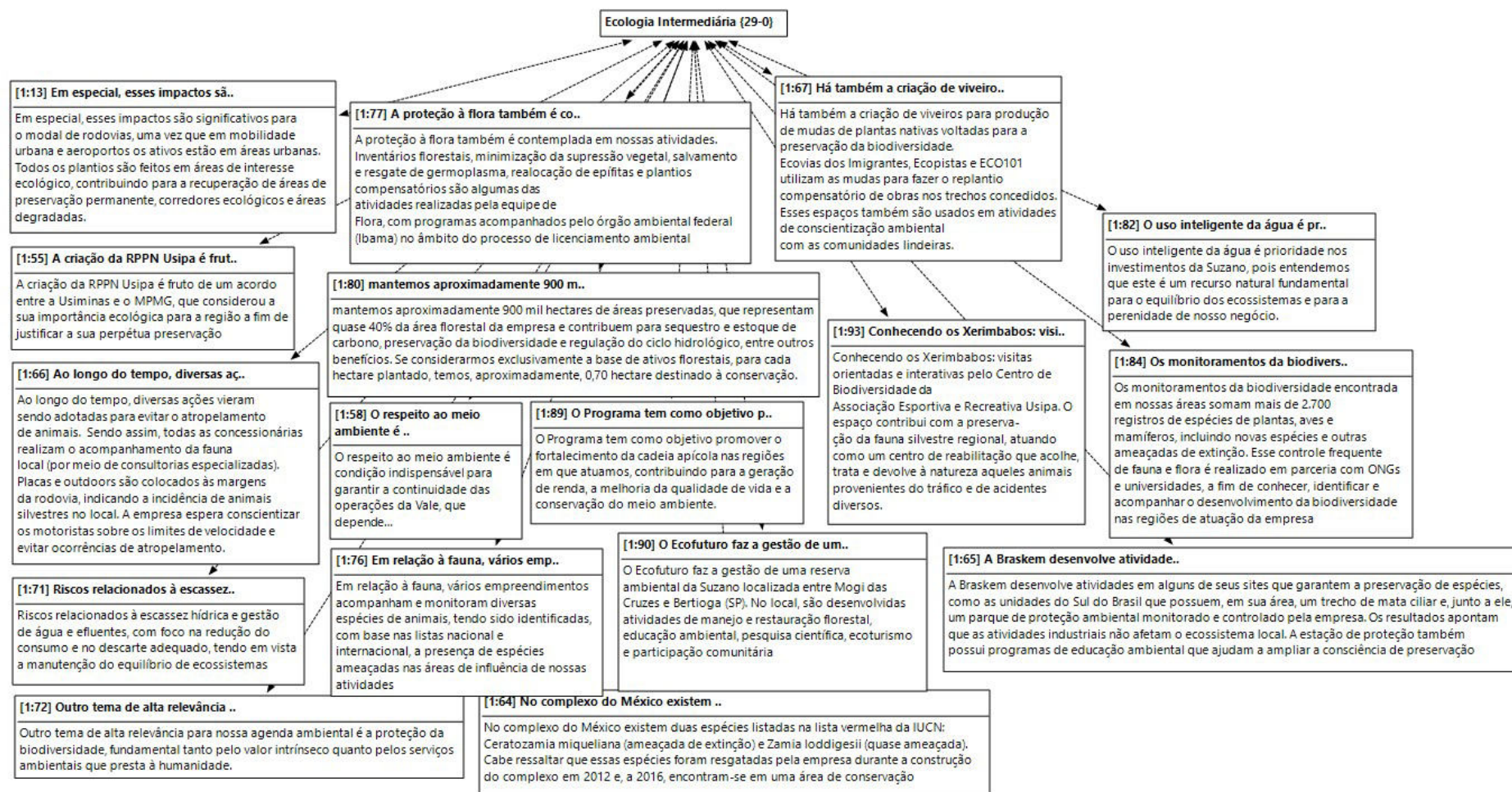


Figura 22 - Divulgações relacionadas com a Ecologia Intermediária.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Figura 22, observa-se algumas das divulgações que são classificadas como ecologia intermediária. O foco principal das referidas publicações, está relacionado com a proteção da biodiversidade, ao monitoramento associado às questões ambientais, porém sem divulgações concretas do que está sendo realizado e como principal característica que define esta ecologia, o foco na natureza, relacionado às ações e estratégias das empresas.

Em outro recorte da Figura 22, afirma-se que “o uso inteligente da água é prioridade nos investimentos da Suzano, pois entendemos que este é um recurso natural fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas e para a perenidade de nosso negócio” (Suzano, 2019, p. 58), destacando o duplo interesse, tanto em relação aos ecossistemas, como na manutenção de suas atividades a longo prazo.

Outro exemplo, “no complexo do México existem duas espécies ameaçadas de extinção, e que foram identificadas e resgatadas pela empresa, pois a organização iria construir realizar ampliações para suas atividades e os animais foram realocados em uma área de conservação” (Braskem, 2019, p. 115). Esta prática contribui com o pensamento de Eckersley (1992), que afirma que as pessoas possuem um valor moral com seres que podem experimentar prazer e dor, assim protegem os habitats de animais selvagens, como peixes e aves, pois estes lugares têm valor instrumental para diversas espécies.

4.4.3 Ecologia Profunda

A terceira ecologia abordada é a profunda, que foi identificada apenas em práticas isoladas, nos relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas. Os recortes contabilizaram apenas 10 parágrafos, que podem ser considerados como indícios de algumas iniciativas, mesmo que isoladas e pequenas, porém com princípios convergentes a Ecologia Profunda. A representatividade observada nos relatórios de sustentabilidade, já seria prevista com a opinião de Arne Naess em 1973, comparando este movimento com a ecologia superficial, quando define os dois movimentos, um raso e poderoso e outro, profundo e menos influente, que entre si competem, para ter uma posição principal.

Este movimento tem como característica principal, o valor intrínseco da natureza, não precisando ter uma utilidade, conforme os outros dois movimentos, para ser considerada importante e preservada (Naess, 1973). Neste, a relação entre humanos e meio ambiente, é considerada mais profunda do que simplesmente uma utilidade a ela atribuída, e isso ocorre quando o ser humano é visto como parte da natureza (Hoefel, 1999). Assim, os exemplos das divulgações podem ser observados na Figura 23.

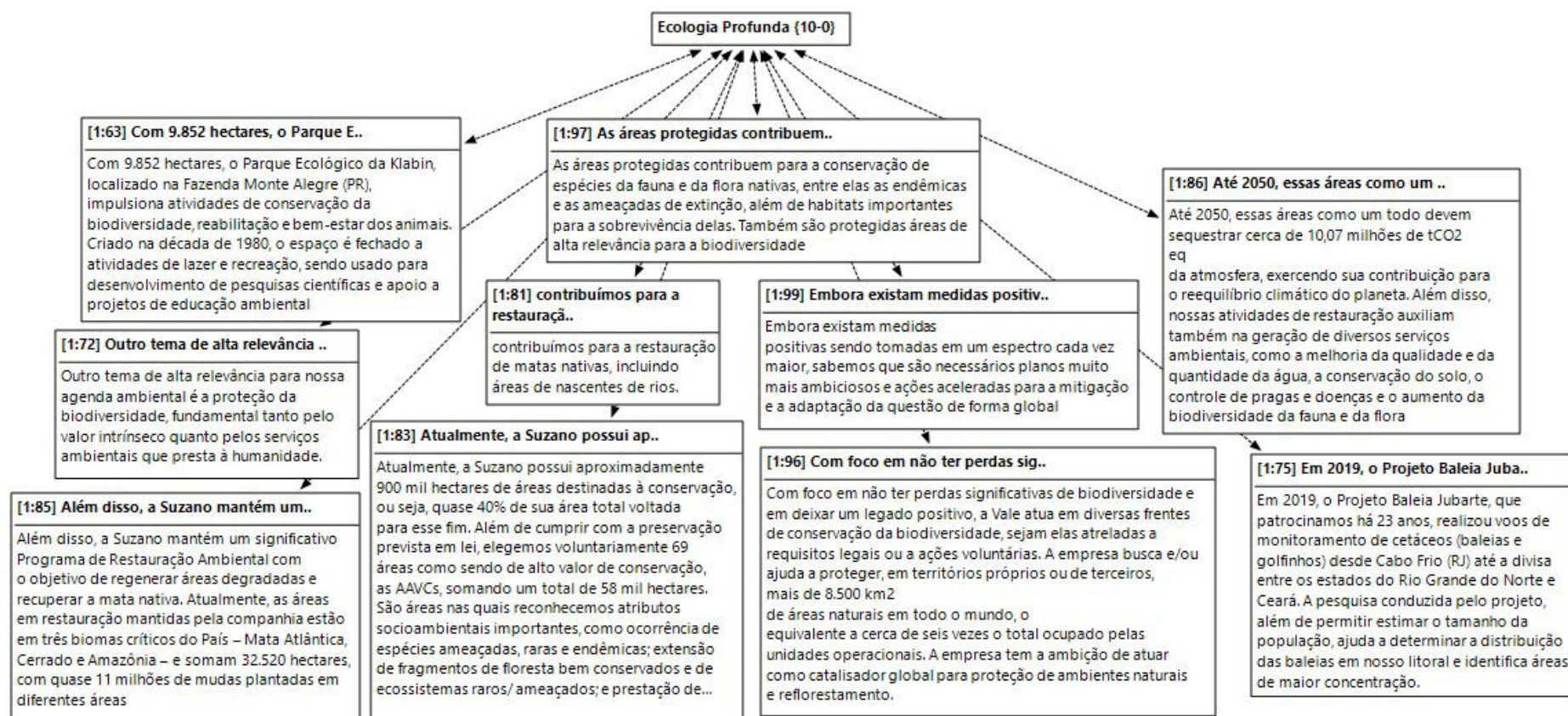


Figura 23 - Divulgações relacionadas com a Ecologia Profunda.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

É possível afirmar, com base na Figura 23, que um dos recortes menciona a criação de um parque ecológico com 9.852 hectares, exclusivamente para a conservação da biodiversidade, sendo uma característica importante observada, quando a empresa menciona que o espaço é fechado para atividades de lazer e recreação, reforçando assim seu compromisso com a natureza, sendo que apenas pesquisas científicas são permitidas, que normalmente também possuem como foco o ambiente natural. Isso pode ser uma prática inicial, que contribui com a ideia de Samkin e Schneider (2014), quando argumentam que mesmo as preocupações humanas sérias, às vezes devem perder para os valores ambientais.

Outro recorte que deve ser observado, é quando a empresa identifica a relevância da preservação ambiental para biodiversidade e lhe atribui valor intrínseco, característica fundamental do movimento da ecologia profunda, defendida desde o seu surgimento com Naess no ano de 1973. Porque segundo Samkin e Schneider (2014), o valor da biodiversidade não depende de sua utilidade para os humanos, pois a riqueza e a diversidade das formas de vida, contribuem para o valor e são valiosas em si, como na prática divulgada, quando a empresa desenvolve o “programa de restauração ambiental com o objetivo de regenerar áreas degradadas e recuperar a mata nativa”.

Restauração de matas com o objetivo de proteger nascentes das águas, manter áreas protegidas para preservar espécies da fauna e flora e proteção de habitats importantes para a sobrevivência dos animais e plantas, são outros aspectos que demonstram algumas práticas com o olhar profundo sobre o meio ambiente, contribuindo também com Samkin e Schneider (2014), quando afirmam que práticas relacionadas a preservação de áreas silvestres intocadas, bem como, restauração ambiental de espécies nativas e áreas silvestres degradadas, são caracterizadas como atitudes voltadas a ecologia profunda.

Outro ponto observado, é quando a empresa elege voluntariamente (além da prevista em Lei), mais 69 áreas consideradas relevantes para a conservação, pois abrigam espécies ameaçadas, raras e endêmicas, fato este que mostra a preocupação por parte da empresa, com o valor da natureza em si, valor intrínseco que possui, mesmo não sendo visualizada alguma utilidade aparente para os homens.

Outra divulgação que pode ser utilizada como sinal de que algumas empresas estão buscando práticas relacionadas à ecologia profunda, ocorre quando a organização afirma que “sabemos que são necessários planos muito mais ambiciosos e ações aceleradas para a mitigação e a adaptação da questão ambiental de forma global” (Suzano, 2019, p. 62), contribuindo com Naess (1983) *apud* Akamani (2020), que afirma que o movimento da

ecologia profunda, defende a ideia de existir mudanças transformadoras nas instituições sociais e políticas, para contribuir com a preservação da natureza.

Outro projeto desenvolvido por uma das empresas analisadas, é o monitoramento das baleias Jubarte, mostrando o conceito de igualitarismo biosférico, defendido por autores da ecologia profunda, como Naess (1973) e Hoefel (1999), que argumentam que animais, como a baleia, possuem valor em si e como a empresa exerce suas atividades em locais que elas habitam, devem se preocupar com elas, mesmo que estas não afetem as suas atividades.

Com as divulgações analisadas, pode-se observar que o valor intrínseco, a diversidade, a interferência humana e as mudanças de política, são aspectos que podem ser observados e relacionados com a plataforma da ecologia profunda, proposta por Naess e Sessions (1984), em que afirma estas como quatro de oito características principais, de um movimento ecológico profundo.

Assim, para responder ao segundo objetivo específico, que é “identificar as divulgações sobre o meio ambiente de acordo com as suposições das filosofias ecológicas superficiais/rasas, intermediárias e profundas”, conclui-se que a ecologia superficial/rasa, representa o principal foco das empresas analisadas, pois suas práticas relacionadas ao meio ambiente, tem por finalidade a atenção aos valores próprios e objetivos relacionados à manutenção das suas atividades.

O segundo movimento mais representativo, porém, que não possui a metade de observações da ecologia superficial/rasa, é a ecologia intermediária, ligada principalmente com alguns aspectos que se preocupam com práticas ambientais, porém ainda intimamente ligados com práticas relacionadas a objetivos próprios, não necessariamente preocupados com a natureza.

Por último, o movimento com menor força entre as empresas analisadas, é a ecologia profunda, pois apenas algumas iniciativas isoladas, podem ser caracterizadas com aspectos associados a este movimento.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA DA PRIORIZAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* E AS ECOLÓGICAS PROFUNDAS, INTERMEDIÁRIAS E SUPERFICIAIS

Para responder ao terceiro objetivo específico, que é “comparar as filosofias ecológicas e a priorização dos *stakeholders* identificados nas divulgações ambientais, para verificar as contradições”, é necessário buscar a relação com base na Teoria do *Stakeholder*

e dos paradigmas ambientais. Para esta integração, pode ser visualizada a Figura 23, que propõe a amarração das duas correntes teóricas.

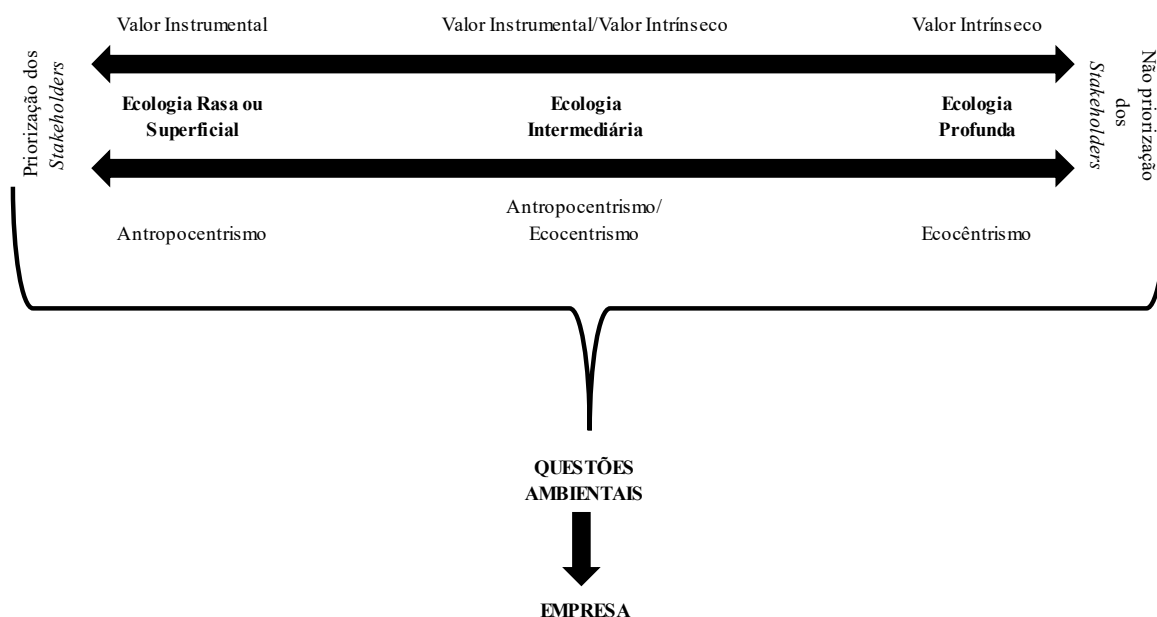


Figura 24 - Relação entre os *stakeholders* e os paradigmas ambientais.
Fonte: Elaborado pelo autor com base no referencial teórico da pesquisa (2021).

Com base na Figura 24, identifica-se a relação existente entre as proposições da Teoria do *Stakeholder* e dos paradigmas ambientais, sendo que a base nesta pesquisa são as empresas e posteriormente, as questões ambientais identificadas através das divulgações sobre o meio ambiente, nos relatórios de sustentabilidade.

Práticas relacionadas a priorização dos *stakeholders*, devem ser classificadas como ecologicamente superficiais/rasas, ainda mais se as partes interessadas possuírem os atributos de urgência, poder e legitimidade, sendo a natureza vista com valor instrumental e as empresas, como possuidoras de uma forte visão antropocêntrica.

Belal (2002) define que os *stakeholders* devem ser considerados “forças poderosas” na dinâmica social e assim, segundo Deegan (2002), as empresas buscam se legitimar perante a sociedade, buscando divulgar informações sociais e ambientais. Os argumentos anteriores podem ser enquadrados como rasos, pois conforme Naess (1973), a ecologia rasa luta contra a poluição e o esgotamento dos recursos, porém o objetivo central é manter a saúde e a riqueza nos países desenvolvidos.

Ainda, segundo o modelo de priorização dos *stakeholders*, Mitchell et al. (1997), afirma que a relevância das partes interessadas está positivamente relacionada ao número cumulativo de atributos - poder, legitimidade e urgência – percebidos pelos gerentes e assim,

segundo os resultados desta pesquisa, Governo e Comunidade apresentaram os três atributos, por isso devem ser considerados prioritários e com capacidade de influenciar nas decisões. Assim, a empresa não consegue ser “Deep Ecology”, pois práticas profundas relacionadas ao meio ambiente devem ter como foco principal a própria natureza (Naess, 1973, Sylvan, 1985b, Vincent, 1993).

Quando a prática relacionada ao meio ambiente, for justificada por causa do seu valor em si e ao mesmo tempo, tiver algum vínculo por pressão de alguma parte interessada ou por objetivos próprios da empresa, a mesma deve ser classificada como intermediária, podendo considerar a natureza com valor instrumental e intrínseco e possibilitando assumir uma posição antropocêntrica ou ecocêntrica.

Sylvan e Bennett (1994) *apud* Gaia e Jones (2017) afirma que as ecologias intermediárias ampliam os valores intrínsecos a algumas entidades não humanas e esse seria o avanço em comparação a ecologia rasa.

Já quando a prática relacionada ao meio ambiente for justificada, somente devido ao seu valor em si (valor intrínseco) e o meio ambiente for considerado o *stakeholder*, a posição assumida pela empresa é ecocêntrica e as partes interessadas não possuem espaço.

Clarkson (1995) classifica como *stakeholders* secundários o grupo “Grupos de Interesse” de forma genérica, em que a empresa pode enquadrar outras partes interessadas que surgem e neste caso, o meio ambiente pode ser um deles. Segundo a priorização dos *stakeholders*, o meio ambiente não se apresentou prioritário para as empresas analisadas e consequentemente não possui os atributos de poder, legitimidade e urgência e não conseguem por si só, influenciar nas decisões das organizações.

Entre as práticas possíveis relacionadas ao meio ambiente, a empresa pode seguir conceitos ligados a determinados *stakeholders*, sendo identificado na Teoria, como priorização de determinada parte interessada e segundo as análises, o Governo e as Comunidades possuem os atributos considerados necessários, para poder exercer pressão sobre práticas relacionadas ao Meio Ambiente.

Quando a empresa considera que determinada parte interessada exerce poder, legitimidade e urgência, ela adota práticas com o foco nos *stakeholders* identificados e consequentemente, acaba possuindo características da filosofia superficial/rasa, pois quando uma empresa opta por práticas relacionadas à natureza, devido a interesses pessoais ou de determinados grupos de interesse, suas ações consideram o meio ambiente como um instrumento para fins humanos.

Com isso, quando identificado que uma empresa possui atitudes seguindo determinada parte interessada, pode-se dizer que ela pratica uma ecologia superficial/rasa e é considerada antropocêntrica, ou seja, voltada para os interesses humanos. Isto pode ser observado na Figura 25.

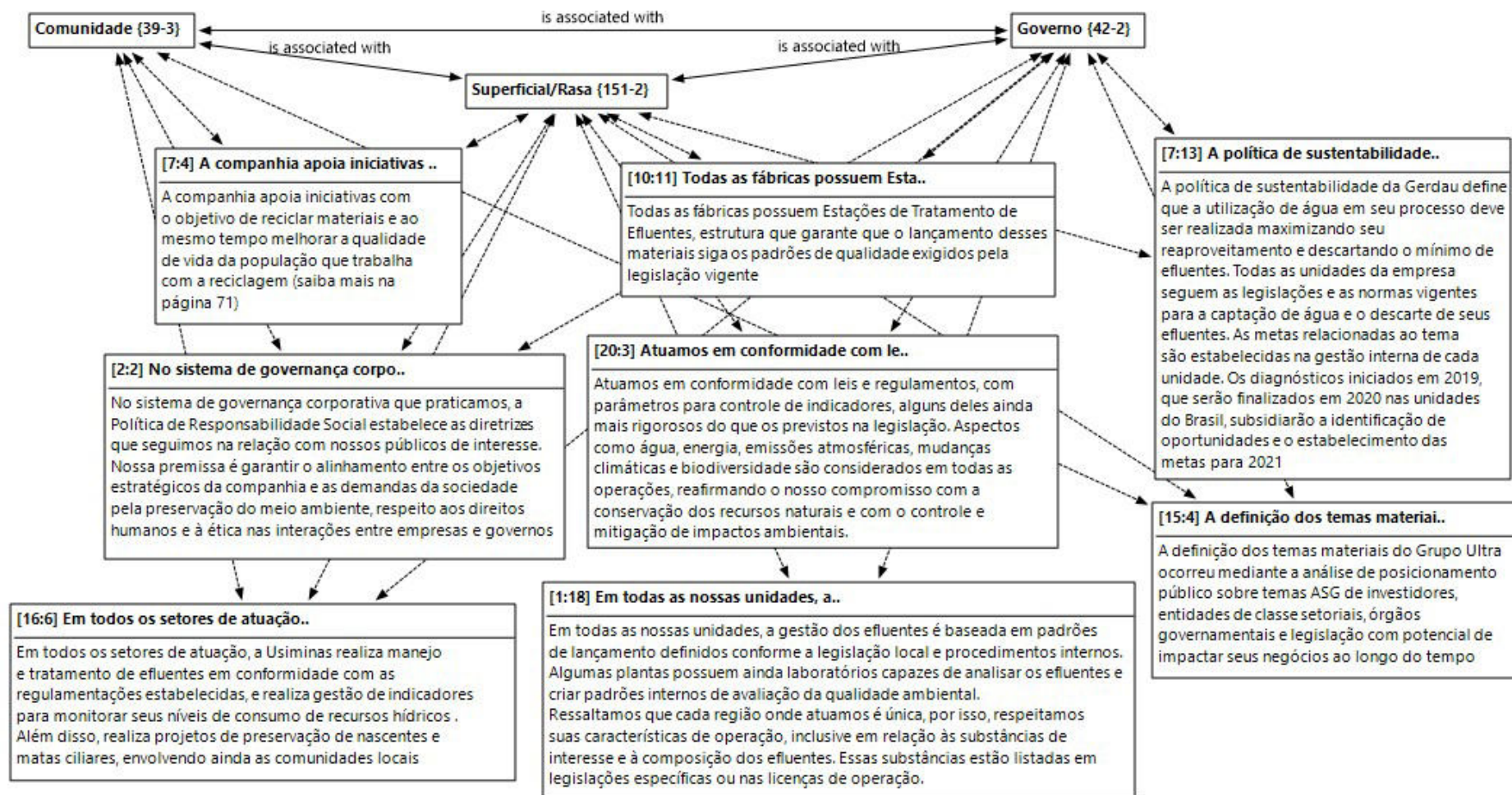


Figura 25 - Divulgações relacionadas a ecologia superficial/rasa, Governo e Comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

De acordo com a Figura 25, podem ser destacadas algumas divulgações que demonstram a relação entre o paradigma superficial/raso e os *stakeholders* identificados como salientes (Governo e Comunidade). Isso demonstra a ideia da Figura 24, de que existe relação entre a empresa priorizar determinada parte interessada e ser superficial, nas práticas relacionadas ao meio ambiente.

Clarkson (1995) afirma que partes interessadas que apresentam os três atributos de saliência irão ser prioritárias nas decisões dos gestores e o foco sendo eles, Naess (1973) argumenta que a prática é superficial/rasa.

Outro exemplo para demonstrar a relação, é o tópico da administração de recursos, apresentado por Sylvan (1985b), que é característico do movimento superficial/raso e o termo “administrar ou controlar” pode ser remetido ao atributo de poder, com base no modelo de saliência dos *stakeholders* (Mitchell et al. 1997), principalmente ligado aos governos e comunidades. Já em relação ao tópico de saúde e bem-estar, pode ser verificada a Figura 26.

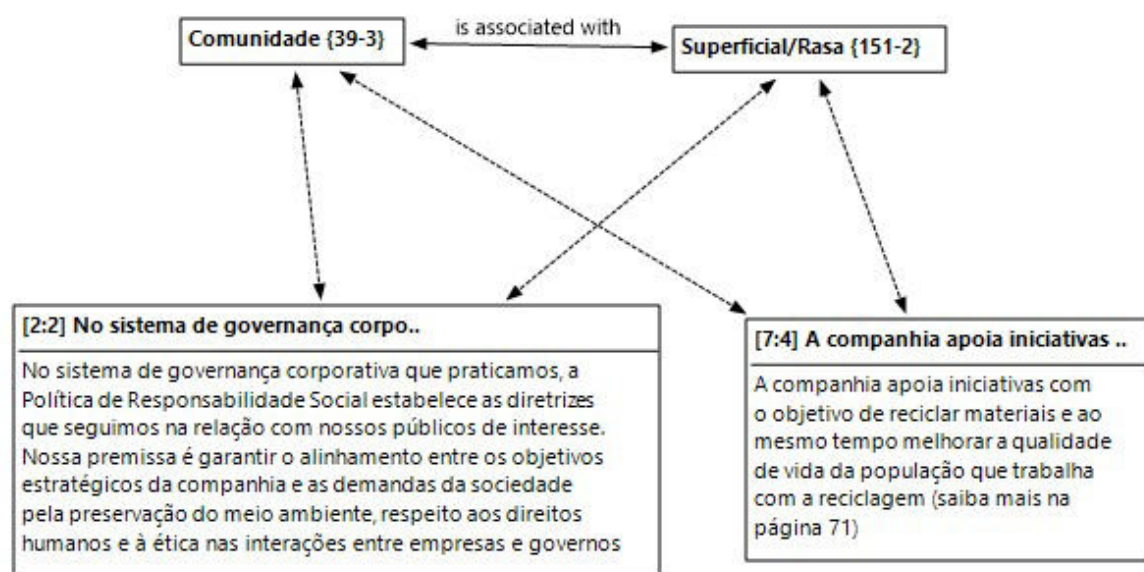


Figura 26 - Divulgações relacionadas a ecologia superficial/rasa e comunidade com foco no bem-estar.
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Segundo a Figura 26, outro tópico abordado na ecologia superficial/rasa, é em relação a saúde e bem-estar das pessoas (Naess, 1973; Sylvan, 1985b; Samkin & Schneider, 2014; Baard, 2015) e como principal *stakeholder*, pode-se identificar a comunidade, que pressiona as empresas e exige práticas que amenizem e melhorem a condição de vida, principalmente nas proximidades das instalações onde as empresas atuam.

Em relação a ecologia intermediária, apresenta-se a Figura 27, que mostra a relação existente entre o governo e a comunidade (*stakeholders* salientes), o meio ambiente (pode ser considerado como *stakeholder*) e a ecologia intermediária.

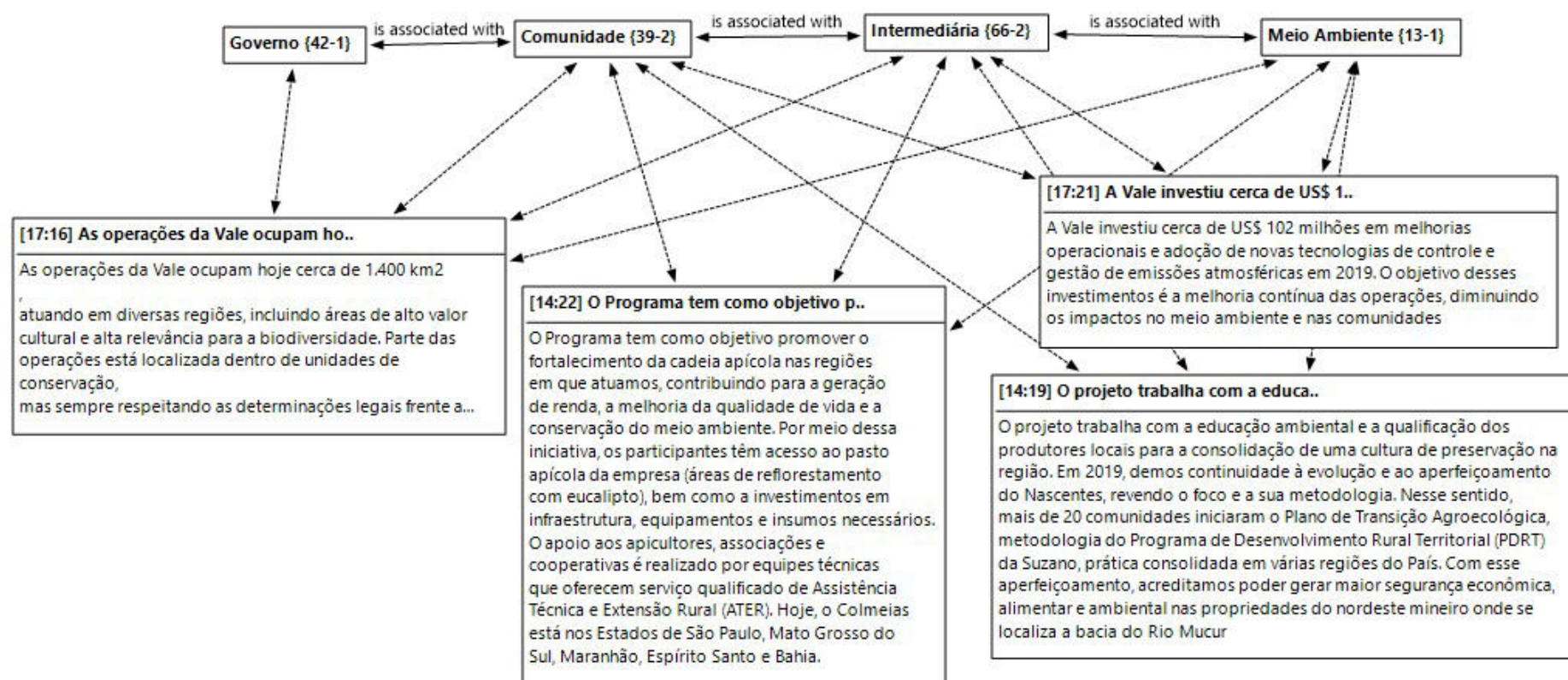


Figura 27 - Divulgações relacionadas a ecologia intermediária, governo, comunidade e Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Ao verificar as informações apresentadas na Figura 27, percebe-se a relação existente entre os *stakeholders* comunidade, governo e meio ambiente e a ecologia intermediária, que mostra quando a empresa possui objetivos próprios e estes estão associados a práticas também focadas na natureza, podendo ser considerado um equilíbrio entre as duas posições extremas, pois apresenta características da ecologia superficial/rasa e da ecologia profunda.

Para Gaia e Jones (2017), a ecologia intermediária entende que o planeta possui um valor intrínseco, no entanto, este valor está relacionado aos interesses das pessoas e isso a torna superficial/rasa.

Por outro lado, em relação a ecologia profunda, esta pode ter relação com os *stakeholders*, se o próprio meio ambiente for considerado um, assim uma empresa que focar em práticas ambientais e entender que o meio ambiente é um *stakeholder*, estaria praticando, conforme a Figura 28, uma ecologia profunda, voltada para o valor intrínseco da natureza. Esta proposição pode ser observada na Figura 28.

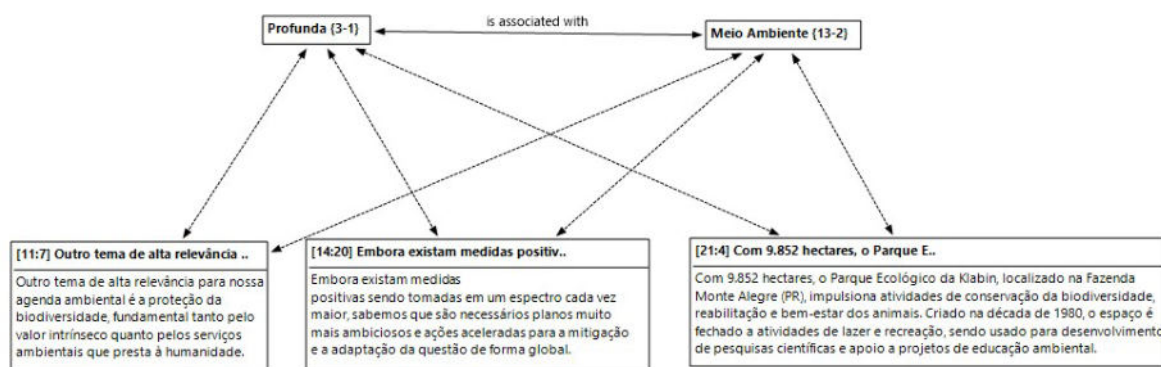


Figura 28 - Divulgações relacionadas a ecologia profunda e o stakeholder Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos RS (2021).

Com base na Figura 28, as empresas podem apresentar uma posição profunda relacionada ao meio ambiente, se entenderem que a natureza também pode assumir a posição de *stakeholder* principal, assim, as práticas relacionadas a ela possuem objetivos voltados para a sua preservação, devido ao seu valor intrínseco.

Assim, para a empresa possuir mais atitudes voltadas a ecologia profunda, a mesma deve priorizar a natureza como *stakeholder* saliente e preioritário, observando-o como possuidor dos atributos de poder, legitimidade e urgência e como parte interessada primária, conceituados por Clarkson (1995) e Mitchell *et al.* (1997).

Naess (1973) argumenta que deve existir uma relação intrínseca entre os humanos e o meio ambiente, para que ocorram mudanças transformadoras nas instituições sociais e

políticas e assim, a meta de sustentabilidade possa ser atingida. Para Sylvan (1985b), a ecologia profunda quer mostrar que os humanos não estão acima ou fora da natureza, mas fazem parte dela e devem se preocupar, mostrar reverência e respeito, pois ela é a sua casa.

A contradição ocorre, quando as empresas realizam a divulgação relacionada ao meio ambiente, focando nos *stakeholders* prioritários (Governo e Comunidade), pois conforme os autores da ecologia profunda, o foco deve estar na natureza e no seu valor em si, não apenas no valor instrumental, como é característico da ecologia superficial/rasa (Naess, 1973; Sylvan, 1985b; Vincent, 1993; Hoefel, 1999; Samkin & Schneider, 2014).

Ao analisar as divulgações ambientais com base na ecologia profunda, pode-se observar que as empresas estão priorizando determinadas partes interessadas, sendo que as práticas ambientais se tornam um meio, para alcançar os objetivos da organização.

O Governo é focado para atender a legislação e regulação que é imposta e é por esse motivo, que empresas realizam boa parte das ações, buscando sempre destacar que as regulações ambientais estabelecidas sobre o setor econômico que atua, estão sendo cumpridas, corroborando com Gadenne *et al.* (2009), Aguinis e Glavas (2012) e Lopes (2015), que argumentam que uma legislação específica, contribui para uma maior preocupação voltada ao meio ambiente.

A Comunidade exige principalmente, saúde e bem-estar próprio e para alcançar este objetivo, a conservação da natureza é essencial e a empresa com uma visão de potenciais compradores, por exemplo, busca divulgar práticas que contribuem com a melhora nas condições de vida, como a criação de locais de conservação para atividades esportivas e recreativas, bem como, argumenta que luta contra a poluição e o esgotamento dos recursos, para que no final possam criar um ambiente humano agradável.

Como Governo e Comunidade foram identificados como salientes, de acordo com o modelo de Mitchell *et al.* (1997), e com a utilização das palavras-chave do estudo de Boaventura *et al.* (2017), quando a empresa identifica estas partes interessadas, o foco das divulgações volta-se para elas.

As divulgações revelam as divergências entre os *stakeholders* prioritários e a ecologia profunda, quando sua comunicação nos relatórios de sustentabilidade, foca determinadas partes interessadas nos tópicos sobre o meio ambiente, principalmente Governo e Comunidade, fazendo com que o ambiente natural torne-se um instrumento para cumprir as exigências dos públicos de interesse salientes.

Assim, como o meio ambiente não foi identificado como um *stakeholder* prioritário, as práticas voltadas a ele são principalmente com o objetivo de atender as imposições dos públicos de interesse, que possuem atributos que lhe conferem o poder de influenciar, logo mostrando a contradição existente entre *stakeholders* prioritários e ecologia profunda, que gera práticas superficiais/rasas e que de acordo com Jacob (1994), as principais perspectivas sobre o meio ambiente são superficiais, voltadas para o controle da poluição e da degradação dos recursos, tendo como foco o ser humano e consequentemente, são incompatíveis com as mudanças necessárias para enfrentar a crise ambiental.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo, consistiu em analisar de que maneira as divulgações sobre o meio ambiente podem revelar as contradições entre os *stakeholders* prioritários e as filosofias ecológicas, contidas nos relatórios de sustentabilidade.

Como resposta ao objetivo principal, as divulgações ambientais revelaram que as empresas estão focando os *stakeholders* prioritários (Governo e Comunidade), pois os dois apresentaram os atributos que os caracterizam como salientes e assim, possuem poder para influenciar as práticas relacionadas a natureza, contrariando os pressupostos da ecologia profunda, que argumenta que o foco deve estar no valor intrínseco do ambiente natural e este deve assumir o papel de parte interessada principal, revelando assim as contradições existentes nas divulgações sobre o meio ambiente.

Assim, pode-se concluir que as práticas relacionadas ao meio ambiente, podem estar sendo utilizadas como mecanismos para mostrar aos *stakeholders*, o que a organização está realizando e assim, o resultado final que seria a preocupação voltada para a responsabilidade social corporativa, pode estar sendo comprometido.

As divulgações sobre o meio ambiente nos relatórios de sustentabilidade, revelaram que a empresa pode realizar algumas escolhas, quando possui práticas relacionadas com a natureza. Ela pode escolher, em relação ao seu foco e acaba sendo direcionada por determinada parte interessada, por possuir aspectos que a tornam relevante para os gerentes, fazendo com que seus anseios sejam atendidos, tirando o foco do principal, que seria o meio ambiente e assim, não optam por realizar práticas relacionadas com a ecologia profunda.

Com isso, as contradições se revelam quando a empresa divulga informações ambientais com o objetivo de atender as reivindicações dos *stakeholders* e as práticas ambientais são utilizadas para cumprir o que esta sendo imposto pelas partes interessadas, contrariando os pressupostos da ecologia profunda.

Além do objetivo geral, estabeleceram-se três objetivos específicos. O primeiro, foi mapear quais *stakeholders* são prioritários nas divulgações sobre o meio ambiente. Foram identificados, portanto, 118 parágrafos relacionados com alguma parte interessada, entre as 401 páginas que apresentavam alguma informação relacionada ao Meio Ambiente. Os *stakeholders* que apresentaram atributos de poder, urgência e legitimidade, foram Governo e Comunidade.

O Governo é considerado como prioridade nas divulgações e isso faz com que, nas empresas analisadas, se torne uma parte interessada primária, contrariando o referencial teórico, que trazia-o como secundário, segundo Clarkson (1995) e Freeman *et al.* (2010), porém confirmando os achados de Huang e Kung (2010). Em relação às comunidades, estas já eram inicialmente consideradas como primárias, de acordo com Clarkson (1995) e Freeman *et al.* (2010).

Também foram identificadas relações com partes interessadas como clientes, funcionários, fornecedores, investidores, concorrentes e as ONGs. Porém estes, não apresentaram atributos com base no modelo de saliência utilizado, somente foram citados nas divulgações ambientais.

O segundo objetivo específico, foi identificar as divulgações sobre o meio ambiente, de acordo com as ecologias superficiais/rasas, intermediárias e profundas, propostas inicialmente por Naess (1973). Com base nos relatórios de sustentabilidade, 150 parágrafos foram classificados com práticas relacionadas a ecologia superficial/rasa, 66 parágrafos relacionados com a ecologia superficial e 10 parágrafos com a ecologia profunda.

As divulgações relacionadas com a ecologia superficial, direcionam seu foco para a natureza e consideram-na como um instrumento para as empresas, apostam na reciclagem dos materiais. A sua preocupação é voltada para a saúde e bem-estar das comunidades, se apoiam na administração dos recursos e possuem uma dependência por soluções tecnológicas.

As práticas identificadas como intermediárias, possuem como característica principal, o foco no valor da natureza para a empresa e o seu valor intrínseco, possuindo aspectos relacionados aos outros dois paradigmas.

Por fim, a ecologia profunda foi identificada em práticas que podem ser consideradas isoladas, se comparadas com as demais, porém podem ser indícios de iniciativas voltadas para o valor intrínseco do meio ambiente, deixando em segundo plano os objetivos das empresas.

Assim, as divulgações ambientais são, na sua maioria, classificadas como superficiais/rasas e intermediárias, possuindo como foco as partes interessadas.

O terceiro objetivo específico, que já estava alinhado com o objetivo geral, consistiu em comparar as filosofias ecológicas e a priorização dos *stakeholders*, identificados nas divulgações ambientais, para verificar as contradições. Para tanto, foram analisadas de forma conjunta, a Teoria do *Stakeholder* e os paradigmas ambientais e foi possível identificar, que

práticas relacionadas com o movimento da ecologia superficial/rasa, possuem a priorização dos *stakeholders* Governo e Comunidade. Já iniciativas consideradas ecologicamente profundas, possuem como *stakeholder* principal e único, o próprio meio ambiente, enquanto que as ecologias intermediárias, possuem ambos os focos, sendo possível identificar a preocupação voltada para o meio ambiente e para as necessidades de determinadas partes interessadas.

Apresenta-se como limitação do estudo, a utilização apenas do Relatório de Sustentabilidade como base, para análise de conteúdo, tendo em vista que poderiam ser identificadas outras características, se fossem realizadas consultas em outros materiais, ou até mesmo por meio de entrevistas, com os preparadores dos relatórios. Outra limitação está nas empresas analisadas e por conta disso, os resultados não podem ser generalizados.

Como sugestão para trabalhos futuros, pode-se utilizar o conceito de legitimação, relacionada com os paradigmas ambientais, pois em algumas práticas conseguiu-se identificar possíveis relações. Outra sugestão, seria a realização de entrevistas com os preparadores dos relatórios, para verificar o seu posicionamento em relação aos *stakeholders* e sobre os paradigmas ambientais. Reformular a questão de *stakeholders* primários e secundários, no que diz respeito às práticas relacionadas ao meio ambiente, pois alguns achados demonstraram que o foco pode ser diferente, quando as empresas se relacionam com práticas de responsabilidade social.

Outra sugestão, seria aprofundar sobre quais temas ambientais são considerados prioritários para as empresas, buscando assim, compreender a relação deles com determinados *stakeholders* e verificar diferenças de resultados, caso as empresas analisadas sejam de outros segmentos ou que não façam parte da listagem do ISE.

6 REFERÊNCIAS

- Abdullah, M., Hamzah, N., Ali, M. H., Tseng, M. L., & Brander, M. (2020). The Southeast Asian haze: The quality of environmental disclosures and firm performance. *Journal of Cleaner Production*, 246, 118958. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118958>
- Adams C., Hill W., & Roberts C. (1998). Corporate Social Reporting Practices in Western Europe: Legitimizing Corporate Behavior. *British Accounting Review*, 30(1), 1–21.
- Adams, W. M. (2006). The future of sustainability: Re-thinking environment and development in the twenty-first century. In Report of the IUCN renowned thinkers meeting (Vol. 29, p. 31).
- Aguilera, R. V., Rupp, D. E., Williams, C. A., & Ganapathi, J. (2007). Putting the S back in corporate social responsibility: A multilevel theory of social change in organizations. *Academy of management review*, 32(3), 836-863.
- Aguinis, H., & Glavas, A. (2012). What we know and don't know about corporate social responsibility: A review and research agenda. *Journal of management*, 38(4), 932-968.
- Ahmad, N. N. N., & Sulaiman, M. (2004). *Environmental Disclosures in Malaysian annual reportes: a legitimacy theory perspective*. 14(1), 44–58.
- Ahmadi, A., & Bouri, A. (2017). The relationship between financial attributes, environmental performance and environmental disclosure: Empirical investigation on French firms listed on CAC 40. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 28(4), 490–506. <https://doi.org/10.1108/MEQ-07-2015-0132>
- Akamani, K. (2020). Integrating Deep Ecology and Adaptive Governance for Sustainable Development: Implications for Protected Areas Management. *Sustainability*, 12(14), 5757.
- Albertini, E. (2014). A descriptive analysis of environmental disclosure: A longitudinal study of French companies. *Journal of Business Ethics*, 121(2), 233-254.
- Alipour, M., Ghanbari, M., Jamshidinavid, B., & Taherabadi, A. (2019). Does board independence moderate the relationship between environmental disclosure quality and performance? Evidence from static and dynamic panel data. In *Corporate Governance (Bingley)* (Vol. 19). <https://doi.org/10.1108/CG-06-2018-0196>
- Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981.
- Amorim, K. V. N. M. (2018). *Análise multinível da divulgação das informações ambientais de empresas brasileiras e alemãs*. (2), 108. <https://doi.org/10.20961/ge.v4i1.19180>
- Ane, P. (2012). An Assessment of the Quality of Environmental Information Disclosure of Corporation in China. *Systems Engineering Procedia*, 5, 420–426. <https://doi.org/10.1016/j.sepro.2012.04.064>
- Andrade, L. P., Bressan, A. A., Iquiapaza, R. A., & Moreira, B. C. M. (2013). Determinantes

- de adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA e sua relação com o valor da empresa. *Revista Brasileira de Finanças*, 11(2), 181-213.
- Aragón-Correa, J. A., & Sharma, S. (2003). A contingent resource-based view of proactive corporate environmental strategy. *Academy of management review*, 28(1), 71-88.
- Aragon-Correa, J. A., Markus, A., Hurtado-Torres, N. (2016). International Firms: Old Controversies and New Evidence on performance and disclosure. *Academy of Management Perspectives*, 30(1), 24-39. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.5465/amp.2014.0043%5CnSYMPOSIUM>
- B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - Empresas listadas. Disponível em http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm Acesso em 06/06/2020.
- Baalouch, F., Ayadi, S. D., & Hussainey, K. (2019). A study of the determinants of environmental disclosure quality: evidence from French listed companies. In *Journal of Management and Governance* (Vol. 23). <https://doi.org/10.1007/s10997-019-09474-0>
- Baard, P. (2015). Managing climate change: A view from deep ecology. *Ethics & the Environment*, 20(1), 23-44.
- Barbu, E. M., Dumontier, P., Feleagă, N., & Feleagă, L. (2014). Mandatory environmental disclosures by companies complying with IASs/IFRSs: The cases of France, Germany, and the UK. *The International Journal of Accounting*, 49(2), 231-247.
- Bardin, L. (1977). *Análise do discurso*. Lisboa: Edições, 70.
- Belal, AR (2002). Responsabilidade das partes interessadas ou gestão das partes interessadas: uma revisão das práticas de contabilidade, auditoria e relatórios sociais e éticos das empresas do Reino Unido (SEAAR). *Responsabilidade Social Corporativa e Gestão Ambiental*, 9 (1), 8-25.
- Berthelot, S., & Magnan, M. (2003). *Environmental disclosure research: Review and synthesis*. 22, 1-44.
- Berthelot, S., Cormier, D., & Magnan, M. (2003). Environmental disclosure research: Review and synthesis ENVIRONMENTAL DISCLOSURE RESEARCH: REVIEW AND SYNTHESIS Sylvie Berthelot; Denis Cormier; Michel Magnan *Journal of Accounting Literature*; 2003; 22, ABI / INFORM Global. *Journal of Accounting Literature*, 22(October), 1-44.
- Besthorn, F. H. (2012). Deep Ecology's contributions to social work: A ten-year retrospective. *International Journal of Social Welfare*, 21(3), 248-259.
- Blacconiere, W. G., & Northcut, W. D. (1997). Environmental Information and Market Reactions to Environmental Legislation. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 12(2), 149-178. <https://doi.org/10.1177/0148558X9701200203>

- Blacconiere, W. G., & Patten, D. M. (1994). Environmental disclosures, regulatory costs, and changes in firm value. *Journal of Accounting and Economics*, 18(3), 357–377. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90026-4](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90026-4)
- Boaventura, J. M. G., Fontes, L. G. P., Sarturi, G., & Armando, E. (2017). Critérios para Identificação da Saliência de Stakeholders através da Análise de Conteúdo. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 9(2), 03-29.
- Boesso, G., & Kumar, K. (2007). Drivers of corporate voluntary disclosure: A framework and empirical evidence from Italy and the United States. In *Accounting, Auditing and Accountability Journal* (Vol. 20). <https://doi.org/10.1108/09513570710741028>
- Borçato, E. C. (2017). Legitimação social das empresas de capital aberto por meio da divulgação sobre meio ambiente natural no relato integrado.
- Botosan, C. A. (1997). Disclosure Level and the Cost of Equity Capital Disclosure Level and the Cost of Equity Capital. *The Accounting Review*, Vol. 72, No. 3 (jul., 1997), Pp. 323-349, 72(3), 323–349. <https://doi.org/10.1002/mde.1256>
- Bowman, E. H. (1984). Content analysis of annual reports for corporate strategy and risk. *Interfaces*, 14(1), 61-71.
- Braam, G. J. M., De Weerd, L. U., Hauck, M., & Huijbregts, M. A. J. (2016). Determinants of corporate environmental reporting: The importance of environmental performance and assurance. *Journal of Cleaner Production*, 129, 724–734. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.03.039>
- Braga, E. C. (2010). Questões de Ética: Relações entre o Design e a Ecologia Profunda. *Estudos em Design*, 18(2).
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2006). Voluntary environmental disclosures by large UK companies. *Journal of Business Finance and Accounting*, 33(7–8), 1168–1188. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2006.00598.x>
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2008). Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 17(2), 120–136. <https://doi.org/10.1002/bse.506>
- Brasil. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio
- Buhr, N., & Freedman, M. (2001). Culture, Institutional Factors and Differences in Environmental Disclosure Between Canada and the United States. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(3), 293–322. <https://doi.org/10.1006/cpac.2000.0435>
- Buhr, N., & Reiter, S. (2006). *Ideology, The Environment and One World View: A Discourse Analysis of Noranda's Environmental and Sustainable Development Reports*. (Unit 07), 1–5.
- Burritt, R. L. (2002). Environmental reporting in Australia: Current practices and issues for

- the future. *Business Strategy and the Environment*, 11(6), 391–406.
<https://doi.org/10.1002/bse.343>
- Buyse, K., & Verbeke, A. (2003). Proactive environmental strategies: A stakeholder management perspective. *Strategic management journal*, 24(5), 453–470.
- Callicott, J. B. (1990). Whither Conservation Ethics? *Civilising the City: Quality or Chaos in Historic Towns*, 4(1), 19–30.
- Capra, F., & Eicheberg, N. R. (2006). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.
- Carroll, A. B. (1999). *Evolution of a Definitional Construct*. 38(3), 268–295.
- Cerin, P. (2002). *Communication in corporate environmental reports*. 66(9), 46–66.
- Chakrabarty, S., & Wang, L. (2012). The Long-Term Sustainance of Sustainability Practices in MNCs: A Dynamic Capabilities Perspective of the Role of R&D and Internationalization. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 205–217.
<https://doi.org/10.1007/s10551-012-1422-3>
- Chapin, F. S., Zavaleta, E. S., Eviner, V. T., Naylor, R. L., Vitousek, P. M., Reynolds, H. L., Sandra, C. M. (2000). Three-Dimensional Imaging of the Face: A Comparison between Three Different Imaging Modalities. *Aesthetic Surgery Journal*, 38(6), 579–585.
<https://doi.org/10.1093/asj/sjx227>
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7–8), 639–647.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>
- Cho, C. H., Guidry, R. P., Hageman, A. M., & Patten, D. M. (2012). Do actions speak louder than words? An empirical investigation of corporate environmental reputation. *Accounting, Organizations and Society*, 37(1), 14–25.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2011.12.001>
- Cho, C. H., Roberts, R. W., & Patten, D. M. (2010). The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, 35(4), 431–443.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.10.002>
- Clarkson, M. B. E. (1995). *A STAKEHOLDER FRAMEWORK FOR ANALYZING AND EVALUATING CORPORATE SOCIAL PERFORMANCE*. 20(1), 92–117.
- Clarkson, P. M., Li, Y., Richardson, G. D., & Vasvari, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33(4–5), 303–327.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2007.05.003>
- Colares, A. C. V., Bressan, V. G. F., Lamounier, W. M., & Borges, D. L. (2012). O balanço social como indicativo socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade

Empresarial da BM&F Bovespa. *Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ*, 17, 83-100.

Connelly, J. and Smith, G. (2003), *Politics and the Environment: From Theory to Practice*, Routledge, London.

Cormier, D., & Magnan, M. (1999). Corporate Environmental Disclosure Strategies: Determinants, Costs and Benefits. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 14(4), 429–451. <https://doi.org/10.1177/0148558X9901400403>

Cormier, D., & Magnan, M. (2003). Environmental reporting management: A continental European perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(1), 43–62. [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(02\)00085-6](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(02)00085-6)

Cormier, D., & Magnan, M. (2007). The revisited contribution of environmental reporting to investors' valuation of a firm's earnings: An international perspective. *Ecological Economics*, 62(3–4), 613–626. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.07.030>

Cormier, D., & Magnan, M. (2015). The Economic Relevance of Environmental Disclosure and its Impact on Corporate Legitimacy: An Empirical Investigation. *Business Strategy and the Environment*, 24(6), 431–450. <https://doi.org/10.1002/bse.1829>

Cormier, D., Gordon, I. M., & Magnan, M. (2004). *Cormier Gordon Magnan 2004*. 143–165.

Cormier, D., Magnan, M., & Van Velthoven, B. (2005). Environmental disclosure quality in large German companies: Economic incentives, public pressures or institutional conditions? *European Accounting Review*, 14(1), 3–39. <https://doi.org/10.1080/0963818042000339617>

Costa, R. S. D. (2006). Evidenciação contábil das informações ambientais: uma análise das empresas do setor de papel e celulose da BOVESPA.

Da Rosa, F. S., Ensslin, S. R., Ensslin, L., & Lunkes, R. J. (2011). Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. *Engenharia Sanitária Ambiental*, 16(1), 157-166.

Da Rosa, F. S., Guesser, T., Hein, N., Pfitscher, E. D., & Lunkes, R. J. (2015). Environmental impact management of Brazilian companies: Analyzing factors that influence disclosure of waste, emissions, effluents, and other impacts. *Journal of Cleaner Production*, 96, 148-160.

Da Rosa, F. S., Lunkes, R. J., & Brizzola, M. M. B. (2019). Exploring the relationship between internal pressures, greenhouse gas management and performance of Brazilian companies. *Journal of Cleaner Production*, 212, 567-575.

Davradou, M., & Namkoong, G. (2001). Science, ethical arguments, and management in the preservation of land for grizzly bear conservation. *Conservation Biology*, 15(3), 570-577.

- De Oliveira, A. F., Machado, D. G., & Beuren, I. M. (2012). Disclosure Ambiental de Empresas de Setores Potencialmente Poluidores Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 6(1), 20-37.
- De Oliveira, C. E., & Oliveira, E. M. T. (2020). Panorama da Evidenciação das Ações de Sustentabilidade Praticadas Pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na B3. *RAGC*, 8(32).
- De Villiers, C., & Van Staden, C. (2010). Why do shareholders require corporate environmental disclosure? *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 13(4), 437–446. <https://doi.org/10.4102/sajems.v13i4.99>
- De Villiers, C., & Van Staden, C. (2012). New Zealand shareholder attitudes towards corporate environmental disclosure. *Pacific Accounting Review*, 24(2), 186–210. <https://doi.org/10.1108/01140581211258470>
- De Villiers, C., & Van Staden, C. J. (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, 31(8), 763–781. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.001>
- Deegan, C. (2002). *The legitimising effect of social and environmental disclosures ± a theoretical foundation*. 15(3), 282–311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Deegan, C. (2017). Twenty-five years of social and environmental accounting research within Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 65–87. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.005>
- Deegan, C., & Gordon, B. (1996). A study of the environmental disclosure practices of Australian corporations. *Accounting and Business Research*, 26(3), 187–199. <https://doi.org/10.1080/00014788.1996.9729510>
- Deegan, C., & Rankin, M. (1997). The materiality of environmental information to users of annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 10(4), 562–583. <https://doi.org/10.1108/09513579710367485>
- Deegan, C., & Shelly, M. (2014). Corporate Social Responsibilities: Alternative Perspectives About the Need to Legislate. *Journal of Business Ethics*, 121(4), 499–526. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1730-2>
- Degenhart, L., da Rosa, F. S., Hein, N., & Vogt, M. (2016). Avaliação do grau de evidenciação dos impactos ambientais em relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais de empresas brasileiras/Disclosure level assessment of environmental impacts on reports of sustainability and annual reports of brazilian. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)*, 6(1), 81-103.
- Degenhart, L., Vogt, M., Hein, N., Rosa, F. S. e Brizolla, M. M. B. (2019). Ranking de divulgação de impactos ambientais de empresas brasileiras: Análise por meio de métodos multicritério. *Gestão da Qualidade Ambiental*, 29 (1), 155-167.
- Delgado-Márquez, B. L., Pedauga, L. E., & Cordón-Pozo, E. (2017). Industries Regulation

- and Firm Environmental Disclosure: A Stakeholders' perspective on the Importance of Legitimation and International Activities. *Organization and Environment*, 30(2), 103–121. <https://doi.org/10.1177/1086026615622028>
- Dennis, M. P. (2002). The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. *Accounting, Organizations and Society*, 27(8), 763–773. Retrieved from <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368202000284>
- Devinney, T. M., Mcgahan, A. M., & Zollo, M. (2013). A Research Agenda for Global Stakeholder Strategy. *Global Strategy Journal*, 3(4), 325–337. <https://doi.org/10.1111/j.2042-5805.2013.01066.x>
- Diamond, D. W. (1985). American Finance Association Optimal Release of Information by Firms Author (s): Douglas W. Diamond Source: The Journal of Finance, Vol. 40, No. 4 (Sep., 1985), pp. 1071-1094 Published by: Wiley for the American Finance Association Stable URL. *The Journal of Finance Vol. 40, No. 4 (Sep., 1985), Pp. 1071-1094*, 40(4), 1071–1094.
- Do Nascimento, A. J. S. (2020). Abordagens para avaliar as práticas de sustentabilidade empresarial: uma revisão da literatura.
- Dobele, A. R., Westberg, K., Steel, M., & Flowers, K. (2014). An examination of corporate social responsibility implementation and stakeholder engagement: A case study in the Australian mining industry. *Business strategy and the environment*, 23(3), 145-159.
- Eckersley, R. (1992). *Environmentalism and political theory - Toward an Ecocentric Approach*.
- Eder, K. (1996). The social construction of nature: A sociology of ecological enlightenment. In M. Ritter (Ed.), *The social construction of nature: A sociology of ecological enlightenment*. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc.
- Elijido-Ten, E. (2011). Media coverage and voluntary environmental disclosures: A developing country exploratory experiment. *Accounting Forum*, 35(3), 139–157. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2011.06.003>
- Elijido-Ten, E., Kloot, L., & Clarkson, P. (2010). Extending the application of stakeholder influence strategies to environmental disclosures: An exploratory study from a developing country. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 23(8), 1032–1059. <https://doi.org/10.1108/09513571011092547>
- Elkington, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone. 1997.
- Epstein, M. J., & Freedman, M. (1994). Social Disclosure and Individual Investor. *Accounting and Finance Research*, 7(4), 94–109.

- Farooq, M. B., & De Villiers, C. (2019). How sustainability assurance engagement scopes are determined, and its impact on capture and credibility enhancement. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Fox, W. Deep ecology: A new philosophy of our time? In *Environmental Ethics: An Anthology*; Light, A., Rolston, H., III, Eds.; Blackwell Publishing: Oxford, UK, 2003; pp. 252–261.
- Fragouli, E., & Yengbalang, A. (2015). *Financial Risk and Management Reviews promoting local acceptability of international oil companies (iocs) through corporate social responsibility (csr): the case of tullow oil in ghana*. 1(1), 27–52. <https://doi.org/10.18488/journal.89/2015.1.1/89.1.27.52>
- Freedman, M., & Jaggi, B. (2005). Global warming, commitment to the Kyoto protocol, and accounting disclosures by the largest global public firms from polluting industries. *International Journal of Accounting*, 40(3), 215–232. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2005.06.004>.
- Freeman, R. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman, 46.
- Freeman, R. E., Harrison, J. S., Wicks, A. C., Parmar, B. L., & De Colle, S. (2010). *Stakeholder theory: The state of the art*. Cambridge University Press.
- Gaia, S., & Jones, M. J. (2017). *UK local councils reporting of biodiversity values: a stakeholder perspective*. (July 2016). <https://doi.org/10.1108/AAAJ-12-2015-2367>
- Gadenne, D. L., Kennedy, J., & McKeiver, C. (2009). An empirical study of environmental awareness and practices in SMEs. *Journal of Business Ethics*, 84(1), 45–63.
- Gallego-Álvarez, I., Lozano, M. B., & Rodríguez-Rosa, M. (2018). An analysis of the environmental information in international companies according to the new GRI standards. *Journal of Cleaner Production*, 182, 57–66. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.01.240>
- Gamerschlag, R., Möller, K., & Verbeeten, F. (2011). Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. *Review of Managerial Science*, 5(2-3), 233–262.
- Gaveau, D. L. A., Salim, M. A., Hergoualc'H, K., Locatelli, B., Sloan, S., Wooster, M., ... Sheil, D. (2014). Major atmospheric emissions from peat fires in Southeast Asia during non-drought years: Evidence from the 2013 Sumatran fires. *Scientific Reports*, 4, 1–7. <https://doi.org/10.1038/srep06112>
- Ge, W., & Liu, M. (2015). Corporate social responsibility and the cost of corporate bonds. *Journal of Accounting and Public Policy*, 34(6), 597–624. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2015.05.008>
- Gerged, A. M., Al-Haddad, L. M., & Al-Hajri, M. O. (2020). Is earnings management associated with corporate environmental disclosure? Evidence from Kuwaiti listed firms. *Accounting Research Journal*, 33(1), 167–185. <https://doi.org/10.1108/ARJ-05->

- Giacomin, J., Ostrzyzek, T., & Vendrame, G. F. (2019) Índice De Sustentabilidade Empresarial (Ise): Evidenciação das Ações Ambientais das Empresas listadas na Carteira Anual no Período de 2015 e 2016.
- Gil, A. C. (2009). Questionário. GIL, AC Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 121-135.
- Glasser, H. (2011). Naess's deep ecology: implications for the human prospect and challenges for the future. *Inquiry*, 54(1), 52-77.
- Godoy, A. F. de. (2011). *Contabilidade Ambiental: Um Estudo do Disclosure de Informações Ambientais, das Empresas dos Setores de Alto Impacto Ambiental, Integrantes do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial*. 182. Retrieved from [https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/1467/1/Alexandre Franco de Godoy.pdf](https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/1467/1/Alexandre%20Franco%20de%20Godoy.pdf)
- González-Benito, J., & González-Benito, Ó. (2005). Environmental proactivity and business performance: An empirical analysis. *Omega*, 33(1), 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.omega.2004.03.002>
- Gray, R., Javad, M., Power, D. M., & Sinclair, C. D. (2001). Social and environmental disclosure and corporate characteristics: A research note and extension. *Journal of Business Finance and Accounting*, 28(3–4), 327–356. <https://doi.org/10.1111/1468-5957.00376>
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995a). Corporate social and environmental reporting A review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Proceedings of the 8th International Congress of the International Union for the Study of Social Insects, Wageningen, 5-10 September 1977*, 8(2), 47–77.
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995b). *Methodological themes Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies*. 8(2), 78–101.
- GRI. (2015). *Sustainability Reporting Guidelines - G4*. 259.
- Gunn, A. S. (2007). Environmental ethics in a New Zealand context. *New Zealand Journal of Forestry*, 51(4), 7–12.
- Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K., & Ricceri, F. (2004). Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. *Journal of intellectual capital*.
- Haddock-Fraser, J., & Fraser, I. (2008). Reporting Motivations: Differences. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 155(May 2007), 140–155. <https://doi.org/10.1002/csr>
- Hair, J., Babin, B., Money, A., & Samouel, P. (2005). Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Bookman Companhia Ed.

- Haji, A. A. (2013). Corporate social responsibility disclosures over time: Evidence from Malaysia. *Managerial Auditing Journal*, 28(7), 647–676. <https://doi.org/10.1108/MAJ-07-2012-0729>
- Harte, G., & Owen, D. (1991). *Environmental Disclosure in the Annual Reports of British Companies: A Research Note*. (Unit 07), 51–61.
- Hartig, T., & Mang, M. (1991). Restorative effects of natural environment experiences. *Environment and Behavior*, 23(1), 3–26. <https://doi.org/10.1177/0013916591231001>
- Hassan, A., & Guo, X. (2017). The relationships between reporting format, environmental disclosure and environmental performance. *Journal of Applied Accounting Research*.
- Hassan, A., & Ibrahim, E. (2012). Corporate Environmental Information Disclosure: Factors Influencing Companies' Success in Attaining Environmental Awards. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19(1), 32–46. <https://doi.org/10.1002/csr.278>
- Hasseldine, J., Salama, A. I., & Toms, J. S. (2005). Quantity versus quality: The impact of environmental disclosures on the reputations of UK Plcs. *British Accounting Review*, 37(2), 231–248. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2004.10.003>
- Hoefel, J. L. de M. (1999). *valores e significados a reflexão de arne naess sobre questões ambientais* (p. 216). p. 216.
- Hora, M., & Subramanian, R. (2019). Relationship between Positive Environmental Disclosures and Environmental Performance: An Empirical Investigation of the Greenwashing Sin of the Hidden Trade-off. *Journal of Industrial Ecology*, 23(4), 855–868. <https://doi.org/10.1111/jiec.12823>
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative health research*, 15(9), 1277–1288.
- Hsu, K. T. (2012). The Advertising Effects of Corporate Social Responsibility on Corporate Reputation and Brand Equity: Evidence from the Life Insurance Industry in Taiwan. *Journal of Business Ethics*, 109(2), 189–201. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1118-0>
- Huang, C. L., & Kung, F. H. (2010). Drivers of environmental disclosure and stakeholder expectation: Evidence from Taiwan. *Journal of Business Ethics*, 96(3), 435–451.
- Hummels, H., & Timmer, D. (2004). Investors in need of social, ethical, and environmental information. *Journal of Business Ethics*, 52(1), 73–84.
- IIRC. (2014). A Estrutura Internacional para o Relato Integrado. *Iirc*, 36.
- Ikeke, M. O. (2020). Deep Ecology Philosophy and Biodiversity Conservation in Nigeria's Niger Delta. *European Journal of Sustainable Development*, 9(2), 80–80.
- Ingram, R. W., & Frazier, K. B. (1980). Environmental Performance and Corporate

- Disclosure. *Journal of Accounting Research*, 18(2), 614.
<https://doi.org/10.2307/2490597>
- Irigaray, H. A. R., Vergara, S. C., & Santos, M. C. F. (2013). Responsabilidade social corporativa: um duplo olhar sobre a Reduc. RAM. Revista de Administração Mackenzie, 14(6), 82-111.
- Islam, M. S., Miah, M. S., & Fakir, A. N. M. A. (2015). *Environmental Accounting and Reporting Practices in the Corporate Sector of Environmental Accounting and Reporting Practices in the Corporate Sector of Bangladesh*. (January 2015).
- Ismail, A. H., Abdul Rahman, A., & Hezabr, A. A. (2018). Determinants of corporate environmental disclosure quality of oil and gas industry in developing countries. In *International Journal of Ethics and Systems* (Vol. 34). <https://doi.org/10.1108/IJOES-03-2018-0042>
- Jacob, M. (1994). Sustainable development and deep ecology: An analysis of competing traditions. *Environmental Management*, 18(4), 477-488.
<https://doi.org/10.1007/BF02400853>
- Jacobs, B. W., Singhal, V. R., & Subramanian, R. (2010). An empirical investigation of environmental performance and the market value of the firm. *Journal of Operations Management*, 28(5), 430-441. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2010.01.001>
- Jones, M. J. (2003). Accounting for biodiversity: Operationalising environmental accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 16(5), 762-789.
<https://doi.org/10.1108/09513570310505961>
- Jones, T. M. (1995). Instrumental Stakeholder Theory: A Synthesis of Ethics and Economics. *Academy of Management Review*, 20(2), 404-437.
<https://doi.org/10.5465/amr.1995.9507312924>
- Kang, N., & Moon, J. (2011). Institutional complementarity between corporate governance and Corporate Social Responsibility: A comparative institutional analysis of three capitalisms. *Socio-Economic Review*, 10(1), 85-108.
<https://doi.org/10.1093/ser/mwr025>
- Karthik, K.R.G., Baikie, T., E.T., M.D., Huang, Y.Z., & Guet, C. (2017). Compreendendo a névoa do sudeste asiático. *Environmental Research Letters*, 12 (8), 084018.
- Kim, Y., Park, M. S., & Wier, B. (2012). Is earnings quality associated with corporate social responsibility? *Accounting Review*, 87(3), 761-796. <https://doi.org/10.2308/accr-10209>
- Khisty, CJ (2006). Meditações sobre pensamento sistêmico, sistemas espirituais e ecologia profunda. *Systemic Practice and Action Research*, 19 (4), 295-307.
- Kolk, A. (2003). Reporting by the Fortune. *Business Strategy and the Environment*, 291(12), 279-291. <https://doi.org/10.1002/bse.370>
- Kolk, A., & Fortanier, F. (2013). Internationalization and environmental disclosure: the role

- of home and host institutions. *Multinational Business Review*, 21(1), 87–114. <https://doi.org/10.1108/15253831311309500>
- Konrad, A., Steurer, R., Langer, M. E., & Martinuzzi, A. (2006). Empirical findings on business–society relations in Europe. *Journal of Business Ethics*, 63(1), 89–105.
- Lee, T. M., & Hutchison, P. D. (2005). *THE DECISION TO DISCLOSE ENVIRONMENTAL INFORMATION: A RESEARCH REVIEW AND AGENDA*. 21(05), 83–111. [https://doi.org/10.1016/S0882-6110\(05\)21004-0](https://doi.org/10.1016/S0882-6110(05)21004-0)
- Lépineux, F. (2005). Stakeholder theory, society and social cohesion. *Corporate Governance: The international journal of business in society*.
- Lewis, B. W., Walls, J. L., & Dowell, G. W. S. (2014). Difference in degrees: CEO characteristics and firm environmental disclosure. *Business*, 35, 712–722. <https://doi.org/10.1002/smj>
- Liao, L., Luo, L., & Tang, Q. (2014). Gender diversity, board independence, environmental committee and greenhouse gas disclosure q. *The British Accounting Review*, 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.01.002>
- Liu, X., Liu, G., Yang, Z., Chen, B., & Ulgiati, S. (2016). Comparando desempenhos ambientais e econômicos nacionais por meio de indicadores de sustentabilidade emergética: Movendo a ética ambiental além do antropocentrismo para o ecocentrismo. *Revisões de energia renovável e sustentável*, 58, 1532–1542.
- Llena, F., Moneva, J. M., & Hernandez, B. (2007). Environmental disclosures and compulsory accounting standards: The case of Spanish annual reports. *Business Strategy and the Environment*, 16(1), 50–63. <https://doi.org/10.1002/bse.466>
- Lopes, M. M. C. (2015). A influência dos stakeholders na responsabilidade social empresarial estratégica.
- Lopes Júnior, C. I. A., de Miranda, M. C., do Nascimento, Í. C. S., & de Melo, G. C. V. (2020). Sustentabilidade Corporativa: Estudo Comparativo Das Empresas Do Segmento De Papel E Celulose Listadas Na B3. *Revista Conhecimento Contábil*, 10(01).
- Lu, Y., & Abeysekera, I. (2014). Stakeholders' power, corporate characteristics, and social and environmental disclosure: evidence from China. *Journal of cleaner production*, 64, 426–436.
- Lyon, T. P., & Maxwell, J. W. (2011). Greenwash: Corporate environmental disclosure under threat of audit. *Journal of Economics and Management Strategy*, 20(1), 3–41. <https://doi.org/10.1111/j.1530-9134.2010.00282.x>
- Maignan, I., & Ferrell, O. C. (2004). Corporate social responsibility and marketing: An integrative framework. *Journal of the Academy of Marketing science*, 32(1), 3–19.
- Magalhães, R. B. (2011). Contribuição da ecologia profunda ao ecodesign: associando estratégias didáticas e tecnológicas no ensino fundamental.zun

- Malhotra, K. N. (2006) Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada. 4ª Edição.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2004). Metodologia de pesquisa. São Paulo: Atlas.
- Martin, A. D., & Hadley, D. J. (2008). Corporate environmental non-reporting - A UK FTSE 350 perspective. *Business Strategy and the Environment*, 17(4), 245–259. <https://doi.org/10.1002/bse.518>
- Mascena, K. M. C. D. (2013). Priorização de stakeholders: um estudo em empresas que divulgam relatórios com an estrutura da Global Reporting Initiative-(GRI) no Brasil (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Mason, C., & Simmons, J. (2014). Embedding corporate social responsibility in corporate governance: A stakeholder systems approach. *Journal of Business Ethics*, 119(1), 77–86.
- McWilliams, A., Siegel, D. S., & Wright, P. M. (2006). Corporate social responsibility: Strategic implications. *Journal of Management Studies*, 43(1), 1–18. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2006.00580.x>
- Mellahi, K., & Wood, G. (2003). *The Role and Potential of Stakeholders in “Hollow Participation”: Conventional Stakeholder Theory and Institutional Alternatives*. 183–202.
- Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59–78. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. *Academy of management review*, 22(4), 853–886.
- Moneva, J. M., & Ortas, E. (2010). Corporate environmental and financial performance: a multivariate approach. *Industrial Management & Data Systems*, 110(2), 193–210. <https://doi.org/10.1108/02635571011020304>
- Monteiro, S. M. da S., & Aibar-Guzmán, B. (2010). Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(4), 185–204. <https://doi.org/10.1002/csr.197>
- Morrison, L., Wilmshurst, T., & Shimeld, S. (2016). Environmental Reporting Through an Ethical Looking Glass. *Journal of Business Ethics*, 150(4), 903–918. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3136-4>
- Morse, S., & Vogiatzakis, I. (2014). Special edition: Environment in sustainable development. *Sustainability (Switzerland)*, 6(11), 8007–8011. <https://doi.org/10.3390/su6118007>

- Murdifin, I., Pelu, M. F. A., Putra, A. H. P. K., Arumbarkah, A. M., Muslim, & Rahmah, A. (2019). Environmental disclosure as corporate social responsibility: Evidence from the biggest nickel mining in Indonesia. *International Journal of Energy Economics and Policy*, 9(1), 115–122. <https://doi.org/10.32479/ijeep.7048>
- Naess, A. (1973). The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement: A Summary. *Inquiry (United Kingdom)*, 16(1–4), 95–100. <https://doi.org/10.1080/00201747308601682>
- Naess, A., & Sessions, G. (1984). A Deep Ecology Eight Point Platform. Readings on the Philosophy and Practice of the New Environmentalism. Boston and London: Shambhala.
- Neu, D., Warsame, H., & Pedwell, K. (1998). Managing Public Impressions: Environmental Disclosures in Annual Reports. *Accounting, Organizations and Society*, 23(3), 265–282. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00008-1](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00008-1)
- Nobre, F. S., & Ribeiro, R. E. M. (2013). Cognição e sustentabilidade: estudo de casos múltiplos no índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa. *Rev. adm. contemp*, 499-517.
- Nor, N. M., Bahari, N. A. S., Adnan, N. A., Kamal, S. M. Q. A. S., & Ali, I. M. (2016). The Effects of Environmental Disclosure on Financial Performance in Malaysia. *Procedia Economics and Finance*, 35(October 2015), 117–126. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(16\)00016-2](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(16)00016-2)
- Nossa, V. (2002). *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Oates, G. (2013). Exploring the links between stakeholder type, and strategic response to stakeholder and institutional demands in the public sector context. *International Journal of Business and Management*, 8(21), 50.
- Odera, O., Scott, A., & Gow, J. (2016). *An examination of the quality of social and environmental disclosures by Nigerian oil companies*. 16(2), 400–419. <https://doi.org/10.1108/CG-05-2015-0065>
- Ofoegbu, G. N., Odoemelam, N., & Okafor, R. G. (2018). Corporate board characteristics and environmental disclosure quantity: Evidence from South Africa (integrated reporting) and Nigeria (traditional reporting). *Cogent Business and Management*, 5(1), 1–27. <https://doi.org/10.1080/23311975.2018.1551510>
- Okafor, T. G. (2018). Environmental Costs Accounting and Reporting on firm financial performance: A survey of Nigerian quoted oil companies Environmental Costs Accounting and Reporting on Firm Financial Performance: A Survey of Quoted Nigerian Oil Companies. *Article in International Journal of Finance and Accounting Studies*, 7(1), 1–6. <https://doi.org/10.5923/j.ijfa.20180701.01>
- Orlitzky, M., Schmidt, F. L., & Rynes, S. L. (2003). Corporate social and financial

- performance: A meta-analysis. *Organization studies*, 24(3), 403-441.
- Oro, I. M., Renner, S., & Braun, M. (2013). Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 6, 879-893.
- Palmer, C. An overview of environmental ethics. In *Environmental Ethics: An Anthology*; Light, A., Rolston, H., III, Eds.; Blackwell Publishing: Oxford, UK, 2003; pp. 15–37.
- Paris, P. K. S. (2012). *Um Estudo De Percepções De Ongs Ambientalistas Capixabas Acerca Da Relevância De Indicadores Ambientais Da Gri (Global Reporting Initiative) De Indicadores Ambientais Da Gri (Global Reporting Initiative)*.
- Patten, D. M. (1991). Exposure, legitimacy, and social disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 10(4), 297–308. [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(91\)90003-3](https://doi.org/10.1016/0278-4254(91)90003-3)
- Patten, D. M. (2005). The accuracy of financial report projections of future environmental capital expenditures: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 30(5), 457–468. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2004.06.001>
- Patten, D. M., & Trompeter, G. (2003). Corporate responses to political costs: An examination of the relation between environmental disclosure and earnings management. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(1), 83–94. [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(02\)00087-X](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(02)00087-X)
- Patton, M.Q. (2001), *Qualitative Evaluation and Research Methods*, 3rd ed., Sage Publications, Newbury Park, CA.
- Pavesi, I., Zaro, E. S., Lunkes, R. J., & Rosa, F. S. (2015). Evidenciação Ambiental: Um Estudo de Caso em uma Indústria Potencialmente Poluidora. *REAVI-Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí*, 4(5), 17-33.
- Phillips, R. (2003). Stakeholder legitimacy. *Business Ethics Quarterly*, 13(1), 25–41.
- Plaza-Úbeda, J. A., De Burgos-Jiménez, J., & Carmona-Moreno, E. (2010). Measuring stakeholder integration: Knowledge, interaction and adaptational behavior dimensions. *Journal of Business Ethics*, 93(3), 419–442. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0231-9>
- Pletsch, C. S., Brighenti, J., da Silva, A., & da Rosa, F. S. (2015). Perfil da evidenciação ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(3), 57-77.
- Plumlee, M., Brown, D., Hayes, R. M., & Marshall, R. S. (2015). Voluntary environmental disclosure quality and firm value: Further evidence. *Journal of Accounting and Public Policy*, 34(4), 336–361. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2015.04.004>
- Pivato, S., Misani, N., & Tencati, A. (2008). The impact of corporate social responsibility on

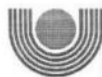
- consumer trust: the case of organic food. *Business ethics: A European review*, 17(1), 3-12.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). How to reinvent capitalism: and unleash a wave of innovation and growth. *Harvard business review*, 89(1-2), 62-77.
- Pucheta-Martínez, M. C., & Gallego-Álvarez, I. (2019). Corporate Environmental Disclosure Practices in Different National Contexts: The Influence of Cultural Dimensions. *Organization and Environment*. <https://doi.org/10.1177/1086026619860263>
- Pucheta-Martínez, M. C., & López-Zamora, B. (2018). Engagement of directors representing institutional investors on environmental disclosure. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(6), 1108-1120.
- Purnomo, H., Okarda, B., Dewayani, A. A., Ali, M., Achdiawan, R., Kartodihardjo, H., ... Juniwati, K. S. (2018). Reducing forest and land fires through good palm oil value chain governance. *Forest Policy and Economics*, 91(January), 94–106. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2017.12.014>
- Purser, R. E., Park, C., & Montuori, A. (1995). Limits to Anthropocentrism: Toward an Ecocentric Organization Paradigm? *Academy of Management Review*, 20(4), 1053–1089. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9512280035>
- Radu, C., Caron, M. A., & Arroyo, P. (2020). Integration of carbon and environmental strategies within corporate disclosures. *Journal of Cleaner Production*, 244, 118681.
- Rahaman, A. S., Lawrence, S., & Roper, J. (2004). Social and environmental reporting at the VRA: Institutionalised legitimacy or legitimization crisis? *Critical Perspectives on Accounting*, 15(1), 35–56. [https://doi.org/10.1016/S1045-2354\(03\)00005-4](https://doi.org/10.1016/S1045-2354(03)00005-4)
- Raupp, F. M. (2009). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, IM (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade, 3.
- Reverte, C. (2009). Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of Business Ethics*, 88(2), 351–366. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9968-9>
- Reynolds, M., & Yuthas, K. (2008). Moral discourse and corporate social responsibility reporting. *Journal of Business Ethics*, 78(1–2), 47–64. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9316-x>
- Richardson, A. J., & Welker, M. (2001). Social disclosure, financial disclosure and the cost of equity capital. *Accounting, Organizations and Society*, 26(7–8), 597–616. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00025-3](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00025-3)
- Rockström, J., W. Steffen, K. Noone, Å. Persson, F. S. Chapin, E. F. Lambin, ... J. A. Foley. (2009). A safe operation space for humanity. *Nature*, 461(September), 472–475.
- Rodrigue, M. (2014). Contrasting realities: corporate environmental disclosure and stakeholder-released information. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.

- Rolston, H. (1985). Valuing Wildlands. *Environmental Risk Assessment and Management from a Landscape Perspective*, 7(1), 23–48. <https://doi.org/10.1002/9780470593028.ch9>
- Rolston, H. (1988). Human values and natural systems. *Society and Natural Resources*, 1(1), 269–283. <https://doi.org/10.1080/08941928809380658>
- Rover, S. (2009). *Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil* (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil).
- Rupley, K. H., Brown, D., & Marshall, R. S. (2012). Governance, media and the quality of environmental disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 31(6), 610–640. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2012.09.002>
- Said, R., Zainuddin, Y., & Haron, H. (2009). The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*, 5(2), 212–226. <https://doi.org/10.1108/17471110910964496>
- Samkin, G., Schneider, A., & Tappin, D. (2014). Developing a reporting and evaluation framework for biodiversity. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(3), 527–562. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2013-1496>
- Santos, L. M. D. S. (2016). Fatores explicativos da evidenciação de informações ambientais das empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBovespa.
- Schuler, D., Rasche, A., Etzion, D., & Newton, L. (2017). Guest Editors' Introduction: Corporate Sustainability Management and Environmental Ethics. *Business Ethics Quarterly*, 27(2), 213–237. <https://doi.org/10.1017/beq.2016.80>
- Scott, W. R. (2008). Approaching adulthood: The maturing of institutional theory. *Theory and Society*, 37(5), 427–442. <https://doi.org/10.1007/s11186-008-9067-z>
- Sheehy, B. (2015). Defining CSR: Problems and solutions. *Journal of business ethics*, 131(3), 625–648.
- Siegel, D. S., & Vitaliano, D. F. (2007). An empirical analysis of the strategic use of corporate social responsibility. *Journal of Economics & Management Strategy*, 16(3), 773–792.
- Situ, H., & Tilt, C. (2018). Mandatory? Voluntary? A Discussion of Corporate Environmental Disclosure Requirements in China. *Social and Environmental Accountability Journal*, 38(2), 131–144. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2018.1469423>
- Smith, N. C. (2003). Corporate social responsibility: whether or how?. *California management review*, 45(4), 52–76.

- Sosa, P. R. B. (2017). O Relato Integrado sob a ótica da Economia Ecológica: uma análise multimétodo (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Spence, C., Husillos, J., & Correa-Ruiz, C. (2010). Cargo cult science and the death of politics: A critical review of social and environmental accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, 21(1), 76–89. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.09.008>
- Starik, M., & Kanashiro, P. (2013). Toward a Theory of Sustainability Management: Uncovering and Integrating the Nearly Obvious. *Organization and Environment*, 26(1), 7–30. <https://doi.org/10.1177/1086026612474958>
- Stray, S. (2008). Environmental reporting: The U.K. water and energy industries: A research note. *Journal of Business Ethics*, 80(4), 697–710. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9463-8>
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610.
- Sylvan, R. (1985a). A Critique of Deep Ecology, Part II. *Radical Philosophy*, 41, 10–22.
- Sylvan, R. (1985b). A Critique of Deep Ecology (Part I). *Radical Philosophy*, 1/Summer (040), 1–12. Retrieved from https://www.radicalphilosophy.com/wp-content/files_mf/rp40_article1_sylvan_deepecology1.pdf
- Tadros, H., & Magnan, M. (2019). How does environmental performance map into environmental disclosure? A look at underlying economic incentives and legitimacy aims. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(1), 62–96. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2018-0125>
- TerraChoice. (2007). *The “Six Sins of Greenwashing TM.”* (November), 1–9.
- Tilt, C. A., & Symes, C. F. (2006). Environmental disclosure by Australian mining companies: environmental conscience or commercial reality? *Accounting Forum*, 23(2), 137–154. <https://doi.org/10.1111/1467-6303.00008>
- Tregidga, H., Milne, M., & Lehman, G. (2012, September). Analyzing the quality, meaning and accountability of organizational reporting and communication: Directions for future research. In *Accounting Forum* (Vol. 36, No. 3, pp. 223-230). No longer published by Elsevier.
- Ullmann, A. A. (1985). Data in Search of a Theory: A Critical Examination of the Relationships among Social Performance, Social Disclosure, and Economic Performance of U. S. Firms. *The Academy of Management Review*, 10(3), 540. <https://doi.org/10.2307/258135>
- Vanhamme, J., & Grobbsen, B. (2009). “too good to be true!”. the Effectiveness of CSR history in countering negative publicity. *Journal of Business Ethics*, 85(SUPPL. 2), 273–283. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9731-2>
- Vergara, S. C. (2010). Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 14ºed.

- Vincent, A. (1993). The Character of Ecology. *Environmental Politics*, 2(2), 248–276. <https://doi.org/10.1080/09644019308414074>
- Vogt, M., Degenhart, L., da Rosa, F. S., & Hein, N. (2016). Responsabilidade social e ambiental: análise dos impactos ambientais de transporte dos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas brasileiras. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 9(4), 889-915.
- Walden, W. D., & Schwartz, B. N. (1997). Environmental disclosures and public policy pressure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 16(2), 125–154. [https://doi.org/10.1016/s0278-4254\(96\)00015-4](https://doi.org/10.1016/s0278-4254(96)00015-4)
- Wang, H., & Bernell, D. (2013). Environmental Disclosure in China: An Examination of the Green Securities Policy. *Journal of Environment and Development*, 22(4), 339–369. <https://doi.org/10.1177/1070496513506905>
- Wang, L., Li, W., & Qi, L. (2020). Stakeholder Pressures and Corporate Environmental Strategies: A Meta-Analysis. *Sustainability*, 12(3), 1172.
- Wells, D. (1993). Green Politics and Environmental Ethics: A Defence of Human Welfare Ecology. *Australian Journal of Political Science*, 28(3), 515–527. <https://doi.org/10.1080/00323269308402257>
- Williamson, O. E. (2000). The new institutional economics: Taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, 38(3), 595–613. <https://doi.org/10.1257/jel.38.3.595>
- Wilmshurst, T. D., & Frostr, G. R. (2000). Accounting, Auditing & Accountability Journal Corporate environmental reporting: A test of legitimacy theory. *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 13(1), 10–26.
- Wolf, J. (2014). The relationship between sustainable supply chain management, stakeholder pressure and corporate sustainability performance. *Journal of business ethics*, 119(3), 317-328.
- WWF (2018). World Wide Fund for Nature. Site institucional. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/relatorio_planeta_vivo_2018/. Acessado em 25/06/2020.
- Yang, X., & Rivers, C. (2009). Antecedents of CSR practices in MNCs' subsidiaries: A stakeholder and institutional perspective. *Journal of business ethics*, 86(2), 155-169.
- Yekini, K. (2012). *Corporate community involvement disclosures in annual report A measure of corporate community development or a signal of CSR observance?* 3(1), 7–32. <https://doi.org/10.1108/20408021211223534>
- Yekini, K., & Wang, Y. (2018). *Post-regulation effect on factors driving environmental disclosures among Chinese listed firms*. 32(3), 477–495. <https://doi.org/10.1108/ARJ-01-2017-0018>

ANEXO – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ / CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CONTABILIDADE- PPGC



DECLARAÇÃO DO REVISOR DE PORTUGUÊS OU LÍNGUA ESTRANGEIRA DISSERTAÇÃO (x)

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Discente: Anderson Rodrigo Quoos	Ano de ingresso no PPGC: 2019
Nome do Revisor de Português: <i>Lucimara J. Unfried</i>	

2. DISSERTAÇÃO:

Título: STAKEHOLDERS PRIORITÁRIOS E A ECOLOGIA PROFUNDA: AS CONTRADIÇÕES REVELADAS PELAS DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3. DECLARAÇÃO:

Declaro para os devidos fins que realizei revisão final, referente à redação de português da dissertação intitulada conforme item 3 desse formulário. Autorizo ainda divulgação de meu nome e data de revisão junto a ficha catalográfica da dissertação.

4. ASSINATURA:

Assinatura do revisor <i>Lucimara J. Unfried</i>	Cascavel, <u>10</u> de <u>03</u> de 20 <u>21</u>
---	--



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ / CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CONTABILIDADE-PPGC



DECLARAÇÃO DO REVISOR DE NORMAS DE ELABORAÇÃO DISSERTAÇÃO (x)

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Discente:

Anderson Rodrigo Quoos

Ano de Ingresso no PPGC:

2019

Nome do Revisor de Normas:

Lucimara T. Unfried

2. DISSERTAÇÃO:

Título: STAKEHOLDERS PRIORITÁRIOS E A ECOLOGIA PROFUNDA: AS CONTRADIÇÕES REVELADAS PELAS DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3. DECLARAÇÃO:

Declaro para os devidos fins que realizei revisão final, referente à formatação da dissertação ou tese intitulada conforme item 3 desse formulário. Autorizo ainda divulgação de meu nome e data de revisão junto a ficha catalográfica da dissertação.

4. ASSINATURA:

Assinatura do revisor de normas:

Lucimara T. Unfried

Cascavel, 10 de 03 de 2021